UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Maria Nilsa de Almeida

O que Deus não uniu, o homem pode separar:
casais católicos frente ao processo de nulidade matrimonial

Ribeirão Preto - SP
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O que Deus não uniu, o homem pode separar:
Casais Católicos frente ao processo de nulidade matrimonial

Maria Nilsa de Almeida
Geraldo Romanelli

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP, como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Ciências,
Área: Psicologia.

Ribeirão Preto - SP
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Maria Nilsa de

O que Deus não uniu, o homem pode separar: casais católicos frente ao processo de nulidade matrimonial. Ribeirão Preto, 2008.
157 p.: il.; 30 cm

Dissertação, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. de Psicologia e Educação.
Orientador: Romanelli, Geraldo

1. Família 2. Casamento 3. Separação 4. Nulidade Matrimonial 5. Igreja Católica 6. Segunda União

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Nilsa de Almeida

O que Deus não uniu, o homem pode separar: Casais Católicos frente ao processo de nulidade matrimonial

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais José e Maria, que na simplicidade me proporcionaram uma autêntica experiência de família.

À Ir. Rosa Maria Dal Bó (*im memoriam*) por me incentivar e compreender meu anseio pelo saber.

AGRADECIMENTOS

À minha querida família, meu pai José, minha mãe Maria, irmãs e irmãos.

À minha família religiosa de Irmãs Missionárias de Ação Paroquial com quem partilhei minhas descobertas ao longo da pesquisa, especialmente à Ir. Leonilde de Tomazella Foltran pelo apoio e incentivo de sempre.

Ao Presidente do Tribunal Eclesiástico Regional de São Paulo Cônego Martín Segú Girona por ter autorizado esta pesquisa.

A Dom Antônio Gaspar por autorizar a pesquisa no âmbito de sua diocese e permitir que me ausentasse todas as vezes que foi necessário.

Aos meus amigos que sempre me estimularam nesta empreitada.

À CAPES pelo auxílio concedido para a efetivação deste trabalho.

Aos colaboradores e colaboradoras que se disponibilizaram a ser entrevistados, oferecendo seu tempo, suas idéias e suas histórias.

Aos colegas Felipe, Pedro, Eduardo e Bruno.

Às Professoras Doutoras Ana Keila Mosca Pinezi e Regina Helena Lima Caldana que me proporcionaram acolhimento e estímulo, contribuindo com seus conhecimentos.

Ao Professor Doutor Geraldo Romanelli que acreditou nesta pesquisa desde antes da elaboração do projeto e orientou cada etapa possibilitando esta conquista. Reunindo rigor, objetividade e paciência nas orientações, agregando solidariedade, disponibilidade e busca pela veracidade contribuiu para a realização deste trabalho. O meu leal e carinhoso reconhecimento.

“Todas as diferenças remetem sempre a uma constante antropológica, comum a homens e mulheres. A diferença resulta da elaboração sócio-cultural desta base comum. Jamais o ser humano sexuado apresenta-se isolado de seu meio ecológico e sócio-histórico. Em consequência disso, todo o esforço de dicotomizar a complexa realidade humana em segmentos, só se justifica como objetivo da análise. Mas nunca se deve perder a consciência de que o segmento é parte de um todo. Na análise, por mais distinto que seja o enfoque, deve aparecer continuamente que a existência humana se articula sob duas formas, a feminina e a masculina. Tanto o homem quanto a mulher projetam, a seu modo, a existência, têm suas maneiras próprias de tecer as relações, costurar as rupturas existenciais e sociais e elaborar um horizonte utópico”.

Leonardo Boff

RESUMO

ALMEIDA, M.N. **O que Deus não uniu, o homem pode separar: casais católicos frente ao processo de nulidade matrimonial.** 2008.157 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)/Universidade de São Paulo (USP), 2008.

O declínio de casamentos, especialmente os religiosos, documentados em várias pesquisas sócio-demográficas, tem suscitado inúmeras indagações. Paralelamente a esse declínio, as uniões consensuais, que independem de vínculo civil e religioso têm aumentado e, no plano da vida cotidiana, expressam rompimentos com valores e normas tradicionais, tornando-se uma prática comum atualmente. Contudo, o fiel que contrai matrimônio na Igreja Católica e se separa do cônjuge fica proibido de participar plenamente das atividades da Igreja se constituir nova união. Entretanto, nem todo casamento católico é válido. Para verificar a validade de um casamento, o poder judiciário da Igreja, a pedido do interessado, inicia um processo de nulidade matrimonial, por meio do qual, os juízes eclesiásticos apreciam a história conjugal do casal. Após várias fases, é homologada a sentença final e se for declarada a nulidade matrimonial, o fiel pode contrair novas núpcias. Tal procedimento da Igreja ainda é pouco conhecido entre os próprios fiéis. Os colaboradores da pesquisa foram dez pessoas, cinco homens e cinco mulheres, que deram entrada ao processo de nulidade matrimonial e já conseguiram a sentença final, tendo se casado novamente. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais, gravadas e transcritas na íntegra, e de observações registradas nas residências dos colaboradores, que foram anotadas em diário de campo. O trabalho objetivou compreender as motivações das pessoas que solicitaram a nulidade do casamento religioso através do Tribunal Eclesiástico, como souberam da possibilidade de nulidade matrimonial e por que iniciaram o processo de nulidade. Pretendeu-se ainda investigar como se deu o primeiro casamento, os significados que atribuíram à separação conjugal, como vivenciam a nova união e organizam a vida familiar após contraírem outra união e a influência que a Igreja exerce nessa nova união. A análise desses dados foi qualitativa e está fundamentada em referenciais teóricos da Psicologia, da Antropologia e do Direito Canônico. A análise dos dados indica que desde o início da primeira união o relacionamento com o cônjuge mostrou-se pouco profundo, e a isso foram se somando diversas dificuldades, inclusive a infidelidade, apontada como um dos motivos de separação. Os colaboradores descreveram o período da separação e o da tramitação do processo de nulidade matrimonial como doloroso, mas o fato de terem se casado novamente na Igreja - direito adquirido com a declaração de nulidade do casamento - é percebido e avaliado como conquista positiva, que contribui para o êxito do matrimônio atual. A interpretação dos dados aponta ainda que diversas instâncias da Igreja podem atuar em trabalhos preventivos para que as pastorais, especialmente a do curso de noivos, ofereçam formação adequada para a orientação dos nubentes.

Palavras-chave: Família . Casamento. Separação. Nulidade Matrimonial. Igreja Católica.
Segunda União

ABSTRAT

ALMEIDA, M.N. **What God has not united, man can set apart: catholic couples dealing with the matrimonial nullity process.** 2008.157 p. Master Degree Dissertation – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)/Universidade de São Paulo (USP), 2008.

The decline of marriages, especially the religious ones, well documented in several socio-demographic researches, has raised countless issues. Aside to this fall, the consensual unions that do not depend on civil and religious bond have grown daily and they express the rupture of traditional values and rules, which has become a pervasive practice nowadays. However, the churchgoer who marries in the Catholic Church and later separates from his or her spouse becomes prohibited from fully partaking in the Church activities if a new union may happen. Nevertheless, not every Catholic marriage is valid. In order to verify the authenticity of a marriage, upon request of the interested person, the judiciary power of the Church initiates a matrimonial nullity process in which the ecclesiastic judges examine the conjugal history of the couple. After several phases, a final sentence is homologated and if the matrimonial nullity is granted, the churchgoer is deemed enabled to remarry. Such Church procedure is little known among the churchgoers. There were ten research collaborators, five men and five women, who began the matrimonial nullity process. They were awarded the final sentence and have already remarried. The data collection was acquired through personal interviews, recorded and entirely transcribed, and from observations registered within the collaborators' households, which were noted in a field diary. The project aimed to comprehend the motivation of the people requesting the religious matrimonial nullity through the Ecclesiastic Tribunal, how they found out the possibility of such process, and the reasons for pursuing it. In addition, this project sought to investigate details on how the first marriage happened, the meaning allotted to the marital separation, how the new union is lived as a family life after the new union, and the influence that the Church has in this new union. The analysis of these data was qualitative as it is supported by theoretical references of Psychology, Anthropology, and Canonized Law. The data analysis indicates that since the beginning of the first union the relationship with the spouse was not profound. As a result, various difficulties began to add up including infidelity, which was appointed as one of the reasons for the separation. The collaborators described the period of separation and the matrimonial nullity process as painful, however the fact of having been able to marry in the Church again – a right acquired with the declaration of the matrimonial nullity – is perceived and appraised as a positive accomplishment, which contributes to the success of the current matrimony. Furthermore, the data interpretation also reveals that various jurisdictions of the Church can act in preventive works so that the pastoral, particularly the pre-marital counseling courses, offer an adequate foundation for the orientation of the betrothed.

Keywords: Family. Marriage. Separation. Matrimonial Nullity. Catholic Church. Second Union.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO: CASAMENTO E FAMÍLIA.....	15
---	-----------

CAPITULO 1 . O CASAMENTO NO CONTEXTO RELIGIOSO

1.1. O CASAMENTO NO CRISTIANISMO.....	18
1.2. O ESTADO VIRGINAL SUPERIOR AO ESTADO CONJUGAL.....	21
1.3. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR.....	25
1.4. A FAMÍLIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XIX.....	29

CAPITULO 2. CASAMENTO E SEPARAÇÃO: DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE

2.1. OS SIGNIFICADOS DO CASAMENTO.....	34
2.2. CASAMENTO E AFETIVIDADE.....	42
2.3. A DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL NO PLANO LEGAL.....	47

CAPÍTULO 3. A IGREJA CATÓLICA DIANTE DO DIVÓRCIO E DA SEGUNDA UNIÃO

3.1. CASAMENTO E SEPARAÇÃO PARA A IGREJA CATÓLICA.....	52
3.2. A IGREJA DIANTE DA DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL.....	68

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

4.1. OBJETIVOS.....	82
4.2. OS COLABORADORES DA PESQUISA.....	82

4.3. PROCEDIMENTO.....	82
4.4. O TRABALHO DE CAMPO.....	85

CAPÍTULO 5. RESULTADOS E ANÁLISE

5.1. OS COLABORADORES DA PESQUISA.....	90
5.2. A RELAÇÃO DOS COLABORADORES COM A FAMÍLIA DE ORIGEM.....	95
5.3. A PRIMEIRA UNIÃO.....	100
5.4. A SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	107
5.5. O PROCESSO DE NULIDADE MATRIMONIAL.....	113
5.6. A SEGUNDA UNIÃO.....	123

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
--	------------

ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA DA FFCLRP – USP	150
--	------------

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	151
--	------------

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	152
---	------------

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL ECLESITÁSTICO DE SÃO PAULO	155
---	------------

ANEXO E – AUTORIZAÇÃO DO BISPO DIOCESANO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	156
--	------------

ANEXO F – AUTORIZAÇÃO DO BISPO DIOCESANO PARA CONSULTA DOS PROCESSOS DE NULIDADE MATRIMONIAL	157
---	------------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OS COLABORADORES DA PESQUISA.....	90
QUADRO 2 - DADOS DA PRIMEIRA UNIÃO DOS COLABORADORES.....	100
QUADRO 3 – DADOS DA SEGUNDA UNIÃO.....	123

Apresentação

A temática deste estudo é bastante peculiar. As pesquisas sobre nulidade matrimonial restringem-se apenas ao campo do Direito Canônico e as que existem são bibliográficas e não contemplam o modo como os católicos vivenciam a condição de ter passado por um processo de nulidade matrimonial.

Para tratar do tema da nulidade matrimonial, que constitui o objeto deste trabalho, tornou-se necessário pesquisar como o casamento modifica-se ao longo do tempo e como o vínculo matrimonial está associado a diferentes formas de convivência doméstica.

A análise do casamento e de sua dissolução, portanto, encontra-se articulada à formação da família, o que leva a se investigar a constituição da unidade doméstica e as transformações pelas quais ela vem passando.

Quando se pensa a família, o que vem à tona é um grupo social, composto por um casal e seus filhos. Essa imagem é tão forte e se encontra tão presente que a tendência é rejeitar ou ignorar qualquer outra forma de relação que esteja fora desse modelo. Contudo, a realidade tem demonstrado que esse modelo de família, o nuclear, não é o único, embora seja o idealizado, principalmente pela Igreja Católica.

Para compreender melhor os diversos aspectos do casamento e da vida familiar é necessária uma contextualização sócio-histórica e cultural desses temas que são apresentados e analisados nos capítulos deste trabalho.

Inicialmente, a Introdução discute a relação entre casamento e família, analisando os vínculos entre ambos e a importância do casamento na constituição da unidade doméstica.

O primeiro capítulo traz uma breve apresentação do casamento no contexto religioso, com o objetivo de se compreender como o casamento cristão foi sendo estruturado com seus rituais específicos e de que forma o estado virginal passou a ser considerado superior ao estado conjugal. Em seguida, são analisadas as modalidades de organização doméstica na

sociedade ocidental, procurando-se mostrar o modo como o modelo de família nuclear tornou-se predominante e como a família brasileira foi sendo constituída desde o período colonial até o século XIX.

Um breve percurso sobre a história do casamento, desde os tempos modernos até a atualidade, em sua relação com a constituição da família, é descrito no capítulo dois, buscando-se compreender os significados atribuídos ao casamento, à família e à dissolução do vínculo matrimonial no plano legal.

O conteúdo do capítulo três versa sobre o modo como a Igreja Católica interpreta o casamento, a separação conjugal, a dissolução do vínculo matrimonial e como essas questões são tratadas em seus documentos.

No capítulo quatro apresentam-se a metodologia utilizada na coleta de dados, o trabalho de campo e os objetivos da pesquisa, voltados para analisar as motivações que levaram alguns católicos a solicitarem a nulidade do casamento religioso, a forma como vivenciaram a primeira união e a separação, como organizaram a vida familiar após contraírem segunda união e as influências da Igreja sobre suas experiências conjugais.

Os resultados dos dados coletados e sua análise, fundamentados em referenciais teóricos da Psicologia, da Antropologia e do Direito Canônico, compõem o capítulo cinco. Finalmente, as Considerações Finais, sintetizam os resultados da pesquisa.

Introdução: Casamento e família

De acordo com Mitscherlich (1976) existe uma fixação afetiva no modelo tradicional de família nuclear, constituído por pais e filhos, no qual os pais biológicos têm papel predominante e tende-se ainda a considerar essa configuração familiar como algo natural, existente desde que o homem é homem. Segundo esse autor, essa fixação impede que se observe a realidade das diferentes formas de arranjo doméstico.

Malinowski (1976) descreveu a estrutura familiar dos habitantes das ilhas Trobriand, com descendência matrilinear, que acreditavam que os filhos eram introduzidos no útero materno sob a forma de espíritos, não se reconhecendo, portanto, nenhuma participação do pai na procriação. Desse modo, o marido não era considerado pai biológico da prole. Ele tinha uma relação afetuosa com os filhos, mas não era responsável para prover alimentos à família, e deveria preocupar-se mais com a manutenção de suas próprias irmãs e dos filhos delas. Na sociedade trobriandesa era o irmão da mãe quem estava investido de autoridade e poder de disciplina e tinha a obrigação de sustentar os sobrinhos, a quem transmitia seus bens. O ordenamento no qual se baseava a vida social e a constituição familiar dessa sociedade era, assim, bastante diferente daquele que vigora nas sociedades ocidentais.

Vários outros autores também citaram em seus estudos outros tipos de famílias que podem ser encontradas na história, diferentes do modelo nuclear.

Freud (1999) descreveu como eram os laços de parentesco numa tribo australiana:

Assim, o homem utiliza o termo “pai” não apenas para o seu verdadeiro genitor, mas também para todos os outros homens com quem sua mãe poderia ter casado, e que, desse modo, poderiam tê-lo gerado. Emprega o termo “mãe” não apenas para a mulher de quem na realidade nasceu, mas também para todas as outras mulheres de quem poderiam ter dado à luz sem transgredir a lei da tribo; usa as expressões “irmã” e “irmão” não somente para os filhos de seus pais verdadeiros, mas também para os filhos de todas aquelas pessoas com as quais mantém uma relação de pais. Desse modo, os termos de parentesco que dois australianos mutuamente se aplicam não indicam necessariamente qualquer consangüinidade, como os nossos indicariam: representam relacionamentos sociais mais do que físicos. (p.17)

Essa observação de Freud foi comprovada por estudos antropológicos que demonstraram que em inúmeras sociedades primitivas a maternidade e a paternidade biológicas são menos importantes do que a parentalidade social.

Nos dizeres de Mitchel (1976) existe uma pluralidade de formas de se cuidar dos filhos. Ele acredita que não há nenhuma razão biológica para que a mãe social seja necessariamente a mãe biológica e aquela que cuida dos filhos. Para ratificar sua argumentação, descreve a experiência dos kibbutzin israelenses, onde as crianças não são cuidadas por seus pais biológicos, especialmente pelas mães, mas por mulheres preparadas profissionalmente para exercerem tal tarefa. Segundo o autor, esse sistema de educação traz como benefício o fato de as crianças não ficarem expostas a ansiedades típicas dos genitores.

Esses estudos mostram que maternidade e paternidade biológicas podem ser exercidas por pessoas que assumem socialmente essas funções. Esse modo de conceber maternidade e paternidade, não como algo dado pela natureza, mas como criação cultural e socialmente construída, também se aplica à análise da família.

As formas que a família assumiu em diferentes sociedades resultam dessas criações, e a noção de família deve ser relativizada conforme a época e o contexto. Como tantas outras instituições, a família é produzida histórica e culturalmente, modificando sua estrutura, sua função e seu significado social conforme as épocas e as sociedades.

Lévi-Strauss (1976) desconstruiu as fantasias sobre família enquanto instituição natural, fundada sobre uma essência biológica. Com seus estudos demonstrou que a “família biológica é uma abstração indeterminada, sem relação mais profunda com a realidade histórica” e que a “família seria muito mais uma invasão da cultura no campo da natureza” do que algo biologicamente dado (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 177-178). Analisando diferentes sociedades, esse autor documentou diversos tipos de configurações familiares que existiram em algum momento da história e que a família pode ser organizada de modo bem diferente daquele com o qual estamos acostumados a conviver no mundo contemporâneo.

De acordo com Lévi-Strauss (1956), o fato de a monogamia se tornar predominante não se deu por estar inscrita na natureza humana, mas por razões de ordem econômica, moral e religiosa, derivadas do simples fato de que, geralmente, existe um número equivalente de mulheres e homens, e o fato de se permitir que um homem tenha várias mulheres - ou o contrário-, acaba condenando outros a viver na solidão, sem um parceiro para compartilhar seu destino e garantir a manutenção de sua linhagem.

Sobre o tabu do incesto, Lévi-Strauss (1956) esclarece que o casamento com parceiro fora da unidade familiar onde o indivíduo nasceu é fruto da necessidade de aliança entre diferentes famílias no interior da sociedade. Longe de ter uma causa moral ou eugênica, a proibição do incesto foi estipulada para produzir vínculos de aliança entre famílias, uma vez que o casamento entre membros de diferentes unidades familiares estimularia maior coesão e solidariedade entre as pessoas. Os laços sociais derivados do matrimônio contribuiriam para garantir a existência da família como grupo social.

Lévi-Strauss (1976) conceitua família como grupo social originado pelo casamento e pela prole do casal e cujos membros são ligados entre si por laços legais, obrigações econômicas e religiosas, direitos e proibições sexuais e por sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito.

Casamento e família são realidades sociais, culturais e psicológicas interligadas, pois o casamento, em suas diferentes formas, como contrato civil, pacto religioso, ou ainda como união livre ou consensual, sem vínculo jurídico, é fundamental para criar relações de aliança e para constituir famílias, que podem assumir diversas formas de arranjos.

Por isso, é necessário apresentar e analisar, mesmo que de maneira sucinta, como o casamento constitui-se na esfera religiosa e civil e como diferentes modalidades de família foram criadas em determinados momentos históricos.

Capítulo 1. O casamento no contexto religioso

1.1. O casamento no Cristianismo

Nos primeiros séculos do cristianismo, quando se converteram a essa religião, os pagãos já estavam na maior parte casados. Nesse período, o matrimônio não apresentava problemas especiais para a Igreja, pois quando os pagãos foram convertidos e batizados a Igreja reconhecia o casamento deles.

No início do cristianismo não era intenção da Igreja celebrar os casamentos de cristãos batizados com uma cerimônia especial, distinta do matrimônio civil celebrado na família ou no círculo social imediato. Os cristãos faziam o mesmo que os não-cristãos gregos e romanos, e mais tarde os povos germânicos, francos, celtas e outros. As cerimônias e os costumes populares associados com o matrimônio desses povos eram utilizados pelos cristãos batizados e muitos destes costumes passaram com o tempo para a esfera da Igreja (SCHILLEBEECKX, 1969).

Segundo Jounel (1957 *apud* Schillebeeckx, 1969), a Epístola a Diogneto¹, comprova que o matrimônio cristão era bem parecido com o dos pagãos. Como regra geral, os cristãos deviam conformar-se com o padrão de vida da sociedade onde viviam, tanto nessa esfera da vida social quanto em outros aspectos.

O Concílio de Elvira, realizado por volta do ano 300 a 306, também aceitou como ponto de partida que os casamentos de cristãos batizados fossem celebrados como os dos pagãos não batizados. A Igreja simplesmente aceitou a sujeição de seus membros à legislatura romana, e as causas matrimoniais também eram levadas ao tribunal civil. Porém, a Igreja cercou de cuidado pastoral os casamentos civis e familiares dos fiéis porque desejava protegê-

¹ Um dos primeiros escritos da Igreja Primitiva

los das influências pagãs, especialmente os sacrifícios aos deuses falsos (SCHILLEBECKX, 1969).

Casamento e constituição da família estavam associados e os cristãos consideravam o matrimônio também como assunto familiar no período da Igreja primitiva. Originalmente eram os pais que decidiam o matrimônio, embora no período romano-helenístico os próprios parceiros escolhessem o cônjuge.

A intervenção da autoridade clerical no caso de matrimônio entre cristãos era considerada supérflua, mas no caso de casamento de um cristão com um pagão era necessária intervenção, como aparece na primeira carta de Paulo aos Coríntios (1 Cor. 7,15). Nesse texto, Paulo considera o caso de dois pagãos unidos pelo vínculo natural. Se um deles se convertesse à fé católica e o(a) consorte pagã(o) tornasse difícil a vida conjugal, o apóstolo autorizava a parte católica a separar-se para contrair novas núpcias, contanto que o fizesse com um irmão ou uma irmã na fé. Porém, antes da separação era necessário interpelar a parte não batizada, perguntando-lhe se queria receber o batismo ou se, pelo menos, aceitava coabitar pacificamente com a parte batizada, sem ofensas ao Criador. Ou ele o contrai com o cônjuge pagão ou, se este não aceita, pode contrai-lo com uma pessoa católica. Até hoje, isso é chamado pela Igreja de princípio paulino.

A partir do século IV, os padres começaram a ter participação mais freqüente nas festas de núpcias e os pais de família cediam a eles a função de abençoar os matrimônios. Contudo, nada era obrigatório. Do século V em diante, a celebração passou, aos poucos, das casas para as igrejas. Os ritos se desenvolveram e sua realização começou a ser exclusiva dos padres. Mas tudo continuava sem nenhuma obrigatoriedade. Somente no século X é que o casamento passou a ser celebrado com liturgia própria e regulamentado pela legislação da Igreja (BUYST e FRANCISCO, 2004).

A partir do reinado de Luís, o Piedoso (814-840), a Igreja pôde introduzir na realidade social a prática geral da monogamia e da indissolubilidade dos matrimônios, proibindo totalmente o divórcio dos cônjuges (ARIÈS e DUBBY,1995).

De acordo com Schillebeeckx (1969), no ano de 1274, no segundo concílio de Lyon, pela primeira vez a Igreja Católica mencionou sete sacramentos, incluindo entre eles explicitamente o matrimônio, embora acreditasse que desde o início do cristianismo essa verdade era implícita. Intensificaram-se, então, as discussões em torno da teologia do matrimônio.

Teólogos como Tomás do Aquino e Duns Scotus tiveram participação decisiva nessas reflexões. No Concílio de Trento (1545-1563) o matrimônio foi reconhecido como um dos sete sacramentos instruídos por Cristo e ganhou formulação jurídica. Assim, o sacramento do matrimônio, elevou ao plano sobrenatural a instituição natural² do casamento.

Para a Igreja Católica, sacramento é um sinal eficaz da graça, instituído por Cristo e confiado à Igreja, através do qual é dispensada ao fiel a vida divina. O fruto, ou seja, o resultado da vida sacramental é, ao mesmo tempo, pessoal e eclesial. Por um lado, este fruto é para cada fiel uma vida para Deus em Jesus Cristo; por outro, é para a Igreja crescimento na caridade e na sua missão de testemunho (CIC 1131-1134)³. Compete à suprema autoridade da Igreja aprovar ou definir os requisitos para a sua validade e cabe a ela, determinar os que se referem a sua celebração, administração e recepção lícita, e à ordem a ser observada em sua celebração, conforme estabelece o Código de Direito Canônico (can. 841). Como o casamento é um sacramento, não pode ser dissolvido no plano religioso.

Os casais que se separam, se contraem nova união, civil ou consensual, estão impedidos de participar plenamente das atividades da comunidade católica, não podendo tomar parte na comunhão eucarística e na recepção do sacramento da confissão. Além disso,

² O fato de um homem e uma mulher se unirem e procriarem é uma lei natural porque é considerado um ato da natureza humana. Existe desde o início da humanidade.

³ Catecismo da Igreja Católica.

não estão autorizados a serem padrinhos de batismo e de crisma e de exercer a coordenação de qualquer atividade pastoral na Igreja, salvo autorização expressa do pároco.

1.2. O estado virginal considerado superior ao estado conjugal

“Os filhos deste século casam-se e dão-se em casamento; mas os que forem julgados dignos de ter parte no outro século e na ressurreição dos mortos, nem eles se casam, nem elas se dão em casamento; pois nem mesmo podem morrer: são semelhantes aos anjos e são filhos de Deus sendo filhos da ressurreição.” (Lc. 20, 34-36; Mt. 22,20; Mc. 12,25)

A partir dos textos bíblicos acima, os teólogos sempre afirmaram que o carisma do celibato religioso tem um sentido escatológico, que alguns cristãos já entraram antecipadamente, de um modo especial, no estado de serem filhos da ressurreição. Eles já renunciaram ao interesse para com esse mundo passageiro em favor de outro, isto é, da vinda do reino escatológico.

À exceção de alguns casos, isso era algo bastante novo para os judeus, especialmente para os rabinos, pois no judaísmo o matrimônio era considerado uma obrigação e julgava-se que alguém que não se casava até a idade de vinte anos cometera uma ofensa contra a lei de Deus. Há outras advertências ainda mais fortes como esta: “Quem renuncia ao casamento viola o mandamento para crescer e multiplicar-se; deve ser considerado um assassino que diminui o número de seres criados à imagem de Deus” (RANKE-HEINEMAM, 1996).

Para Schillebeckx (1969), o apóstolo Paulo via de modo bem pessoal o caráter escatológico do celibato cristão. Sua vida de abstinência não era o celibato de um homem solteiro, tampouco de um viúvo, mas com toda probabilidade, era o celibato de um homem que tinha deixado sua esposa ou então tinha sido deixado por ela, quando se converteu. Já

para Ranke-Keinemann (1996), como Paulo era fariseu, certamente deve ter se casado em torno dos dezoito ou vinte anos, uma vez que para o judaísmo, casar era obrigação incondicional ao homem e na época de sua conversão, era um homem de meia-idade e quando escreveu a Primeira Epístola aos Coríntios, provavelmente, já estava viúvo.

Como a Igreja primitiva vivia sob a expectativa de que a segunda vinda de Cristo não demoraria muito, Paulo desejava que todos vivessem em estado de tensão escatológica. Também deve-se considerar que ele escreveu à comunidade que vivia no porto de Corinto (SCHILLEBECKX, 1969). Por um lado essa comunidade vivia exposta a libertinagens e, por outro, tendia a levar uma vida extremamente ascética influenciados pelo pensamento dualista do mundo helenístico gnóstico que podia originar toda sorte de visões espirituais do matrimônio (RANKE-HEINEMANN, 1996).

O gnosticismo é uma doutrina religiosa e filosófica marcada por um dualismo acentuado em que a matéria é desprezível. Distingue nitidamente dois mundos: o mundo material, mau, e o mundo espiritual, bom. Os homens possuem um elemento material, o corpo, a carne, e um elemento espiritual, a alma, que constitui o homem verdadeiro, autêntico. Só este recebe o apelo para a salvação, ou seja, só o espírito é elemento de salvação. A redenção consiste em sair deste mundo material, mau, voltado à destruição, e dedicar-se ao mundo de Deus (FRANGIOTTI, 1995).

Esse contexto levou esses cristãos a propor várias questões a Paulo sobre virgindade e estado conjugal. Paulo respondeu dizendo que queria que todos fossem como ele, isto é, celibatário, mas que cada um recebe de Deus um dom particular. Dessa maneira, ele coloca os dois estados de vida como dons de Deus, mas devido à iminência do Juízo Final, ele ressalta o estado celibatário. Entretanto, para aqueles que não conseguem guardar a continência, aconselha que se casem, pois é melhor casar-se do que ficar ardendo (1 Cor. 7,9)⁴.

⁴ Essa forma de indicação refere-se à Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios.

Para as pessoas que já estavam casadas ele adverte que continuem as relações conjugais: “cumpra o marido os seus deveres para com sua mulher, e faça a mulher o mesmo para com o seu marido” (1 Cor. 7,3); “não vos recuseis um ao outro, a não ser de comum acordo e temporariamente, a fim de vos consagrardes à oração, depois voltai à convivência, para que não vos tente Satanás por vossa incontinência” (1 Cor. 7,5). Segundo Ranke-Heinemann (1996), essa postura de Paulo tinha como objetivo combater a visão gnóstica.

No texto bíblico da primeira carta dirigida aos tessalonicenses (1 Tes. 4,1-8), Paulo adverte: “Portanto, essa é a vontade de Deus: a vossa santificação, que vos aparteis da luxúria, que cada qual saiba tratar a esposa com santidade e respeito, sem se deixar levar pelas paixões, como os gentios, que não conhecem a Deus. Nessa matéria, ninguém fira ou lese a seu irmão...”. Para Schillebeckx (1969), o que Paulo queria era desmitologizar a relação sexual do ponto de vista da salvação escatológica.

Segundo Ranke-Heinemann, (1996), o celibato não tem fundamento nem nos evangelhos, nem nos textos de Paulo. O que se tem é a influência do gnosticismo no cristianismo ao interpretar esses textos. Numa abrangente e detalhada pesquisa, a autora descreve como a Igreja romano-católica tratou a sexualidade, a contracepção, o prazer e as mulheres ao longo de dois mil anos. Percorre os escritos dos Santos Padres e dos grandes teólogos e nos expõe o que “foi feito” das mulheres e de tudo que lhes é peculiar.

A história mostra que a obrigatoriedade da virgindade, carregada de tabus e preconceitos, ficou reservada somente para as mulheres. Para os homens, exceto os monges, a virgindade era praticamente descartada, tanto que a Igreja, devido a abusos praticados por clérigos, instituiu o celibato obrigatório. Inicialmente, essa experiência aconteceu em territórios regionais, como o da Espanha (Concílio de Elvira, 300-306), depois foi se estendendo, até que em 1123, no Concílio de Latrão, a Igreja de rito latino estabeleceu a obrigatoriedade do celibato aos clérigos de todo o mundo. (DENZINGER, 1963).

Com o tempo, as relações sexuais dentro do casamento passaram inclusive a ter caráter obrigatório com objetivo de procriação, embora o prazer carnal ainda fosse condenado e considerado como excesso, comparável ao adultério. O relacionamento sexual era regulado por todo um código, com regras sobre quando, onde e como este deveria ocorrer. Por exemplo, os esposos não podiam ter relações sexuais durante certas épocas do ano, a saber, quarenta dias antes do Natal; quarenta dias antes da Páscoa e oito dias antes de Pentecostes; nas vésperas das grandes festas; nos domingos; nas quartas-feiras (porque a quarta-feira de cinzas dá início ao período quaresmal)⁵; nas sextas-feiras (pelo fato de a morte de Jesus de ter ocorrido numa sexta-feira); nos cinco dias antes de comungar; durante a gravidez da esposa; trinta dias após o parto, se nascesse menino e quarenta dias, se fosse menina, além das penalidades que o indivíduo sofreria em caso de desrespeito a essas regras (VAINFAS, 1992; GIALDI, 1999).

A Reforma Protestante do século XVI retirou parte do domínio da Igreja Católica sobre certos preceitos e, para os fiéis de várias denominações protestantes, o sexo conjugal tornou-se amplamente aceito e houve rejeição da idéia da castidade como desejo divino.

O casamento, valorizado, deixou de ser visto apenas sob o prisma da Igreja Católica. O sexo continuava ligado à reprodução e o prazer que não se destinava à procriação era considerado algo errado (SOCCI, 1983).

Mas a concepção de que o estado virginal era superior ao estado conjugal percorreu séculos até a atualidade. Os documentos eclesiais elaborados no Concílio Vaticano II quando versam sobre castidade descrevem as pessoas que fizeram esse voto como as que “seguem o Cristo mais de perto” (LG 44; PC 1)⁶, estando, portanto, mais próximas de Deus.

⁵ Período quaresmal ou quaresma, é o período de quarenta dias que antecede a Páscoa dos cristãos. O número 40 é simbólico. Na Bíblia, ele lembra os quarenta anos que o povo de Israel vagou pelo deserto até a Terra Prometida. Lembra ainda os 40 dias que, segundo os evangelhos, Jesus passou no deserto sendo tentado pelo demônio.

⁶ LG nº 44 (Constituição Dogmática *Lumen Gentium*); PC no. 1 (Decreto *Perfectae Caritatis*).

Observa-se que há certa confusão para se distinguir os significados do celibato e da castidade. O celibato foi uma norma disciplinar que entrou na Igreja por volta do século XII. Portanto, por sua natureza, não é exigência inerente ao sacerdócio. A castidade é um voto que a pessoa faz a Deus, enquanto o celibato é uma promessa que o candidato ao sacerdócio faz ao bispo ordenante. Em que consiste essa promessa? Etimologicamente, o celibato é o estado de uma pessoa que se mantém solteira, não necessariamente casta.

Mas, para a Igreja Católica, a promessa do celibato assumiu significado semelhante ao do voto de castidade, tanto que prevê penas ao clérigo que transgredir essa norma: “O clérigo concubinário⁷ e o clérigo que persiste com escândalo em outro pecado externo contra o sexto mandamento do Decálogo⁸ sejam punidos com suspensão. Se persiste o delito depois das advertências, podem-se acrescentar gradativamente outras penas, até a demissão do estado clerical” (cân. 1395 § 1). Evidentemente, o procedimento para punição do clérigo que cometeu tal delito depende do bispo diocesano. Portanto, cumprir as obrigações do celibato na Igreja, implica também viver em castidade, embora não seja um voto como fazem outros religiosos.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* aconselha os presbíteros a viverem seu celibato como uma consagração semelhante à castidade, ou seja, assumi-lo como sinal vivo daquele mundo que há de vir e que já está presente pela fé e caridade, no qual os filhos da ressurreição não casam nem são casados.

Essa breve apresentação de algumas questões acerca do casamento visou situá-lo em uma perspectiva histórica e será retomada adiante esclarecendo a posição da Igreja Católica no presente acerca do matrimônio e de sua indissolubilidade.

1.3. Formas de organização familiar

⁷ Aquele que vive em união civil ou consensual.

⁸ Trata-se do 6º. Mandamento: "Não pecar contra a castidade".

De acordo com Bock et al (2006), a organização da família transformou-se no decorrer da história do homem. Para esses autores, as condições históricas e as mudanças sociais repercutem sobre a forma como a família irá se organizar.

Do ponto de vista histórico, Poster (1979) identifica no ocidente europeu quatro modelos de organização doméstica, a saber, a família aristocrática e a camponesa, ambas situadas nos séculos XVI e XVII, seguidas pela proletária e burguesa.

Na família aristocrática européia, predominava o controle da terra. Aspectos relacionados à higiene eram escassos, o que mantinha a taxa de mortalidade infantil extremamente alta. A função masculina era guerrear e a feminina consistia em organizar a vida social do castelo. As amas de leite eram confiados os cuidados e a amamentação dos filhos, que por sua vez não recebiam atenção ou afeto de seus pais, já que laços familiares não eram considerados importantes (BADINTER,1985).

Por sua vez, na família camponesa o que regulava os costumes eram os laços sociais significativos e interdependentes na aldeia, enquanto os relacionamentos afetivos entre membros da unidade doméstica não eram valorizados e as taxas de natalidade e mortalidade infantil eram altas. A função da mulher incluía, além da participação no trabalho do campo, a criação dos filhos, o que era feito através do auxílio de parentes e da comunidade.

Do século XV ao XVIII, as casas na Europa ocidental abrigavam pais, filhos e um grande número de aprendizes, que formavam um verdadeiro grupo social. A casa desempenhava uma função pública, pois não havia locais separados para a vida privada e a profissional, já que tudo se passava em seu interior. Não havia, dentro dessa organização familiar, aspectos concernentes à privacidade e à intimidade. As relações entre o chefe da casa, familiares, criados e aprendizes eram calcadas na proteção e na piedade. O pai devia controlar sua mulher e educar, severamente, seus filhos e cuidar dos demais moradores da casa a quem não estava ligado por elos de parentesco.

A família burguesa, que surgiu na Europa no início do século XVIII trouxe consigo o isolamento da família em si mesma, delimitando aspectos dos universos público e privado. O mundo público ressaltava qualidades como autonomia e razão para se vencer no trabalho, enquanto na esfera privada havia o enaltecimento da emoção, dos afetos e das vinculações. A família passou a se organizar de maneira diferente, inclusive na forma de distribuir os espaços da moradia. Os cômodos foram divididos, propiciando maior discrição, isolamento e intimidade. Os criados passaram a ser divididos em áreas separadas da moradia e as visitas deveriam ser marcadas com antecedência. Vários fatores como a importância que a criança adquiriu na sociedade, além dos princípios advindos da filosofia das Luzes – que pregava a busca da felicidade e valorizava o amor – aproximaram marido e esposa. Partindo do postulado de que o homem foi feito para ser feliz, a família passou a ser o lugar no qual a felicidade pode reinar.

A família proletária, que surgiu no século XIX com a industrialização, continuou o padrão pré-industrial de alta fertilidade e alta mortalidade. A base de propriedade era diferente, pois o pai não tinha capital para fundamentar sua autoridade. Os jovens de ambos os sexos afirmavam cedo sua independência em relação aos genitores. Os trabalhadores também, tendiam a se casar mais cedo do que os membros da burguesia, pois não havia interesse de propriedade que pudesse retardar suas inclinações. A mulher continuava realizando os afazeres domésticos e trabalhando fora. A dominação masculina que já acontecia no lar, estendeu-se também à fábrica, assumindo novas formas (POSTER, 1979). Contudo, a mulher era valorizada como trabalhadora produtiva em vez de gentil guardiã da virtude. Pelo fato de a jornada diária de trabalho ser de catorze a dezessete horas, os filhos eram praticamente criados pela rua e não pela família. Tinham à sua frente uma rede muito mais ampla de adultos, pois a família proletária tinha mais características em comum com a família camponesa do que com a burguesa. Entretanto, a autoridade patriarcal não foi totalmente reproduzida entre os trabalhadores industriais (POSTER, 1979).

Nessas circunstâncias, a burguesia inicia um trabalho filantrópico com as famílias dos trabalhadores na tentativa de incutir alguns aspectos da família burguesa o que fez com que a mulher proletária ficasse cada vez mais no lar com os filhos. Todavia, a completa domesticidade burguesa não atingiu a classe trabalhadora. Nesta fase, a tendência dos trabalhadores era formar uma sociedade masculina que girava em torno do trabalho e do bar, enquanto que as mulheres estabeleciam sua própria comunidade baseada na residência. Nesse sentido, a mulher proletária se assemelhava mais a da velha comunidade campesina do que o isolamento da mulher burguesa. É só num terceiro estágio, por volta de 1950, que a classe trabalhadora, reconhece a legitimidade moral da burguesia ao adotar a sua estrutura familiar. A classe trabalhadora européia e norte-americana não encontrou melhor forma de criar os filhos, repartir afeição e sexualidade entre os sexos e desfrutar as horas de lazer do que imitar ou aspirar aos padrões burgueses (POSTER, 1979).

Como decorrência de várias transformações sociais ocorridas no final do século XVIII e no início do século XIX surgiu uma nova concepção de casamento que respeitava um pouco mais os desejos dos indivíduos. Ao lado da privatização do espaço doméstico, que passou a enfatizar os aspectos individuais e familiares, essa diferenciação entre espaço público e privado proporcionou à família maior união e a infância começou a ser vista como etapa importante da formação dos imaturos. A partir da valorização da criança, como ser em formação e da preocupação com sua educação, é que a família assumiu uma função moral e espiritual (ARIÈS, 1981). O cuidado dispensado às crianças passou a ressaltar a afetividade entre os membros da família.

A aprendizagem tradicional, que era realizada nas casas de famílias, passou a ser substituída pela escola. A família e a escola foram as responsáveis pela retirada das crianças da sociedade dos adultos, confinando-as em um regime disciplinar, cada vez mais rigoroso (ARIÈS, 1981).

1.4. A família brasileira do período colonial ao século XIX

No Brasil, a configuração da família sofreu muitas variações no decorrer da história. Costa (2004) descreve como a família patriarcal do Brasil colônia transformou-se na família nuclear, no final do século XIX.

Do período colonial até meados do século XIX, expõe o autor, as famílias brasileiras eram muito numerosas, incluíam não só o casal e seus filhos, mas também filhos ilegítimos, parentes, afilhados, compadres, agregados e até meninas e moleques de serviço. Todos viviam dentro das casas com muita simplicidade e a proximidade física entre membros da família, outros parentes e pessoas não aparentadas, inclusive escravos, permitia a quebra de certas barreiras sociais, aproximando na aparência o que na realidade era indiscutivelmente distante.

As modalidades culturais de relacionamento impediam a aproximação afetiva entre marido e esposa e entre pais e filhos, facilitando a dispersão do sentimento de intimidade, impossibilitando o surgimento da privacidade familiar, e desestimulando elos afetivos entre os integrantes da família. Em função disso, ficava reservado às escravas a incumbência de cuidar das crianças, que nem eram sequer percebidas pelos pais na sua individualidade e subjetividade.

A família colonial era bastante hierarquizada, ocupando o homem o topo da pirâmide. Era o pai, o marido, o chefe da empresa, o comandante da tropa, a quem todos os demais se subordinavam e obedeciam. O único interesse que contava era o do pai. As demais vontades e interesses individuais eram desestimulados. O pai podia decidir se o filho iria estudar, que profissão deveria seguir, com quem poderia casar. Detinha, desse modo, o direito considerado natural e sobrenatural de mandar e ser obedecido. Dele eram exigidas todas as iniciativas econômicas, culturais, sociais e sexuais. Representava todos os valores que mantinham o *status quo* da família.

A mulher estava sempre envolvida com ocupações domésticas, com a organização da casa e a supervisão do trabalho escravo. Ela exercia múltiplas funções, de enfermeira, médica, professora, e todos os cuidados da residência eram dirigidos por ela.

Com a vinda da família real para o Brasil, as regras foram sendo lentamente mudadas. De acordo com o relato de Costa (2004), os instrumentos de reafirmação de poder se tornaram outros. O dinheiro não mais bastava. Era necessário se aristocratizar. Desta forma, houve uma corrida pelos títulos nobiliárquicos, que traziam prestígio e privilégios, possibilitando a participação na vida da corte. Pressuposto para sua obtenção, entretanto, era a aquisição de certos hábitos culturais, novos costumes e modos de viver.

A família precisou romper sua couraça e abrir a casa ao convívio com estranhos. A recepção de visitantes era uma estratégia para criação de vínculos sociais que podiam contribuir para o enriquecimento da aristocracia empobrecida e de enobrecimento para as famílias endinheiradas. Festas privadas se tornaram habituais. Bailes e saraus eram ocasiões para fazer contatos e alianças políticas, conspirações econômicas, e para disputar o poder. Nesse ambiente, exibiam-se as qualidades dos filhos, visando encontrar-lhes bom casamento, criando-se alianças com famílias da mesma condição social ou em posições mais elevadas.

Para arranjar um bom casamento era necessário mais que títulos ou riqueza. Boa educação, requinte de maneiras, bom gosto, também contavam muito na escolha do pretendente. Um filho ou uma filha saudável e educado valia mais que muitas terras. As particularidades pessoais ganharam, assim, mais expressão.

Devido a isso, houve necessidade de uma reorientação das normas reguladoras da vida doméstica. Investimentos foram feitos na saúde e na educação das crianças. A relação entre pais e filhos também mudou. Os pais passaram a se disciplinar, a fim de dar bons exemplos aos filhos e a família passou a ser vista como local de proteção e cuidados da infância.

As mulheres souberam tirar vantagem dessa mudança de valores, pois perceberam que muito dependia delas. Até mesmo a carreira política e econômica do marido sofria influência

direta de suas habilidades sociais, de sua capacidade de receber convidados socialmente importantes. Passaram, assim, a reivindicar cuidado e atenção que não desfrutavam antes.

A necessidade de fazer com que a família toda, inclusive as crianças, chegasse a dominar os hábitos e regras da civilização européia, marca de classe e emblema de diferenciação social, fez com que aumentasse o interesse dos pais pelos filhos, dos maridos pelas mulheres, e vice-versa, sendo dada mais atenção a particularidades, inclusive sentimentais de cada um, conforme a singularidade das diversas faixas etárias.

Na falta de um código claro, permanente, e frente a tantas modificações ocorridas em tão pouco tempo, cada vez mais as famílias se sentiam desamparadas e sem orientação. Foi um período de anomia interna das famílias. Uma solução encontrada foi o recurso aos médicos, pois acreditava-se que eles eram donos de um saber que lhes fazia portadores de soluções científicas neutras.

Destarte, surgiu o Movimento Higienista, que apresentava a medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos, ajudando a família a se adaptar à urbanização, divulgando formas de convivência e de organização interna, determinando novos papéis e funções sociais para seus membros (COSTA, 2004).

De acordo com a análise de Costa (2004), a intervenção da medicina começou com uma crítica da higiene colonial, segundo a ordem científica. É preciso ressaltar, entretanto, que nem sempre os conselhos médicos defendiam realmente a saúde e higiene do conjunto da população. Os agentes de saúde procuravam, na verdade, retirar o máximo rendimento em termos de poder sobre as famílias. Apresentavam-se como necessários e indispensáveis e impunham um modelo completo de organização social, que regulava desde a maneira de construir casas de forma mais favorável à salubridade e ao asseio pessoal, até regras mínimas de etiqueta social. A palavra do médico contava com ampla aceitação na sociedade da época.

Antigos hábitos coloniais foram atacados pelo movimento higienista, que atribuíam a eles a causa de diferentes males e doenças. Os escravos, que antes desfrutavam de grande

proximidade com a família colonial, foram tidos pela medicina como noviços à saúde, fontes de numerosas doenças orgânicas e produtores de graves defeitos e desregramentos morais e sexuais. Acusados de corromper as famílias, principalmente os jovens, os escravos foram tidos como inimigos suspeitos dentro da própria casa, e usados para fazer despertar na família um sentimento de medo, culpa e suspeita em relação ao ambiente interno da residência, o que mantinha aceso o terror à doença, o que era bastante útil para a classe médica.

De peça indispensável, o escravo tornou-se algo indesejável, ameaça constante da doença, morte, desgraças e infelicidades. Numa época em que o mundo tendia a suprimir a escravidão da cena social, essa versão médico-política do escravo veio contribuir para tornar indesejável o contato próximo com os escravos. Eles foram, dessa maneira, afastados do serviço da casa e dos cuidados com os filhos dos senhores. Para desencumbirem-se da educação de seus filhos, as famílias mandavam vir preceptoras da Europa.

Os médicos higienistas preocuparam-se também em reduzir formas de sociabilidade públicas retirando a família da promiscuidade da rua, que era suja e infecta, voltando-a para o interior do lar. Criaram, de certo modo, um horror ao mundo exterior, condenando festejos populares profanos, como entrudo carnavalesco, e apontando o aspecto perverso, obsceno e potencialmente destrutivo do mundo. Isso colaborou para que os indivíduos buscassem na intimidade e no controle moral de uns sobre os outros o antídoto contra os vícios do meio externo. Quanto maior o intercâmbio entre a casa e a rua, mais intenso e violento o controle moral da família sobre os indivíduos.

Na verdade, a carga da brigada médica tinha vários pontos em mira. Em nome da defesa dos filhos vinham os ataques contra os patriarcas e os celibatários. Buscava-se fixar a sexualidade masculina na relação com a esposa, desviando-a da prostituição. Isso tinha como objetivo extinguir as doenças venéreas e prevenir o nascimento de filhos sífilíticos. Por conta disso, procurou-se eliminar o casamento de velhos com mulheres jovens. Para tornar a figura

do velho inapta ao casamento, dele é construída uma imagem desprovida de qualquer valor humano.

Os médicos também passaram a estimular, nas famílias, o hábito da comensalidade, ou seja, a reunião em torno da mesa para fazer as refeições, o que proporcionou ocasião para o estreitamento das relações afetivas, a coerção educativa e a regulação recíproca das condutas. Nesses momentos, faziam-se relatos dos acontecimentos diários, discutiam-se as soluções de problemas e se exerciam controles recíprocos sobre os membros do grupo familiar. O sentido de intimidade familiar começou a ser praticado e o convívio entre pais e filhos foi valorizado. O amor paterno, materno e filial pôde, então, começar a florescer. Pais ciosos, passaram a valorizar sentimentos dos filhos, suas virtudes e seus valores.

Da cisão da família patriarcal, causada pelo bombardeio médico, surgiu a “família íntima” ou “nuclear”, que havia aprendido a relacionar-se com a cidade. A intimidade tornou-se ocasião de repouso, a casa transfigurou-se em lar higienicamente reorganizado. A relação com as crianças foi modificada e elas ganharam importância e passaram a ser objeto de proteção e cuidados da família.

No contato mais orgânico e menos onipotente com o mundo, a família adquiriu nova função social, co-responsável pela ordem e pelo desenvolvimento do Estado, pela construção do futuro da nação. Crescimento e progresso tinham relação direta com o aperfeiçoamento físico e moral dos indivíduos, pelo qual a família era a grande responsável. Amor à família e amor ao Estado começaram a se identificar.

Capítulo 2. Casamento e separação: da modernidade à contemporaneidade

2.1. Os significados do casamento

Assim como a família, o casamento é uma instituição que está presente nos mais diversos contextos sociais, apresentando em cada um deles formas e significados diferentes.

Na Europa pré-moderna, grande parte dos casamentos ocorria muito mais sob a influência da situação econômica do que em função da atração sexual mútua. Entre as famílias camponesas, o casamento era uma forma de organizar o trabalho agrário. Nesse contexto, era improvável que uma vida caracterizada pelo trabalho árduo e contínuo fosse favorável à expressão de afetos. Existem relatos de que entre os camponeses da França e da Alemanha do século XII, demonstrações de afetos como beijos e carícias eram raros entre os casados. Contudo, entre as famílias aristocráticas, a licenciosidade sexual era abertamente permitida às mulheres tidas como “respeitáveis”. Em certas épocas e locais, essas mulheres podiam buscar seu próprio prazer sexual, independentemente das exigências de reprodução biológica e do trabalho rotineiro. Também em outros grupos nobres europeus, era comum encontrar a notória distinção entre a sexualidade “casta” do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais. Desse modo, os aspectos afetivo e sexual não eram considerados requisitos importantes para a formação das uniões conjugais (GIDDENS, 1992). Como a decisão da escolha não era feita por parte dos noivos, havia pouco ou nenhum investimento emocional entre os parceiros e a característica básica do casamento era a indissolubilidade.

A partir do final do século XVIII, o ideal de amor romântico, gerado e difundido a partir das transformações sociais e encampado pela literatura, exerceu influência principalmente sobre os grupos burgueses. Esses ideais promoveram mudanças nas relações conjugais, introduzindo o amor no casamento. Desse modo, aspectos econômicos e sociais perderam força como fatores determinantes das uniões conjugais.

A difusão dos ideais do amor romântico no século XIX, ligado a ideais de liberdade e auto-realização pessoal, com a valorização das emoções, tornou-se elemento essencial para o matrimônio. Este passou a ser uma forma de relacionamento em que a compatibilidade psicológica era importante e considerava-se que um cônjuge completava o outro, privilegiando-se o amor sublime em detrimento da sexualidade, relegada ainda a segundo plano. Os homens, no entanto, desfrutavam da possibilidade de buscarem a realização sexual fora do casamento, através da relação com amantes e prostitutas (GIDDENS, 1992).

Nesse contexto, ocorreu gradativamente o enfraquecimento dos laços de aliança econômica no casamento. A partir daí, as uniões conjugais foram motivadas mais por questões pessoais do que por fatores de aliança familiar e econômica e os parceiros adquiriram uma nova posição na família, a de colaboradores em um empreendimento emocional conjunto. No entanto, é fundamental considerar que a posição social dos parceiros continuava a ser elemento relevante na escolha do cônjuge. Nesse sentido, a relação amorosa continuava a seguir regras que orientavam as pessoas a exercerem sua escolha afetiva no interior de um determinado conjunto de possíveis parceiros conjugais de categoria social semelhante a sua. Porém, a inclusão dos afetos na escolha conjugal contribui para converter o lar em local de afeto e de apoio emocional (GIDDENS, 1992).

O amor romântico era uma forma de amor vivido basicamente pelo sexo feminino. Os homens afirmavam sua sexualidade mediante a distinção entre dois tipos de mulheres, as imaculadas e as impuras. A premissa de que o amor verdadeiro, quando encontrado, é “para sempre” esteve associada ao caráter romântico das relações conjugais. A satisfação emocional e a felicidade sexual no amor romântico seriam garantidas pela força da união do próprio amor. Para isso, a idéia da mulher respeitável era uma condição necessária para a manutenção da felicidade sexual garantida pelo amor (GIDDENS, 1992).

Para atingir esse objetivo, no entanto, a restrição da sexualidade feminina antes do casamento era fundamental. O resultado desta proposição pode ter acarretado anos de

infelicidade nos casamentos, devido ao fato de que o amor como uma fórmula para o casamento nem sempre sustentava as várias exigências para seu desenvolvimento.

Nesse novo quadro de relações, a sexualidade começou a ter destaque no casamento e o amor também adquiriu amplitude e passou a representar a base para as uniões conjugais. A influência dos ideais românticos no casamento ficou socialmente registrada na idéia de um envolvimento prolongado e na construção de uma “história compartilhada” com o outro. No amor romântico, o parceiro amado é idealizado e além do caráter sonhador e fantasioso do romance, presume-se um encontro de almas.

No amor romântico, ocorre o fenômeno típico do amor-paixão. O indivíduo deixa-se absorver pelo outro, porém de forma integrada a uma busca em que a auto-identidade do indivíduo espera sua validação por meio do encontro com o outro.

Giddens (1992) salienta que os homens se mantiveram afastados das transformações ocorridas no casamento e nas relações pessoais, sendo nelas introduzidos pelas mulheres. Para o sexo masculino, o casamento ocorria seguindo os moldes nos quais a virgindade feminina era protegida até o momento da santificação da união. Os homens mantinham dissociadas as experiências do amor romântico das regras de sedução. Especialistas em diversas formas de conquista, os homens pouco sabiam sobre questões de intimidade.

A era vitoriana fez com que a sexualidade passasse a ser relacionada à excreção, como algo impuro e repulsivo. O amor era dessexualizado, de forma que o homem deveria controlar seus impulsos sexuais, qualificados como inferiores, enquanto considerava-se que as mulheres, exceto prostitutas, não possuíam desejos sexuais. O ideal feminino era o de mãe pura, sem atrativos sexuais, imaculada e impecável, cujo amor era capaz de espiritualizar o homem (MATOS, 2004).

Desde o final do século XIX notáveis mudanças psicossociais marcaram o casamento. Esse processo é apontado em estudo realizado por Hurtebise (*apud*, Singly, 1993) mediante a análise de correspondências amorosas do final do século XIX à segunda metade do século

XX. Nesse estudo, o autor destaca três momentos nos quais ocorre progressiva mudança projeto amoroso do casal. O primeiro momento corresponde aos anos entre 1860 a 1920, período no qual o casal se posiciona como uma continuação da sua família de origem e se define em relação a esse pertencimento. Na fase que vai de 1920 a 1960, os cônjuges adquirem mais autonomia em relação às famílias de origem e a relação amorosa torna-se parte de um projeto comum dos parceiros. A importância para os casais passa a ser a manutenção da relação em função de suas afinidades afetivo-sexuais e intelectuais, muito mais do que viver de acordo com papéis pré-estabelecidos, embasados em vínculos institucionais, sociais e religiosos. No terceiro momento, de 1960 a 1988, a atenção se desloca do laço amoroso do casal para os desejos do indivíduo. Nesse momento a valorização das necessidades individuais na relação ganha destaque. O casal já não se constitui baseado nos referenciais das famílias de origem e passa a ser definido pelos indivíduos envolvidos na relação. O vínculo conjugal é estabelecido a partir dos desejos de cada parceiro, não mais por convenções sociais tradicionais. Esses três momentos mostram a progressiva valorização das necessidades individuais na relação conjugal e a diminuição da ênfase na dimensão institucional do casamento.

O século XX foi palco de intensas mudanças nas práticas sexuais e nas representações sobre sexualidade, amor e casamento, o que ocorreu devido a alguns fatores históricos. Pode-se destacar a Primeira Guerra Mundial, que colaborou para maior liberdade sexual, devido ao medo da proximidade da morte, que alimentou a mentalidade de se ter prazer imediato. Paralelamente, o advento da Psicanálise trouxe a discussão acerca da sexualidade, inclusive de crianças, considerando o prazer sexual como necessário e saudável e não condenável como antes.

A partir da segunda metade do século passado, transformações sociais importantes como a emancipação feminina, a independência em relação à família de origem, os avanços

tecnológicos, a globalização, entre outros fatores, influenciaram a mudança de significado da família, do casamento, das relações afetivas em geral.

O movimento feminista, iniciado de forma incipiente no século XIX, e que se consolidou definitivamente no século seguinte, trouxe, gradativamente, importantes mudanças sociais, alterando a posição da mulher na família e na sociedade e sua relação com o sexo masculino. Essas transformações incluíam o voto feminino, o ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho, o que promoveu sua independência financeira, tornando-a relativamente menos dependente do controle masculino. Paralelamente, a sexualidade tornou-se mais livre e a maternidade fora do casamento passou a ser aceita. Em meados do século XX, surgiram métodos eficazes para o controle da reprodução biológica, o que contribuiu para a desvinculação obrigatória entre sexo e reprodução (DURHAM, 1983; SOCCI, 1983; ROMANELLI, 1986; PAULO, 2006).

Já nas décadas de 1950/60, com o crescimento das cidades, é grande o número de mulheres que conquistaram o direito de ir para a universidade. Tal processo, muitas vezes, se fazia mediante a mudança da casa paterna, já que as universidades se concentravam nos grandes centros. Pais e irmãos não representavam mais a fonte exclusiva de abertura para a vida social mais ampla das mulheres. Esse processo evoluiu num percurso com a mudança do poder decisório dos pais. Os pais passavam a aceitar o que a geração mais nova determinava para si mesma. Essa geração assumiu o poder e o direito de escolha de seus próprios parceiros, inclusive se esta escolha deveria ou não durar para sempre (ROMANELLI, 1986).

Os novos valores vigentes, a maior atenção às necessidades individuais, colocaram a subjetividade e os vínculos emocionais com o outro, como um princípio relevante na vida conjugal. O indivíduo passou a ser valorizado em sua singularidade e as relações, inclusive na família, são valorizadas em sua qualidade, e não pela obrigatoriedade de convivência entre sujeitos.

Simone de Beauvoir, que defendeu a valorização da individualidade e da liberdade feminina, acreditava ser o casamento uma instituição perversa desde a origem. Em sua concepção, a declaração de que um homem e uma mulher devem bastar-se de todas as maneiras durante toda a vida engendra necessariamente hipocrisia, mentira, hostilidade e infelicidade (BEAUVOIR, 1983). Essa autora afirmava seu interesse pela transcendência, superação e expansão dos indivíduos.

De fato, o grande destaque da contemporaneidade é a ênfase no domínio do indivíduo sobre sua vida e o predomínio de seus desejos, o que acarreta consequências sobre a vida conjugal.

Segundo Giddens (2000), o casamento era considerado uma prática tradicionalmente aceita, com funções e papéis sociais a serem cumpridos após a entrada dos jovens no matrimônio. Na sociedade contemporânea, o predomínio do individualismo privilegia as realizações pessoais de cada um. A busca de auto-realização e maior autonomia ampliou a atuação, sobretudo, das mulheres. Questões referentes à sexualidade feminina e à maternidade foram reformuladas e a união conjugal passou a ser modelada por novos valores. A intimidade tornou-se um fator fundamental na organização e na manutenção da vida em comum.

Singly (1993) salienta a fragilização do casal como uma das consequências da valorização da autonomia no casamento contemporâneo. Ao mesmo tempo esse autor avalia o gradativo afastamento dos cônjuges de suas famílias de origem como um fator de transformação na dinâmica das relações conjugais e familiares. O casal contemporâneo adquiriu novo formato, centrando-se sobre si mesmo. A concepção sobre o laço conjugal passou a significar muito mais um envolvimento dos membros do casal entre si do que uma ligação deles com suas famílias de origem. A progressiva autonomia do laço conjugal na contemporaneidade e, em decorrência disso, a diminuição da função do casamento como instituição e sua desvalorização como relação indissolúvel (SINGLY, 1993).

A influência do individualismo no casamento contemporâneo também é analisada por Féres-Carneiro (1998). Se por um lado, a valorização da individualidade possibilita aos parceiros a opção por novas escolhas, por outro lado entra em choque com as demandas da relação em comum. Os novos casais sentem dificuldades em estabelecer uma “identidade conjugal” na relação, já que o exercício da autonomia somado ao exercício das demandas conjugais parece contraditório. A ideologia individualista dificulta o estabelecimento de um projeto comum na conjugalidade, pois esse último demanda a renúncia a alguns projetos pessoais na construção da “identidade conjugal”.

Do mesmo modo, Dias (2000) argumenta que o processo de construção da conjugalidade desenvolve-se entre aspectos contraditórios. Os parceiros oscilam entre a negação de suas individualidades em prol da integração do casal e, posteriormente, reafirmam suas diferenças, investindo no desenvolvimento individual. Esse processo torna a construção do casal contemporâneo uma tarefa difícil, devido à tentativa de conciliar demandas contraditórias.

Homens e mulheres imersos em valores individualistas apresentam dificuldades em manter equilíbrio entre a expressão e satisfação de suas necessidades pessoais e a manutenção da união estabelecida. Por tudo isso, os casais tornam-se pouco tolerantes às frustrações do casamento. Desta forma, a percepção das insatisfações conjugais pode levá-los mais facilmente às separações e renovações de suas escolhas (SINGLY, 1993).

Para Goldenberg (2000), mais do que o formato do casamento, deve-se buscar compreender a constituição e os fundamentos do laço afetivo na relação conjugal. Os novos casais estruturam suas relações mediante diferentes diálogos sobre romantismo, amor-paixão, amor-companheiro, individualidade, identidade conjugal, cumplicidade, diferenciação, fusão, entre outros tantos temas que, muitas vezes, geram sentimentos contraditórios e conflitos relacionais. O grande desafio para os novos casais parece ser a construção de um universo

comum, com a possibilidade de expressão de individualidade de cada parceiro, o que indica a necessidade de novos padrões de relacionamento.

Apesar da presença intensa de valores do individualismo, família contemporânea tende a ser vista como uma rede de relações afetivas (THÉRY, 1996). Nesse sentido, a família é construída a partir das necessidades e desejos dos indivíduos, mas a solidariedade e a reciprocidade continuam sendo importantes fundamentos de convivência doméstica.

Liberdade e reciprocidade constituem as categorias que melhor representam os novos arranjos nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres. No lugar das antigas categorias utilizadas pelas feministas, como luta por igualdade e reivindicação dos direitos da mulher, temos atualmente novas idéias que expressam melhor o que é valorizado no cotidiano de um casal, como o respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca e crescimento mútuo. Muito mais do que modelos sociais a serem reproduzidos, homens e mulheres procuram inventar suas formas de parceria amorosa (GOLDENBERG, 2000).

As características do casamento contemporâneo, seus valores contraditórios, o aumento do individualismo nas relações e as expectativas de felicidade parecem estar relacionadas ao crescente número de separações ocorridas na atualidade. Para Féres-Carneiro (1998), esse fato não indica uma falência na instituição do casamento. As separações e divórcios reforçam a importância do casamento atual como união que satisfaça as expectativas dos parceiros.

Em um estudo sobre individualismo e conjugalidade, Magalhães (1993) estabelece uma distinção na concepção que homens e mulheres entrevistados por ela têm sobre casamento. As mulheres definem o casamento como uma relação amorosa, os homens, no entanto, concebem o casamento como constituição de família.

Féres-Carneiro (1998) aponta o predomínio feminino nas demandas de separação. Para as mulheres, quando o casamento não vai bem, sobretudo na sua vertente amorosa -

admiração pelo cônjuge, intimidade e relacionamento sexual – a separação conjugal parece inevitável, tendo em vista que, para elas o casamento é sobretudo “relação de amor”. Para os homens, entretanto, que definem o casamento como “constituição de família”, o fato de a relação amorosa não estar bem não é suficiente para justificar o fim do casamento. Os processos de separação são iniciados predominantemente por mulheres. Estes dados são confirmados também em estudos realizados na clínica com casais (FÉRES- CARNEIRO, 1980, 1995).

A relação conjugal, fundamentada na construção das identidades pessoais e na busca de satisfação de aspirações e desejos de cada parceiro, caracteriza-se por maior fragilidade, por redefinições e por rompimentos freqüentes, e os cônjuges insatisfeitos com a vida em comum não mais permanecem juntos em nome do princípio da indissolubilidade do casamento.

2.2. Casamento, afetividade e constituição da família na sociedade brasileira

No Brasil, o processo de modernização nas normas e nos valores referentes ao casamento, à sexualidade e à vida familiar, foi acompanhado por transformações econômicas intensas que ampliaram a desigualdade social, empobrecendo setores da população. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade da contribuição do salário da mulher para assegurar a manutenção da família (ROMANELLI, 1986). O ingresso da mulher no mercado de trabalho mudou sua condição, na medida em que ela passou a ter independência financeira, o que redefiniu sua posição social na família e na esfera pública. Alteraram-se, assim, os padrões de relacionamento entre gêneros, o que acarretou questionamentos, por parte das mulheres, dos modelos hegemônicos ordenadores da família e da sexualidade. Com marido e esposa no mercado de trabalho, a relação conjugal, o trabalho e a educação dos filhos começaram a ser

reformulados, o que acarretou mudança no equilíbrio nas relações de gênero (ROMANELLI, 1986).

Em função dessas mudanças, os cônjuges passaram a exigir muito mais do parceiro no casamento. A amizade e o companheirismo, embora importantes, não eram mais considerados suficientes. A sexualidade compensadora passou a ser indispensável na manutenção do vínculo conjugal (GIDDENS, 1992). Se não há satisfação na relação, não será o aspecto financeiro que fará com que o casal permaneça junto.

Todas essas transformações, que se manifestaram de modo gradual, abalaram o ideal de casamento único e indissolúvel, tornando aceitável o recasamento, já que o amor já não era mais considerado eterno, e com isso, experiências de monogamia sucessiva já não são mais tão raras.

Atualmente, uma nova geração de mulheres e homens tem deixado a casa paterna não mais para casar, mas para “viver a própria vida”. O foco da atenção mudou do casamento para os relacionamentos em si. O termo relacionamento, recentemente instituído, caracteriza relações cujo vínculo emocional é estreito e contínuo com outra pessoa. Giddens (1992) introduz a expressão “relacionamento puro” e escreve que o modelo contemporâneo de relacionamento nasce do interesse de cada um em manter-se associado ao outro e o que importa é a própria relação, o que cada um pode extrair da convivência em termos de satisfação pessoal.

A característica central dessa forma de relacionamento é a confluência. O amor confluyente é ativo e contingente e, por isso, se opõe às categorias “para sempre” e “único”, advindas da idéia do amor romântico. Assim, a realidade do prazer sexual recíproco tornou-se um elemento chave na manutenção ou não do próprio relacionamento. No amor confluyente não existe a distinção entre mulheres respeitáveis e impuras. Em seu ideal, todos têm a oportunidade de se tornarem sexualmente realizados. Para tal, torna-se fundamental que os parceiros conheçam as características do outro, inclusive as sexuais. A exclusividade sexual

tem sentido na medida em que os parceiros a considerem desejável. O amor confluyente se desenvolve na proporção em que cada parceiro manifesta preocupação em relação ao outro, mostrando-se sensível às suas necessidades. Desse modo, é um amor estreitamente relacionado ao grau de intimidade entre os parceiros. A intimidade é compreendida como uma disponibilidade entre os parceiros para a troca, para conhecer e revelar as peculiaridades de cada um. A abertura para o outro exige a colocação dos limites pessoais mediante um processo comunicativo. A relação de intimidade presente no amor confluyente depende de uma comunicação emocional clara de cada um para consigo mesmo e com o outro. Dessa forma, o relacionamento procura ajustar-se ao desenvolvimento individual de cada parceiro. O que mantém as uniões embasadas no amor confluyente é a aceitação por parte de cada parceiro, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha benefício suficiente da relação conjugal que justifique sua continuidade (GIDDENS, 1992). O mesmo autor, no entanto, mostra que essa forma de convivência, apresenta intrinsecamente, suas dificuldades, pois, nela, a confiança não tem apoios externos e tem de ser desenvolvida tendo-se como base a intimidade (GIDDENS, 2000).

Comentando essa temática, Blank (2006) salienta que os “relacionamentos puros” se baseiam numa contradição intrínseca que funciona como um círculo vicioso, pois, o relacionamento puro também funciona como um círculo vicioso. Ele se caracteriza pela atitude de não querer assumir um compromisso duradouro, pois, pode ser terminado, mais ou menos à vontade, por qualquer dos parceiros em qualquer momento particular. Para que um relacionamento tenha a probabilidade de durar, é necessário o compromisso. Baseado nesse fato fundamental é o compromisso duradouro que é a pré-condição para manter-se o relacionamento.

No entanto, como Dias (2000) analisa, o casamento contemporâneo funda-se na busca da satisfação emocional e afetivo-sexual de ambos os parceiros. Os casais valorizam o espaço individual da relação, respeitam as diferenças, atribuem importância ao diálogo e à expressão

das emoções. Buscam uma relação de correspondência afetiva, desejo pelo outro, compatibilidade sexual e preservação da individualidade e, dentre os fatores de maior destaque, a afinidade sexual é um valor tão expressivo que é considerada um termômetro da relação conjugal. As oscilações constantes no campo sexual levam muitos casais a questionarem a manutenção ou não do casamento.

Jablonski (1998) destaca o amor-paixão como uma característica típica dos estágios iniciais dos relacionamentos contemporâneos. No entanto, essa característica se transforma naturalmente conforme a relação cresce e se solidifica. A convivência cotidiana dos parceiros e as experiências entre eles compartilhadas possibilitam a transformação do sentimento inicial de amor-paixão em amor-companheiro. Assim a intensidade e o prazer do relacionamento sexual cedem à cumplicidade e ao envolvimento mais terno do amor-companheiro. No entanto, com o destaque acentuado da vivência do prazer nas relações conjugais e a influência da cultura na valorização do amor-paixão em detrimento do amor-companheiro, muitos casais identificam a passagem do amor-paixão para o amor-companheiro como uma crise ou o fim da relação.

Quando a relação conjugal é mantida após a passagem de um estado a outro do sentimento de amor, alguns casais podem sentir uma nostalgia da paixão inicial e frustração por não mais usufruir aquele prazer intenso do primeiro momento. Essa nostalgia pode levar a uma busca pela recuperação da paixão e do prazer de forma mais intensa, produzindo insatisfação na relação ou a busca de novos objetos de amor (GOLDENBERG, 1994).

A presença de uma forte valorização da sexualidade leva os jovens a buscarem conhecimentos que propiciem experiências sexuais mais prazerosas e intensas na sociedade contemporânea, como salienta Dias (1995). Os novos casais questionam a qualidade das relações sexuais que mantêm o prazer de cada um na relação, a fidelidade, fantasias e preferências individuais. Esses questionamentos demonstram como os relacionamentos atuais encontram-se embasados na presença do amor e do prazer na relação.

As transformações na intimidade, o aumento do individualismo e as mudanças nos papéis de gênero caracterizam as relações conjugais contemporâneas. Além das transformações psicossociais que envolvem a conjugalidade, o novo casal marca a inauguração de uma nova fase no ciclo vital, a constituição da família. Na formação do novo casal, este terá que lidar com as diferenças e influências dos padrões das famílias de origem de cada parceiro, num contínuo processo de elaboração e construção da própria conjugalidade.

Em pesquisa com famílias americanas de classe média no final do século XX, Carter e McGoldrick (2001) dividem os estágios do ciclo de vida familiar destas em seis etapas:

- 1- saindo de casa: jovens solteiros
- 2- a união das famílias no casamento: o novo casal
- 3- famílias com filhos pequenos
- 4- famílias com filhos adolescentes
- 5- lançando os filhos e seguindo em frente
- 6- famílias no estágio tardio da vida

De acordo com Carter e McGoldrick (2001), tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas do ciclo de vida familiar, embora essa etapa seja considerada como a mais fácil e feliz. O casamento, freqüentemente, sucede a fase do namoro, período em que ocorre o conhecimento mútuo dos parceiros. O significado do casamento, contudo, vai muito além da união entre duas pessoas. Ele representa a modificação de dois sistemas inteiros, ou seja, as famílias dos cônjuges. Estes, ao se unirem, inauguram um terceiro sistema, que é o “novo casal”. Os três sistemas, no entanto, vão formar o macrossistema familiar. Evidentemente que, há uma modificação nas famílias de origem de cada um. Esta inauguração deflagra transformações nas redes familiares que deverão forjar novos relacionamentos. Na cultura irlandesa, por exemplo, existe extrema rigidez em torno do novo subsistema familiar. Considera-se o casal como dois parceiros separados da família ampliada a ponto de os pais

serem considerados intrusos caso ofereçam conselhos. Já na cultura italiana, a família ampliada freqüentemente aconselha o novo casal, participando ativamente nas questões relacionadas ao subsistema conjugal, sendo a fronteira entre eles bastante difusa. Desse modo, observa-se que algumas sociedades esperam que o casal estabeleça uma união com a família ampliada, outras esperam que ele se constitua como uma família nuclear destacada e independente das famílias de origem (CARTER e McGOLDRICK, 2001).

Nessas circunstâncias, no final do século XX emergiram arranjos conjugais variados, desde uniões consensuais ou livres, sem vínculo legal; famílias recompostas formadas por casais recasados e com filhos de uma primeira união; casais sem filhos; outros morando juntos, sem coabitação, que configuram algumas das possíveis formas de conjugalidade na sociedade brasileira contemporânea.

2.3. A dissolução do vínculo conjugal no plano legal no Brasil

A legalização do divórcio no Brasil, em 1977, alterou a lei do desquite e estabeleceu a dissolução total do casamento. Assim, a família assumiu novas configurações que, por sua vez, geraram outras formas de sociabilidade intradomésticas.

O número de divórcios cresceu e os casamentos iniciaram um declínio acentuado. Houve aumento no número de uniões consensuais, ou seja, quando um casal passa a viver junto, prescindindo de casamento civil, ou da nupcialidade legal (BERQUÓ, 1998). Essas uniões consensuais expressam rompimento com valores e normas tradicionais, tornando-se uma prática que, atualmente, não escandaliza mais ninguém (SILVA, 2001). Na esfera legal, o Novo Código de Direito Civil reconhece a união consensual e define os direitos e deveres de cada parceiro nessa forma de união (NOVO CÓDIGO CIVIL, 2002). Desse modo, tanto essa a nupcialidade legal quanto o casamento religioso foram perdendo seu valor.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), reunidos por Porreca (2004), mostram que os casamentos legalizados, que em 1979 atingiam 7,83 pessoas em cada mil, em 1994 caem para 4,96 e, no período de 1981 a 1991, houve uma redução de 30% no total desses casamentos. Já o número de separações e divórcios cresceu e entre 1991 e 2001 e foi acompanhado pelo aumento de 30,7% no número de separações e de 55,9% no de divórcios. Concomitantemente à diminuição da nupcialidade legal, os casamentos religiosos também começaram a apresentar redução na década de 1970 a ponto de, no início da década de 1980, não atingirem mais de 50% dos casamentos que foram realizados na década anterior, ou seja, de 1960 a 1970.

As uniões religiosas caíram de 20,2% em 1960, para 4,5% em 1995, e as uniões consensuais, que eram de 6,5% do total de casamentos registrados, passaram para 23,5% no mesmo período. Isso significa que quase um quarto de todos os casamentos se enquadra nessa categoria informal.

Em 2007, o IBGE divulgou dados referentes ao ano de 2005 nos quais constata-se que, devido à expansão e realização de casamentos coletivos, tem aumentado o número de casais que legalizaram a união após viverem um período em união consensual. O mesmo instituto averiguou também que, no mesmo ano, do total de casamentos realizados, 85,2% ocorreram entre solteiros tendo ocorrido declínio nesse tipo de casamento, que em 1995 representava 90,9% do total. Por outro lado, tem crescido a proporção de casamentos entre pessoas divorciadas com cônjuges solteiros. O percentual de homens divorciados que se casaram com mulheres solteiras subiu de 4,2% para 6,5% e de mulheres divorciadas que se casam com homens solteiros de 1,7% para 3,1%, em 1995 e 2005, respectivamente. O declínio total de casamentos torna ainda patente a queda de prestígio dos casamentos religiosos. As uniões consensuais que, sobretudo para os jovens, constituem uma espécie de casamento experimental, assumem importância e expressam rompimento com os valores e as normas tradicionais. É importante considerar que as uniões consensuais, que eram comuns entre a

população de baixa renda, aumentaram em todas as camadas sociais. A forma de união muda, mas as pessoas não deixam de viver juntas, o que mostra a importância da vida a dois e da constituição da família. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007 (Folha de São Paulo, 2007), com 2.093 pessoas, com 16 anos ou mais, de onze municípios do país, 69% dos brasileiros declararam que a família é a instituição mais importante do país.

Embora o número de casamentos legais venha diminuindo, as crescentes uniões consensuais tendem a reproduzir os aspectos principais do modelo tradicional de conjugalidade, como fidelidade, amor, respeito e a coabitação (QUINTEIRO, 1996).

Porém, os aspectos emocionais e psicológicos da vida conjugal como sexo satisfatório, afinidade, lealdade, respeito e confiança adquirem maior importância. A duração do casamento ou da união consensual parece estar diretamente relacionada aos acordos e acertos do casal. Quando esses acordos são de alguma forma rompidos, surgem tensões e conflitos que acarretam desgaste do casamento (MALDONADO, 1995).

Apesar de o modelo de união eterna continuar sendo o ideal das pessoas, elas já não acreditam na indissolubilidade do casamento, tampouco na obrigatoriedade da manutenção de um relacionamento insatisfatório ou sem amor (OLIVEIRA, 1996). Essa verificação é confirmada pela pesquisa do Instituto Datafolha, citada acima. Ao perguntar se o casal deve manter o casamento pelo bem dos filhos, mesmo que a relação conjugal tenha terminado, 67% respondeu negativamente; 84% não concordou que o casal deve manter o casamento mesmo que o parceiro tenha um amante fixo; 65% divergiu que pelo bem dos filhos o casal deve continuar junto quando o parceiro foi infiel uma vez ou outra; 68% discrepou que pelo bem dos filhos o casal deve permanecer vivendo em comum mesmo que não haja relação sexual; 79% dissentiu que o homem pode até ter outras parceiras, mas considera importante que volte sempre para casa. Esses dados demonstram que a exigência da fidelidade não é mais exclusiva do homem. A mulher já não tolera a infidelidade do parceiro, tanto que nessa mesma pesquisa foi constatado que a fidelidade (38%) superou o amor (35%) como fator mais importante para

um casamento feliz. Perguntados sobre o que é mais prejudicial para o casamento, o antônimo de fidelidade, ou seja, a traição atingiu maioria absoluta das respostas (53%).

Diversas alterações contribuem para a dissolução do vínculo conjugal. Uma delas está associada à nova identidade de gênero feminina, que se expressa na posição social das mulheres na família, na sociedade e nas relações que elas mantêm com os homens. As transformações na identidade feminina estão associadas à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, tanto na família, isto é, no espaço da vida privada, quanto no conjunto da esfera pública, que engloba a participação feminina no mercado de trabalho e na política.

A segunda grande alteração que contribuiu para aumentar as separações está no plano das representações sociais e reporta-se ao próprio significado do casamento, da separação e da vida doméstica. Essas representações estão associadas às práticas concretas de separações e recasamentos, presentes na sociedade brasileira e detectadas em levantamentos diversos, como os do IBGE, e expressam a maior aceitação, por parcelas expressivas da sociedade, da dissolução do vínculo conjugal e de segunda união.

O contexto social gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza no casamento, produz reações diversas aumentando a possibilidade de constituição de diferentes arranjos familiares. Dentre as novas modalidades, nota-se aumento da segunda união que é formada por casais em que um ou ambos os parceiros se separaram do(s) primeiro(s) cônjuge(s) e casaram-se novamente, no civil ou não. Criam-se assim, as famílias recompostas em que ambos, ou um dos parceiros tem filhos da união anterior, e que, muitas vezes, acabam tendo filhos dessa nova união.

Dias (1999) refere-se a esse novo arranjo doméstico denominando-o de “famílias recompostas” e mostra o estranhamento com que se vê esse novo tipo de família, a começar pela variedade de nomes para designá-la: “família substituída”, “família de recasamento/recasada”, “família reconstituída”, “família multi-parental”, “família agregada”, “família mista”, “família remendada”, “reacomodamento familiar”, “família ajuntada”,

“família amigada”, “família adotada”, “família postiça”, “família dos meus , dos seus e dos nossos”, “família reciclada”, “família de segunda união”, “nossa família”.

Há um excesso de termos e uma ausência de precisão conceitual para designar essa modalidade de família, bem como os novos personagens e as posições que ocupam no interior dessas novas unidades domésticas. Os termos de parentesco frequentemente utilizados para indicar as relações criadas pelas famílias recompostas estão relacionados a termos usuais da família em primeira união, ou a neologismos, ou ainda a palavras adaptadas. A falta de terminologia adequada para designar essa realidade, bem como a escassa bibliografia sobre esta modalidade de família, indica a dificuldade de pensar as relações familiares fora das categorias de parentesco e aliança criadas a partir da família nuclear. Como todo fenômeno novo, as famílias recompostas carecem de nomes adequados para identificar seus personagens e evidenciar seus vínculos (UZIEL, 2000).

Capítulo 3. A Igreja Católica diante do divórcio e da segunda união

3.1. Casamento e separação para a Igreja Católica

A religião tem sido ao longo dos tempos uma poderosa força norteadora dos valores da família e da sociedade e a Igreja Católica exerceu, e ainda exerce grande influência sobre o casamento e a separação conjugal na sociedade brasileira, sobretudo para os católicos.

Para se analisar a postura da Igreja face ao casamento, à constituição da família e à dissolução conjugal, é importante apresentar inicialmente alguns dados estatísticos sobre casamento civil, religioso e separação, relacionando-os com a postura dessa instituição sobre essas questões.

Indicadores estatísticos do IBGE, reunidos pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), mostram que 70% das separações acontecem nos primeiros dez anos de casamento (CNBB, 2004). De acordo com pesquisa realizada por Dantas (2003), após a separação o homem está na faixa etária entre 35 a 40 anos e a mulher está por volta dos 35 anos. O relatório do Censo (IBGE, 2001) aponta a “dificuldade de recasamento das mulheres”. Após a separação, a mulher fica com os filhos, assumindo a responsabilidade por seus cuidados e por sua socialização e demora mais tempo para se recasar. Uma mulher com menos de 30 anos e sem filhos volta a se casar três anos depois da separação. Caso ela tenha filhos, pode demorar em média quatro anos e meio para contrair novo casamento.

A ruptura do vínculo matrimonial, seguida de novas uniões, também tem sido documentada em diversos países. Dados de censo realizado nos Estados Unidos em 1990 (Bumpass, Martin e Sweet, 1991; Norton e Miller, 1992) indicam que entre 56 e 60% de todos os primeiros casamentos terminam em divórcio. Dos indivíduos que se divorciam, de 72 a 75% se casam pela segunda vez. Mais de 50% dos casais que moram juntos estão

compostos por pessoas vivenciando a segunda experiência conjugal (Bernstein, 2002), que dá origem a famílias recompostas.

Todavia, a alternativa de segunda união cria problemas para alguns católicos, devido a sua vinculação religiosa e está relacionada ao modo como a Igreja interpreta o recasamento de seus fiéis.

Em sintonia com as orientações da Igreja Universal, sediada na Santa Sé, Vaticano, a Igreja Católica no Brasil estabeleceu a sua atuação pastoral através de renovações em suas posturas, transformando a vida religiosa em experiência significativa para as pessoas e, nesse sentido, procurou solucionar situações e problemas sociais concretos, como a organização familiar. Insistindo sempre na importância da família, a Igreja Católica toma-a como “base da sociedade”, pois considera que a família está intimamente ligada à salvação individual e coletiva. A Igreja considera que a família enfrenta atualmente várias dificuldades, relacionadas à poligamia, ao divórcio, às dificuldades socioeconômicas e à moralidade, como no caso da profanação do amor conjugal.

Os cônjuges cristãos, pela virtude do sacramento do matrimônio, pelo qual significam e participam do mistério de unidade do amor entre Cristo e a Igreja, ajudam-se a santificar-se um ao outro na vida conjugal bem como na aceitação e educação dos filhos; têm para isso, no seu estado e função, um dom especial dentro do povo de Deus (1 Cor 7,7). Desse consórcio procede a família, onde nascem os novos cidadãos da sociedade humana, que, pela graça do Espírito Santo, se tornam filhos de Deus no Batismo, para que o povo de Deus se perpetue no decurso dos tempos. É necessário que nesta época de igreja doméstica os pais sejam para os filhos, pela palavra e pelo exemplo, os primeiros mestres da fé. (*Lumen Gentium*, 1973, nº 11: p.52)

A doutrina católica entende o casamento como íntima comunidade de vida e de amor conjugal (*Gaudium et Spes*, 48), e o Código de Direito Canônico⁹, promulgado em 1983 define o matrimônio como *consortium totius vitae* (cân. 1055,01), como integração do homem

⁹ O Código de Direito Canônico é um conjunto de livros que contêm os cânones (preceitos de direito eclesiástico), que orientam os fiéis na vida da Igreja e se referem unicamente ao direito da Igreja de rito latino. Para facilitar a leitura, esses cânones serão citados da forma como a Igreja os utiliza em seus documentos, ou seja, “cân.”, para cânon.

e da mulher que transcende o puramente corporal, postulando uma união total e plena, baseada na doação recíproca entre os cônjuges (CAPARELLI, 1999).

No prisma canônico, o matrimônio é entendido como:

A aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma comunhão de vida toda, é ordenada por sua índole natural a bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento (cân. 1055,01).

Desse modo, portanto, entre batizados não pode haver contrato matrimonial válido que não seja, ao mesmo tempo, sacramento (cân. 1055,02).

O cânon 1055, nos parágrafos acima reflete as afirmações tradicionais na teologia católica. Define os fins do matrimônio, em sua dimensão unitiva e procriativa, e destaca que essa realidade natural foi elevada pelo Senhor à categoria de sacramento. É na doação recíproca e espontânea dos cônjuges, em união indissolúvel e aberta à fecundidade, que Deus se faz presente com sua graça e vem ao encontro dos esposos. Portanto, o matrimônio está ordenado para o bem dos cônjuges e para a geração e educação da prole, com as propriedades da unidade e da indissolubilidade do vínculo conjugal.

O caráter sagrado do matrimônio era legitimado paralelamente no plano civil da sociedade brasileira, pois até 1977, havia a impossibilidade de dissolução legal do vínculo do casamento. Ao mesmo tempo, no plano social, um rígido código moral colocava os descasados, em particular as mulheres, à margem da sociedade.

Para se compreender melhor o pensamento da Igreja Católica sobre a família, tomam-se como referências os documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), convocado pela convicção de que se fazia necessária uma atualização global da Igreja, em resposta aos sinais dos tempos e das grandes transformações da sociedade contemporânea (Alberico, 1995), bem como examinam-se as diretrizes do episcopado brasileiro, que fazem referências sobre a família.

Os documentos conciliares contêm os pilares do pensamento católico sobre a família, recolhendo em si os ensinamentos da tradição milenar da Igreja. Esses documentos são adaptados pelas conferências episcopais à realidade de cada país.

Uma característica especial da Igreja Católica sobre a família encontra-se explicada na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* de 21 de novembro de 1964. Elaborada durante o pontificado de Paulo VI (1963-1978), ressalta o caráter sagrado do matrimônio e da família, declarando a família como Igreja doméstica onde se há de fomentar a vocação sagrada. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* de 7 de dezembro de 1965, refere-se à família como base e fundamento da sociedade e exorta os casais à procriação responsável. Encontram-se ainda referências sobre a família na Declaração Conciliar *Dignitatis Humanae* de 07 de dezembro de 1965, e também em *Optatam Totius*, *Gravissimum Educationi*, *Christus Dominus*, todos de 28 de outubro de 1965.

Em 25 de julho de 1968, o Papa Paulo VI promulgou a encíclica *Humanae et Vitae*, reiterando o ensinamento tradicional, proibindo o aborto, excluindo a esterilização direta, tanto perpétua quanto temporária, condenando os métodos artificiais contraceptivos, mantendo o significado unitivo e procriativo da família e colocando o amor conjugal fecundo como valor central do casamento.

A Igreja Católica no Brasil segue as orientações da renovação conciliar e o pensamento do Episcopado Latino-Americano, em especial as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas nas cidades de Medellín, na Colômbia; em 1968, em Puebla, no México; em 1979, em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992 e em Aparecida, no Brasil, em 2007. Os documentos contemporâneos da Igreja no Brasil, que se dirigem à família, frutos do Concílio Vaticano II, são incorporados e adequados pelas Assembléias Gerais do Episcopado Latino Americano à realidade nacional.

Dentro desse contexto, não se pode deixar de mencionar a trajetória e os desafios históricos que a Igreja no Brasil enfrentou e que muito a prepararam para acolher com propriedade as novas orientações do Concílio Vaticano II.

Para se investigar a atuação da Igreja Católica no Brasil frente às mudanças na família, em especial com os casais católicos em segunda união, faz-se necessário salientar algumas transformações nas relações entre Estado e sociedade, que repercutiram diretamente nesta instituição, principalmente a partir dos anos 1960/1970.

No final dos anos 1950, a Igreja preocupava-se com questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo no Brasil, como a fome e o desemprego. Em 1960 essas questões levaram a CNBB a apoiar as “reformas de base” exigidas pelos movimentos populares, pelos estudantes universitários politizados, e pelos partidos de esquerda. Os estudantes católicos da JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica) e os jovens operários da JOC (Juventude Operária Católica) se empenharam nessa luta. A JUC, influenciada pela Revolução Cubana, declarou sua opção pelo socialismo e, juntamente com a Juventude Agrária Católica (JOC), criou um braço político de oposição radical ao movimento militar de 1964 e de muitas críticas à hierarquia da Igreja. Pressões de setores conservadores da Igreja levaram os militantes da JUC a criar um movimento de esquerda, como a AP (Ação Popular). Na época, a Igreja estava dividida quanto às propostas de reformas de base do presidente João Goulart. (CNBB, 2000).

Com a implantação do Regime Militar em 1964, cresceram os conflitos entre Igreja e Estado. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), houve uma ruptura total diante da violenta repressão do Estado, com prisões, torturas e assassinatos de estudantes, operários e padres e perseguições aos bispos. A gradual politização dos movimentos da AC (Ação Católica) provocou, mais acentuadamente em 1964 e 1969, a ação direta das forças de repressão no esforço de desarticulação e esfacelamento destes movimentos. Atribuiu-se à Ação Católica, e em especial à JUC, a experiência histórica que criou as bases para o

desenvolvimento teórico da Teologia da Libertação, da Opção Preferencial pelos Pobres e da concepção da Igreja como “povo organizado a caminho de libertação”. Na época, a Igreja atuava em setores populares, com as comunidades eclesiais de base. Inspiradas na Teologia da Libertação, elas vincularam o compromisso cristão à luta por justiça social (CNBB, 2000).

Vivendo em tempos difíceis e sofridos da ditadura militar, a Igreja assumiu compromisso sempre mais claro e conseqüente na defesa dos direitos humanos. Apesar das constantes tensões intra-eclesiais, a Igreja no Brasil conheceu um período de raro reconhecimento pela sociedade civil. Em 1970, os abusos contra a ordem jurídica e os direitos humanos levaram a Igreja a se engajar na luta pela redemocratização, ao lado de instituições da sociedade civil. Foi nesse período que a Igreja, dentro da sua atuação evangelizadora, refletindo sobre as várias realidades que se apresentavam, começou a olhar para a situação dos casais em segunda união. Surgiram, então, os primeiros documentos do episcopado brasileiro que abordavam o assunto. Contudo, a priorização dos documentos sobre a família foi deslocada para a reafirmação do seu “sentido” e da sua “dignidade”, com recorrência às bases da doutrina, buscando fazer frente às discussões sobre o controle do aumento da população que se alastravam progressivamente em torno do “Ano da População”, decretado pela ONU em 1974.

Depois do Concílio Vaticano II, o papa Paulo VI instituiu uma “Comissão para a Família”, com a função de promover uma adequada pastoral familiar, a fim de discernir e estudar os problemas atuais em toda a sua amplitude, observando os diversos aspectos que tomava a instituição familiar segundo as culturas e as civilizações. E, em 1973, Paulo VI instituiu o “Ano da Família”.

Atendendo à orientação do Vaticano, a CNBB lançou em 1974 o documento “Família, mudanças e caminhos” que promoveu ampla discussão sobre a situação real em que se encontrava a família brasileira nas diferentes áreas geográficas e nos diferentes meios socioeconômicos (RIBEIRO, 1999). O documento se preocupava também com as famílias

problematizadas devido a matrimônios mistos, casamentos sem fé ou asfixiados pelo ateísmo do ambiente, casamentos de divorciados ou separados, mães solteiras, mulheres divorciadas com filhos, situação de viuvez e outras questões. O que se propunha era que não se podia mais concentrar a pastoral nas famílias batizadas e bem constituídas sacramental e socialmente.

A partir da XIV Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em 1974, o Plano Bienal 1975/1976 contemplou, como uma das prioridades, a pastoral familiar, como se pode acompanhar no documento “Em favor da família”, estruturado em três itens. O primeiro deles, sobre aspectos sócio-políticos, tratava da indissolubilidade do vínculo matrimonial como exigência do progresso social e apresentava as razões e contra-razões dos divorcistas. O item referente aos aspectos teológico-pastorais considerava a indissolubilidade do vínculo conjugal como “mandamento do Senhor e exigência do amor”, enquanto o último item discutia as tarefas que se impunham para a promoção da família, apontando os requisitos para uma política familiar e apontava algumas sugestões para uma pastoral da família na América Latina (RIBEIRO, 1999).

Apesar de a Igreja ter um poder muito grande de pressão sobre o Estado, nesse período uma parte dela estava empenhada em lutar contra o regime autoritário. Dessa forma, a promulgação do divórcio não encontrou tanta resistência para evitar que se desfizesse definitivamente o vínculo conjugal. Assim, após o divórcio, os ex-parceiros tornavam-se novamente livres, no plano jurídico, para realizarem novos casamentos.

Preocupada com a promulgação do divórcio, a hierarquia eclesiástica brasileira, em Assembléia Geral Extraordinária, em 1978, aprovou e publicou o documento 12 “Orientações pastorais sobre o matrimônio”, que defendia, sobretudo a indissolubilidade do casamento e manifestava preocupação em relação à criação de uma pastoral dos divorciados. Nesse documento, os bispos requeriam das comunidades cristãs e dos agentes de pastoral familiar uma atitude de acolhimento e engajamento nas tarefas da comunidade diante dos cônjuges católicos que se separaram pelo divórcio e que constituíram uma segunda família. Essa

preocupação era mais intensa especialmente com aqueles que procuravam a comunidade eclesial e manifestavam a vontade de manter com ela um relacionamento mais profundo. O documento expressava uma atitude de autêntica misericórdia, pois a pessoa era considerada mais importante do que sua situação.

O episcopado brasileiro ainda apresentou a pastoral dos divorciados como uma realidade nova, um caminho ainda difícil; no entanto, exortava as comunidades eclesiais a buscarem uma pastoral mais humana, com discrição e sabedoria, sem nunca perder de vista a fidelidade e a verdade, assumindo gradativamente atitudes mais coerentes com a misericórdia cristã.

No final da década de 1980, cresceu na Igreja a consciência de que a situação da sociedade era profundamente diversa da que vigorava na época pós-conciliar. A missão evangelizadora se deu numa sociedade pluralista, secularizada e estruturada sobre valores da modernidade.

A respeito da dignidade humana frente à escalada da permissividade moral, ao planejamento familiar e à campanha pela liberalização do aborto, a CNBB apresentou o Documento “Valores básicos da vida e da família”, em 14 de fevereiro de 1980, recolhendo proposta para o Sínodo Mundial no ano de 1980. Os bispos recomendavam, de modo especial, que fossem examinadas e aprofundadas algumas orientações sobre a pastoral dos divorciados recasados, propondo um cuidado pastoral para famílias incompletas e para os divorciados ou desquitados que de casavam de novo. Ouvindo as bases, tanto na reflexão teológica quanto na ação pastoral, o episcopado brasileiro sugeriu uma pastoral de amor misericordioso, com a aceitação da condição humana sujeita à fragilidade e ao fracasso, para se evitar marginalizados e humilhados dentro da Igreja.

Outro momento que contribuiu para uma verdadeira atenção pastoral da Igreja Católica para os casais em segunda união, foi a conclamação, por parte do papa João Paulo II aos bispos de todo o mundo para o Sínodo sobre “Matrimônio e família no mundo

contemporâneo”. Esse Sínodo, realizado em Roma em 1980, preocupou-se entre outros aspectos, com a praticidade na questão dos sacramentos para os divorciados recasados. Comparou-se a orientação da Igreja com a prática pastoral de outras confissões cristãs não católicas, sobretudo da Igreja do Oriente, onde o princípio da misericórdia aplicava-se de maneira diferente na situação dos casais que se separavam e queriam se casar novamente (SCAMPINI, 1994).

Alguns bispos, principalmente da América do Norte, Índia, Inglaterra, Escandinávia e do Canadá, e alguns patriarcas sírios, gregos e melquitas católicos, fizeram várias intervenções no Sínodo. Propuseram uma renovação da pastoral no que diz respeito aos recasados, fazendo ainda sérias indagações, solicitando uma atitude de maior benignidade, tendo como modelo a experiência positiva de outras confissões cristãs não católicas, sobretudo da Igreja Oriental Ortodoxa (SCAMPINI, 1994).

Nesse quadro de inquietações, questionamentos e de crescentes mudanças e renovações, o papa João Paulo II escreveu e publicou em 1981 a Exortação Apostólica “A missão da família cristã no mundo de hoje”, *Familiaris Consortio*, referindo-se diretamente à família. Esse documento pontifício foi fundamental para uma abertura mundial para a situação dos casais em segunda união. Além de sintetizar todas as principais questões referentes à família, a *Familiaris Consortio* lançou elementos fundamentais para a pastoral familiar e, no número 84, elaborou diretrizes sobre o acolhimento, a evangelização e ação pastoral frente aos casais divorciados e ou separados, que contrariam segunda união. Recomendava que fosse examinada e aprofundada a pastoral dos divorciados recasados, aceitando que a condição humana é sujeita à fragilidade e ao fracasso. Afirmava que os divorciados recasados não são separados da Igreja, sendo convidados a participarem da vida e missão da Igreja, nos limites exigidos pela sua condição particular de divorciados. E recordava ainda aos pastores a grave responsabilidade em bem discernir as diversas situações desses casais, por amor à verdade.

O Código de Direito Canônico foi reformulado em 1983 sob as luzes do Concílio Vaticano II, reafirmando a unidade e a indissolubilidade do matrimônio como propriedades essenciais, em virtude do sacramento (cân. 1056). O Código considerava válidos, e com caráter sacramental, todos os casamentos daqueles que haviam sido batizados e estabelecia que o matrimônio válido era indissolúvel por natureza. Nem mesmos os cônjuges, nem qualquer outra pessoa, podiam dissolver tal vínculo conjugal, fundamentando-se nas Escrituras, na Tradição, no Magistério e na razão humana (ROMAN, 1999).

Entretanto, a renovação do Código foi também de fundamental importância para os casais em segunda união, pois considerava o matrimônio como “comunidade de vida” e utilizava o termo “pacto”. Assim, os divorciados recasados não eram mais considerados “infames”, isto é, pecadores públicos, excomungados, como era prescrito no Código de 1917 (cân. 2356), pois, pelo batismo, eles faziam parte sempre e com todo direito da vida da Igreja. Convém mencionar que não se encontrava no novo Código nenhum aceno direto aos divorciados recasados.

Em relação à família, a *Familiaris Consortio* e a renovação do Código de Direito Canônico inauguraram a década de 1980 reiterando os ensinamentos do Vaticano II, subsidiando e corroborando as posições que a Igreja Católica no Brasil defendia ao longo dos anos 1970. E abriam oportunidades de se aproveitar ao máximo as possibilidades pastorais, no que se referia aos casais católicos em segunda união (HÄRING, 1999).

No Brasil, em 1989, motivados por certa abertura e por algumas possibilidades pastorais concretas com as famílias que vivenciavam a segunda união, iniciaram-se várias assembléias, encontros, reuniões, e a elaboração de documentos voltados para a necessidade urgente da pastoral dos casais em segunda união. No primeiro esboço do Plano de trabalho de uma pastoral familiar para o Brasil, encontrava-se a preocupação de estabelecer atividades pastorais para atender os chamados “casos difíceis”, em especial os casais separados, divorciados e recasados.

Em Brasília, no mesmo ano, realizou-se o “I Encontro de Coordenação Nacional de Pastoral Familiar” organizado pela CNBB. Em estudos, debates e nas conclusões desse encontro encontrava-se a necessidade de a pastoral familiar atender também os separados, divorciados e recasados.

O Setor Família da CNBB empenhou-se em organizar o “Planejamento anual das atividades da Comissão Nacional da Pastoral Familiar”, estabelecendo, em 1990, estudos e diretrizes para viabilizar, motivar e desenvolver a atuação a pastoral familiar em todas as suas etapas, destacando a atenção e o apoio às famílias consideradas “casos difíceis” ou em situações irregulares. Entre as sugestões estava a de criar o setor de casos difíceis nas comissões diocesanas e paroquiais de pastoral familiar, para atender os casais que se separavam ou se divorciavam e voltavam a se unir novamente. A atuação com esses “casos difíceis” passou do âmbito da Igreja nacional para as dioceses e, conseqüentemente, para as paróquias. Por ser uma forma discriminatória de se referir à situação dos casais de segunda união, o termo “casos difíceis”, foi considerado inadequado e não é mais utilizado nos documentos da Igreja.

Outro fator para a implantação da pastoral dos casais em segunda união, nas várias regiões do Brasil, foi a visita *ad limina*¹⁰ a Roma dos Bispos do Brasil, em 1990. O Papa João Paulo II indicou os vários problemas que ameaçavam a família brasileira, destacando em primeiro lugar a extrema fragilidade do casamento que causava a dissolução da família e inúmeras separações, sobretudo pela influência negativa da mídia e de uma legislação relativa ao divórcio muito permissiva. Em 1990 começou a surgir maior preocupação e atuação concreta com os casos difíceis. Os primeiros a realizar as reuniões iniciais tendo em vista a formação de uma pastoral que atendesse esses casos foram os regionais Sul III, em 16 de janeiro e, Sul I, em 25 de junho. A partir de então, começaram a surgir nas mais diversas

¹⁰ No ano em que é obrigado a apresentar o relatório ao Sumo Pontífice, salvo determinação contrária da Sé Apostólica, o bispo diocesano deve ir a Roma para venerar os sepulcros dos Apóstolos Pedro e Paulo e apresentar-se ao Romano Pontífice. Essa visita se chama visita *ad limina apostolorum* (Código de Direito Canônico, cân 400).

localidades brasileiras encontros e reuniões para tratarem da temática dos casais divorciados e em segunda união. A busca de soluções para a integração e acolhida desses casais começou a fazer parte dos encontros nacionais de pastoral familiar.

As “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil” (1991-1994) constituíram outro grande apoio para as pastorais dos casais em segunda união. Dentro da caminhada histórica dos documentos que se referiam à criação da pastoral dos casais em segunda união, as diretrizes destacavam os desafios e respondiam a eles orientando os fiéis católicos a entenderem e perceberem as mudanças ocorridas no campo da família, indicando três aspectos particularmente importantes. O primeiro referia-se ao individualismo e à emergência da subjetividade (mais freqüente entre as camadas médias e altas, que dispunham de mais recursos para fazerem o que desejavam), e que atingiam a todos pela difusão de valores e padrões culturais de consumo, tidos como modernos ou avançados. O segundo reportava-se ao pluralismo cultural e religiosos que contrapunha a sociedade tradicional, que tendia a reduzir a ou a submeter todos a uma única cultura, religião e visão do mundo, e que dava lugar a um universo diferenciado e pluriforme, que se manifestava num amplo leque de posições no plano religioso e ético. Por último, incluía os efeitos negativos da indústria cultural.

Dessa forma, as famílias que tinham como eixo e referência a religião agora deveriam adaptar-se à sociedade moderna, voltada de forma obsessiva para a produção e o consumo de bens. Segundo o episcopado brasileiro, essa realidade conduzia à desorientação das famílias, ao mesmo tempo em que tornava mais difícil e necessária a tarefa educativa para ajudar a criança e o jovem a adquirirem uma personalidade madura, capaz de opções firmes e discernimento crítico dos valores.

Reafirmando o acolhimento e a comunhão para com os casais em segunda união, no Catecismo da Igreja Católica (1993), no seu número 1650, retomava os ensinamentos da *Familiaris Consortio* (1981) e o Código de Direito Canônico (1983) e decretava que os

sacerdotes e toda a comunidade dessem provas de uma solicitude atenta aos cristãos-católicos em segunda união. Essas pessoas, geralmente conservavam a fé e desejavam educar cristãmente seus filhos, que elas não fossem consideradas separadas da Igreja, ressaltando que como são batizadas, podiam e deviam participar da vida da Igreja.

À luz das Diretrizes Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994), a CNBB reconheceu a importância da evangelização das famílias não evangelizadas, bem como das famílias evangelizadas, mas que não se tornaram praticantes, e das famílias em situações irregulares (Estudos da CNBB nº 64, 1994).

Ainda em 1994 por iniciativa pastoral, a CNBB, escolheu o tema “Família” para a Campanha da Fraternidade, em consonância com o Ano Internacional da Família, ponto de partida de um mundo mais humano e de acordo com o plano de Deus.

A hierarquia da Igreja Católica no Brasil reconheceu também o número crescente de famílias, com filhos, formadas depois do rompimento do matrimônio e incentivava os agentes da pastoral familiar a estarem capacitados para dar maior atenção e desenvolver uma ação especial com os casais de segunda união. Propunha ainda a criação de comissões diocesanas e paroquiais (CNBB, 1994).

Na 34ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (17 a 26 de abril de 1996), publicou-se um pronunciamento sobre a família, tratando das famílias vivendo em situações irregulares, exortando-as para se sentirem acolhidas e propondo uma busca conjunta de soluções apropriadas.

Em 1998, a reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano, publicou o documento *La Pastoral de las Familias en Situaciones Irregulares*, em Santa Fé, de Bogotá, Colômbia, o qual procurava fazer uma análise dos documentos mais recentes do Magistério da Igreja e uma reflexão sobre os objetivos da pastoral familiar ao procurar atingir os casais em situações irregulares, em especial os divorciados que voltaram a se casar. Esse documento colaborou com a formação doutrinal e estrutural dos casais em segunda união. Nesse mesmo ano, o

arcebispo de Maceió-AL, Dom Edvaldo Gonçalves Amaral, publicou o artigo com o título “Impedir os recasados de comungar?”, no jornal L’Osservatore Romano. Ainda em 1998, aconteceu o VIII Congresso Nacional da Pastoral da Família e IV Encontro Nacional de Assessores da Pastoral Familiar, realizados no Rio de Janeiro, nos dias 4,5 e 6 de setembro, em que foram debatidos, estudados e refletidos, entre outros assuntos, a dinamização da pastoral familiar para atender os casos difíceis e irregulares (separados, divorciados e recasados).

Nota-se que, desde meados de 1960, a Igreja Católica tem em vista, na ação evangelizadora, a preocupação em estudar a realidade das famílias latino-americanas, constatando que já não existe um só tipo de família, mas sim vários tipos de arranjos domésticos que deveriam ser atingidos por uma ação pastoral específica.

O ponto marcante e oficial de uma organização mais sistemática e estruturada da pastoral dos casais em segunda união aconteceu no Brasil, na arquidiocese de Porto Alegre, em 1993. Essa pastoral dos casais tinha como objetivo o acolhimento e a evangelização dos casais separados ou divorciados que voltaram a se casar e desejavam participar ativamente da vida da Igreja, integrando-os na comunidade paroquial, conscientizando-os e esclarecendo-os de sua condição de segunda união, e, principalmente, estimulando-os a participarem das atividades religiosas e sociais. Esse grupo empregou metodologia baseada em encontros e reuniões de reflexão e partilha de experiência dinamizados através de diversas formas e conteúdos referentes à vida familiar e religiosa, que Porreca (2004), descreveu em seu estudo a organização e estrutura desta pastoral em algumas dioceses do Brasil.

A pastoral não se preocupa só com a sacramentalização de seus membros, ou seja, não quer que eles sejam simples receptores de sacramentos, mas que tenham uma experiência autêntica de fé, apoiada na exigência do testemunho, com o princípio da misericórdia fundado no princípio da verdade. Em outras palavras, não basta receber o sacramento, mas compreender com profundidade o seu significado e suas conseqüências na vida dos fiéis. De

fato, a Igreja tem como dever correlato e fundamental reafirmar e defender o princípio da indissolubilidade do matrimônio. O que a Igreja não permite é o divórcio desse casal e um novo casamento, uma vez que a indissolubilidade é uma propriedade essencial no matrimônio. Contudo, como última solução, a Igreja permite que, por causas graves, um casal que se recebeu em matrimônio possa separar-se e solicitar a nulidade desse casamento.

Toda essa problemática foi amplamente discutida, estudado e reformulada em 1994, pela Congregação para a Doutrina da Fé, no documento “*Carta aos Bispos da Igreja Católica a respeito da recepção da comunhão eucarística pelos fiéis divorciados, novamente casados*”. Nessa Carta, em consonância com os demais documentos eclesiais, a Igreja procura motivar os divorciados que contraíram nova união a não se considerarem separados da Igreja. Exorta-os a ouvir a Palavra de Deus, a freqüentar a Missa, a perseverar na oração, a incrementar obras de caridade, a formação cristã e familiar, a lutar em favor da justiça, a educar os filhos na fé cristã, a cultivar o espírito e as obras de penitência e implorar no dia-a-dia a graça de Deus, reavivando o sacramento do batismo que confere aos fiéis a graça de filhos de Deus, de templos do Espírito Santo e de membros da Igreja, com seus direitos e deveres.

Contudo, de acordo com o “Diretório da Pastoral Familiar”, aprovado pela CNBB em 2004, a ação pastoral deve se empenhar em ser coerente e fiel às leis de Deus e às disposições da Igreja, sempre em consonância com os princípios de misericórdia, procurando esclarecer e conscientizar os casais dos aspectos da doutrina católica, principalmente no que diz respeito à situação em que se encontram, admitindo que a realidade da segunda união é irregular, devido à indissolubilidade do matrimônio e pela ausência do sacramento do matrimônio em suas vidas. Isso implica em situação objetiva de pecado, por terem se casado novamente, pois não tinham esse direito. Assim, devem reconhecer que a segunda união é uma realidade irregular por não estar fundada no sacramento do matrimônio e pela falta de comunhão às leis de Deus e aos princípios doutrinários, e devem assumir a impossibilidade de participarem dos

sacramentos da penitência e da eucaristia. Se fossem admitidos à eucaristia, seriam induzidos a erro e confusão acerca da doutrina da Igreja sobre a indissolubilidade do matrimônio. O acesso à comunhão eucarística é aberto unicamente pela absolvição sacramental, que pode ser dada só àqueles que, arrependidos de ter violado o sinal da aliança e da fidelidade a Cristo, estão sinceramente dispostos a uma forma de vida não mais em contradição com a indissolubilidade do matrimônio. Receber a comunhão eucarística em contraste com as disposições da comunhão eclesial seria algo contraditório em si mesmo.

Segundo o mesmo documento, essa posição da Igreja não é desumana e ela tampouco, abandona os casais recasados e nem os discrimina. Ao contrário, acolhe-os e trata-os com o maior carinho, como faz uma mãe com os filhos que necessitam de cuidados especiais. Assim, esse documento aponta três situações em que é permitida a comunhão eucarística àqueles que infringiram as normas da Igreja:

- a) Separando-se da pessoa com quem estão, de modo ilegítimo, convivendo maritalmente;
- b) Vivendo juntos, mas sem manterem relações sexuais, como amigos, como recomenda o papa Bento XVI, em sua Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Sacramentum Caritatis* publicada no dia 22 de fevereiro de 2007. O “Diretório da Pastoral Familiar” adverte que não se deve pensar que isso é algo teórico ou difícil de conseguir, pois não faltam casais em todo o Brasil, que vivem desse modo. Em alguns casos, por amor a Jesus Cristo e às leis da Igreja; em outros, porque o desejo de receber a eucaristia é muito forte e em outros ainda, porque a sua situação afetiva e etária lhes permite viver a continência, ou seja, a abstinência da relação sexual, mais facilmente.
- c) Conseguindo, no Tribunal Eclesiástico, a declaração de nulidade da primeira união e regularizando, diante da Igreja, a nova união. O Código de Direito Canônico de 1983 abre um leque de possibilidades que não se pode deixar de considerar. A esse respeito,

convém consultar uma pessoa idônea¹¹, bem informada, que encaminhe o interessado ao Tribunal Eclesiástico competente, para receber as orientações adequadas. Esse processo será gratuito, quanto for comprovada a pobreza dos solicitantes.

É nesse ponto que se encontra a questão axial deste estudo, pois, para os participantes dele, não bastava fazer parte da pastoral de segunda união, ou da pastoral familiar - que também admite casais em segunda união -, ou dos encontros de casais com Cristo, ou ainda fazer a comunhão espiritual¹².

Era preciso algo mais, que resolvesse suas dificuldades quanto à participação plena nas atividades da Igreja. É por isso que alguns fiéis recorrem ao processo de nulidade como meio para permanecerem na comunidade da Igreja.

3.2. A Igreja diante da dissolução do vínculo matrimonial

Ao longo da história do cristianismo foram surgindo questões que levantavam dúvidas sobre a validade ou não do casamento diante de situações como casamento de impúberes, casamento entre consangüíneos, casamento oculto etc. À medida que essas questões foram aparecendo, a Igreja foi alterando sua postura e encontrando soluções para elas até chegar ao atual rol de causas de nulidade. Vale advertir que nem sempre a causa de nulidade foi vista como é atualmente. Até o fim do século XII, ela era vista como uma ação semelhante à ação criminal. E somente o cônjuge que havia sido objeto de ação da nulidade é que tinha o direito de entrar com essa ação. (CRUZ, 2001).

No Código de Direito Canônico de 1917, o casamento era visto mais sob o prisma jurídico de contrato. Por isso, direitos e deveres, impedimentos e penalidades, eram relevantes

¹¹ Pessoa idônea no direito canônico é a aquela “dotada das qualidades requeridas para esse ofício pelo direito universal ou particular ou pela lei de fundação” (can. 149).

¹² Comunhão espiritual é a participação do fiel nos atos litúrgicos, sem, no entanto, poder receber a eucaristia, ou seja, a hóstia que, depois de consagrada, torna-se o corpo de Cristo para os católicos.

nessa interpretação. O casamento também era avaliado como direito mais baseado nas leis biológicas, como o instinto sexual, do que no amor recíproco, e a mulher era vista principalmente na sua função procriadora. No entanto, uma nova mentalidade e atitude apareceram no Código de Direito Canônico de 1983 (cân. 1318) que pedia que não se aplicasse a censura, sobretudo a excomunhão, senão com a máxima moderação e somente por delitos graves, aos que não seguiam os preceitos religiosos quanto ao casamento (SCAMPINI, 1994).

O Código de Direito Canônico de 1983, no cânon 1095 § 2, legisla que “os que têm grave falta de discrição de juízo a respeito dos direitos e obrigações essenciais do matrimônio são incapazes de contrair matrimônio”. Se o contraírem, o fazem invalidamente.

Por isso, é importante analisar o que significa “grave falta de discrição de juízo”. Conforme os comentários de Hortal (2001), este cânon se refere à falta de maturidade psicológica para avaliar a acuidade dos direitos e obrigações próprios do estado conjugal. Possivelmente, é uma das situações mais comuns existentes entre os fiéis católicos que se casaram no religioso e que acabaram se separando. Contudo, este cânon não aparece no Código de Direito Canônico de 1917, ou seja, a imaturidade psicológica não é nem cogitada como possível causa de nulidade matrimonial no antigo código. A evolução das ciências humanas a partir de meados do século XX muito contribuiu para que a Igreja Católica reorganizasse suas leis e seu apostolado. O Código de 1983 contempla essa reorganização.

Observa-se, então, uma compreensão mais apurada da Igreja sobre o psiquismo humano, suas potencialidades e seus limites. Destarte, não se pode julgar o comportamento de alguém unicamente por seu foro externo. É decisivo avaliar o foro interno das pessoas, que nem sempre é evidente. Conseqüentemente, muitos matrimônios outrora tidos como válidos, a partir da promulgação do Código de Direito Canônico em 1983 podem ser considerados nulos, pois faltaram aos nubentes as condições psicológicas necessárias para contrair as obrigações matrimoniais (BETTENCOURT 2002). Avaliar se faltaram essas condições

psicológicas no casamento é uma atividade bastante árdua, por isso a necessidade de o juiz eclesiástico estudar cada história amiúde, na sua singularidade, o que requer dele, além do conhecimento canônico, habilidade e maturidade para tratar questões de foro interno.

Tal como um padre, o juiz não precisa ser profissional em psicologia, mas necessita de conhecimentos também nessa área para que possa orientar os interessados de maneira adequada. Além disso, todos os tribunais eclesiásticos contam com os serviços de peritos, que devem ser da área da psicologia ou da psiquiatria, para auxiliar nas questões referentes ao comportamento humano.

Embora não haja pesquisa da Igreja Católica que retrate a realidade das segundas uniões, parece haver um número considerável de pessoas católicas que se separaram e vivem nova união. Se iniciam uma segunda união, os parceiros são privados de participação plena nos eventos da Igreja, sofrendo discriminação, interiorizando-a e assumindo-se como alguém que não pode participar plenamente da comunidade católica. Essa rejeição é bastante dolorosa, pois se os casais não se sentirem acolhidos pela Igreja com a devida compreensão da situação em que se encontram, acreditam que também serão rejeitados por Deus (PORRECA, 2004). Ademais, o fiel católico tem o direito de recorrer ao poder judiciário da Igreja, a fim de submeter sua história conjugal à apreciação dos juizes eclesiásticos (SAMPEL, 2005a) para tentar conseguir a nulidade do matrimônio. Esse direito é garantido no Código de Direito Canônico: “Compete aos fiéis reivindicar e defender legitimamente os direitos de que gozam na Igreja, no foro eclesiástico competente, de acordo com o direito”(cân. 221 § 1).

O termo correto adotado pela Igreja para indicar que um casamento não teve validade é nulidade matrimonial e não anulação de casamento - termo que a imprensa tem utilizado - pois a Igreja não anula, mas apenas declara a nulidade, ou seja, reconhece e manifesta que determinado matrimônio nunca existiu. Para a Igreja não existe a categoria “casamento anulável” como há no Novo Código Civil Brasileiro (2002).

A declaração de nulidade de um casamento é o ato pelo qual a autoridade eclesiástica competente reconhece e afirma que um ato jurídico não teve valor, apesar das aparências. Significa que, naquele caso concreto, nunca houve verdadeiro casamento, não obstante todas as cerimônias realizadas (HORTAL, 2002).

Para tratar dos casos de nulidade, há no Brasil 42 Tribunais Eclesiásticos de primeira instância e 16 de segunda instância. Todos os processos de nulidade matrimonial devem passar pelas duas instâncias. No estado de São Paulo, há seis Tribunais de primeira e seis de segunda instância instalados nas cidades de São Paulo, Campinas, Aparecida, Sorocaba, Botucatu e São José do Rio Preto. Todos os Tribunais julgam em primeira instância processos de nulidade matrimonial do território sob sua jurisdição. Já o julgamento em segunda instância deverá ser realizado por outro Tribunal, não necessariamente dentro da mesma unidade federativa.

O Código de Direito Canônico legisla que em cada diocese o bispo deve instituir seu Tribunal¹³ para julgar os casos sob sua jurisdição (cân. 1421§1). Porém, criar esse serviço acarreta gastos elevados na formação de profissionais. Exige-se que os juizes sejam pós-graduados em Direito Canônico em nível de mestrado ou doutorado (cân. 1421§3). O ideal seria que todos os servidores dos Tribunais Eclesiásticos tivessem essa qualificação, porém as dioceses enfrentam dificuldades a esse respeito. O bispo que tem a competência de governar a diocese que lhe é confiada detém poder legislativo, executivo e jurídico (cân. 391§1) e pode resolver a dificuldade nomeando pessoas que julgar idôneas, mesmo que não possuam os títulos mencionados, a prestar os serviços necessários para que os interessados sejam atendidos adequadamente.

Para exercer determinadas funções - como as de juiz auditor e notário - não é exigido o curso de pós-graduação supracitado. Porém, o juiz auditor necessita ter conhecimentos de

¹³ O Tribunal Eclesiástico julga processos de causas contenciosas: 1) sobre o vínculo do matrimônio, 2) sobre o vínculo da ordenação e de causas penais: a) sobre delitos que podem ter como consequência a pena de demissão do estado clerical; b) sobre a imposição ou declaração de excomunhão. (cân. 1425).

Direito Canônico que podem ser adquiridos no curso de Bacharelado em Teologia e nos treinamentos oferecidos pelos Tribunais Eclesiásticos. O juiz auditor não julga nenhum processo, mas é responsável pelo levantamento das provas obtidas através dos depoimentos das partes e das testemunhas arroladas. Se houver necessidade, poderá incluir provas documentais na auditoria. O juiz auditor é essencial no Tribunal Eclesiástico, pois dele depende o andamento e resultado de todos os processos de nulidade matrimonial, que são julgados em primeira instância por um colégio judicante, composto por três ou cinco juízes.

Após decretação da sentença o processo é encaminhado para o Tribunal Eclesiástico de segunda instância, que possui também um colégio judicante formado por três ou cinco juízes. Para que não fique nenhuma dúvida, o processo é revisto e a sentença de primeira instância é avaliada. Não havendo nenhuma dúvida, a sentença final é homologada. Caso a parte demandante, que dá início ao processo, e/ou a demandada, com quem se quer romper o vínculo matrimonial, não ficar satisfeita com a sentença, tem o direito de recorrer ao Tribunal da Rota Romana, em Roma, onde o processo é novamente avaliado e julgado.

Enquanto o casamento não for declarado nulo, a situação dos cônjuges em segunda união continua irregular. Só será regularizada quando, de posse dos documentos necessários, for provado que seu primeiro casamento foi nulo e que está apto para contrair novas núpcias. Quando esse casamento acontecer, aí a união estará regularizada.

No Brasil, só existem duas instituições que oferecem cursos de mestrado em Direito Canônico. Uma está localizada no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. Para um doutorado, os interessados têm a opção de cursá-lo na Argentina ou, então, ir a Roma. Também os libelos devem ser elaborados por advogados e todos os processos devem passar por perícia psicológica. Além disso, parece existir no meio acadêmico eclesial certo preconceito para com os canonistas, o que diminui o interesse do clero em especializar-se nessa área. Portanto, os bispos têm dificuldade para encontrar pessoal que queira estudar Direito Canônico.

No entanto, a Igreja contornou essa dificuldade e, através da CNBB, permitiu que, para se enquadrar nesse perfil, a diocese se vincule a um Tribunal de primeira instância. Quando um bispo solicita à Santa Sé autorização para a instauração de um Tribunal, obrigatoriamente deverá indicar outro Tribunal que julgará seus processos em segunda instância. Contudo, para isso, a diocese deve colocar à disposição dos interessados um juiz auditor e um notário para comporem a Câmara Eclesiástica, que funciona como se fosse uma extensão do Tribunal.

Para que as partes demandante e demandada e suas testemunhas não tenham que se deslocar para São Paulo para serem ouvidas no Tribunal, o juiz auditor e o notário podem colher os depoimentos na Câmara Eclesiástica e enviá-los ao Tribunal. A Câmara é um órgão da diocese, ligado ao próprio Tribunal, que é composto para facilitar o atendimento das pessoas interessadas, mas, como já foi mencionado, o juiz auditor não julga os processos. Apenas executa o interrogatório para obter os depoimentos das partes e das testemunhas, encaminhando-os ao Tribunal Eclesiástico para que sejam julgados em primeira e segunda instância.

Para o exercício dessas diversas funções o Código de Direito Canônico de 1983 permite a admissão de mulheres na formação do Tribunal Eclesiástico colegial, formado por três ou cinco juízes, para julgamento das causas. Portanto, as mulheres podem ocupar várias funções dentro do Tribunal o que indica uma postura mais aberta da Igreja em relação aos encargos que podem ser assumidos pelo sexo feminino.

A justiça eclesial carece de pesquisa científica acerca dos processos de nulidade. Na revisão da literatura para a elaboração desse trabalho, foi realizada pesquisa em bibliotecas digitais de dez universidades, incluindo instituições públicas federais, estaduais e particulares, e nada foi encontrado a respeito do tema. O material obtido tratava de estudos que apenas se aproximavam do fenômeno indagado. Por isso, o intuito desse trabalho é construir um conhecimento a partir de pesquisa em diferentes fontes que contribua para a compreensão do

problema investigado e sobre o qual há falta de análises científicas, bem como pretende-se que os resultados obtidos venham subsidiar a tarefa daqueles que têm a responsabilidade de administrar a justiça eclesial.

Com referência aos processos de nulidade, não é permitida a divulgação de números oficiais por questão de segredo de justiça, mas há indicações de que a quantidade de casamentos nulos é bem grande (HORTAL, 1991). Os tribunais eclesiais julgam cerca de 3.000 ações por ano e dos 30 processos analisados por mês por cada juiz, 90% têm sentença favorável (SAMPEL, 2005b).

De acordo com estatística publicada pelo *Jornal de Opinião*, registraram-se em 2002 no mundo todo 56.000 processos de nulidade matrimonial. Desse total, 46.000 tiveram sentença afirmativa. O maior número ocorre nos países ocidentais, com 8.800 processos na Europa, 31.000 na América do Norte, enquanto na África foram registrados 343 e na Ásia 1500 (JORNAL DE OPINIÃO, 2005). Esses dados não são oficiais. Nenhum Tribunal Eclesial está autorizado a divulgar dados oficiais dos processos que julgam. Se o fizerem, poderão ter sua licença de funcionamento caçada pelo Tribunal da Signatura Apostólica¹⁴, órgão jurídico máximo da Igreja Católica, que supervisiona e fiscaliza os demais tribunais.

Para melhor se analisar as possibilidades de nulidade é fundamental levar em conta que para o casamento ter validade é necessário o consentimento dos nubentes. O Código de Direito Canônico diz o seguinte: “é o consentimento das partes legitimamente manifestado que faz o matrimônio; esse consentimento não pode ser suprido por nenhum poder humano” (cân. 1057 § 1).

Para que o consentimento seja válido os contraentes precisam saber que o matrimônio “é um consórcio permanente entre homem e mulher, ordenado à procriação da prole, por meio de cooperação sexual” (cân.1096 §1). No entanto, não basta conhecer, é preciso também querer. Esse querer, também chamado pelo Direito Canônico de ato de vontade, é um ato

¹⁴ O Tribunal da Signatura Apostólica está localizado em Roma.

interno, nem sempre perceptível pelos sentidos. Àquele que observa, chega apenas uma manifestação, não o próprio ato. Espera-se que as pessoas manifestem aquilo que se passa no seu íntimo; presume-se que o consentimento interno esteja em conformidade com as palavras ou os sinais empregados na celebração do matrimônio (cân.1101§1). Porém, se uma das partes, ou ambas, por ato positivo da vontade, mas não explicitado publicamente, excluem da cerimônia do matrimônio (simulação total)¹⁵, algum de seus elementos fundamentais (a comunhão por toda a vida, o bem dos cônjuges, a geração e educação da prole) ou alguma propriedade essencial (unidade e indissolubilidade), contraem casamento invalidamente (cân. 1101 § 2). Portanto, o “sim” que os contraentes emitem um ao outro na presença de testemunha qualificada, e das outras testemunhas, precisa corresponder à realidade, isto é, a seu desejo interior.

De acordo com o Código de Direito Canônico (1983), existem muitas circunstâncias que podem tornar nulo o casamento. Em princípio, são três as grandes causas de nulidade: *o vício de consentimento, a falta de habilidade jurídica e a falta de forma canônica* que podem ser desdobradas em casos particulares e que são apresentados com base nos escritos de Hortal (2002).

A primeira grande causa inclui os vícios de consentimento que incidem sobre o entendimento para contrair matrimônio, pois não basta a capacidade radical de conhecer, é necessário que essa capacidade seja exercida no ato concreto de casar. Por isso, é necessário que cada um dos contraentes conheça a instituição matrimonial, assim como a pessoa com quem pretende se casar. A falta desse conhecimento está associada a diversos vícios.

Um desses vícios refere-se à ignorância, qualificada da seguinte forma no cânon 1096 § 1: “Para que possa haver consentimento matrimonial, é necessário que os contraentes não ignorem, pelo menos, que o matrimônio é um consórcio permanente entre homem e mulher,

¹⁵ A simulação total ocorre quando o indivíduo manifesta o contrário do que sente, rejeitando internamente a possibilidade de contrair qualquer casamento, ou recusando aceitar a união matrimonial concreta que está sendo celebrada. Desse modo, não há qualquer margem de dúvida quanto à invalidade daquele casamento. Por isso, essa postura interna do indivíduo é denominada de simulação total.

ordenado à procriação da prole por meio de alguma cooperação sexual”. Os nubentes precisam conhecer, por exemplo, que o casamento é um consórcio, isto é, uma comunidade de interesses, direitos e deveres, permanente, que requer estabilidade e deve ser necessariamente entre um homem e uma mulher. Excluem-se assim uniões entre pessoas do mesmo sexo. O consórcio matrimonial está ordenado à procriação da prole por meio de cooperação sexual. Excluem-se da conceituação de matrimônio qualquer união de tipo puramente idealista, como amizade.

O erro é um juízo falso da inteligência, que pode ser dividido em erro acerca do fato e erro qualificado. O primeiro refere-se à pessoa concreta com quem se quer contrair matrimônio e ocorre quando há erro quanto à identidade física da pessoa com quem vai se casar, o que pode acontecer no caso de gêmeos idênticos quando se casa com um achando que é outro. Outro caso é quando se trata de erro sobre uma ou mais qualidade da pessoa com quem vai se casar. Por exemplo, acredita-se que o futuro cônjuge é fiel e, depois das núpcias, descobre-se que ele foi infiel desde o período que antecedeu ao casamento. O erro acerca do direito incide diretamente sobre a instituição matrimonial. Em outras palavras, é quando a concepção de matrimônio que os nubentes têm é diferente daquela da Igreja, a qual inclui a unidade e a indissolubilidade do casamento. Há ainda o erro qualificado, quando uma das partes oculta dolosamente, quer dizer, com premeditação, algum atributo seu, para conseguir mais facilmente o consentimento matrimonial da outra pessoa.

Outra forma de vício de consentimento reporta-se à vontade. Para que o matrimônio tenha validade, não basta o conhecimento, é preciso também a querença. Esse querer é um ato positivo da vontade que aceita o objeto matrimoniável apresentado pelo entendimento. E sendo o matrimônio um contrato consensual, ambos os contraentes precisam querer a mesma coisa, ou seja, a mesma comunidade de vida conjugal. Também em relação à vontade o vício de consentimento pode surgir ou porque não se aceita verdadeira e livremente a instituição matrimonial em geral, ou porque não se aceita uma determinada pessoa em particular.

Os vícios de vontade ocorrem quando há simulação, medo e coação. Por si, o ato de vontade é um ato interno, não diretamente observável pelos sentidos. Ao espectador chega apenas uma manifestação, não o próprio ato. Normalmente, espera-se que as pessoas manifestem aquilo que realmente se passa em seu íntimo e essa expectativa também é válida no campo jurídico. “Presume-se que o consentimento interno está em conformidade com as palavras e os sinais empregados na celebração do matrimônio” (can. 1101). Daí, portanto, a relevância do consentimento para o surgimento do vínculo. “Se uma das partes, ou ambas, por ato positivo da vontade, excluem o próprio matrimônio, algum elemento essencial do matrimônio ou alguma propriedade essencial, contraem invalidamente” (can. 1101§2). Quando a vontade rejeita totalmente o matrimônio que se está celebrando, esse ato é chamado de simulação total ou exclusão do consentimento.

Porém, se em vez disso, houver apenas a exclusão de algum ou alguns dos elementos essenciais do verdadeiro matrimônio, como a comunhão por toda a vida, o bem dos cônjuges, a geração e educação da prole, o termo adequado a ser utilizado, segundo Hortal (2002), é “restrição de consentimento” e não “simulação parcial” como preferem outros autores. Essa forma de restrição ocorre nos casos em que o nubente quer casar, mas exclui de seu consentimento uma parte dos elementos essenciais do matrimônio, isto é, quando não está disposto a ter filhos, quando já pensa em poder se separar ou ainda quando se reserva o direito de estabelecer uniões carnavais com terceiras pessoas.

Outros vícios de consentimento que incidem sobre a vontade são a coação e o medo. A coação pode ser física ou moral. A primeira manifesta-se, por exemplo, quando alguém força o contraente a acenar com a cabeça para expressar aceitação do cônjuge. A coação moral ocorre quando se intimida a pessoa para que ela dê o seu consentimento. A coação física é sempre um elemento objetivo e externo, enquanto o medo é algo subjetivo e interno. Para que o medo produza a nulidade do matrimônio, precisa ser grave e ser provocado extrinsecamente, quer dizer, ser causado por um agente externo. Não basta medo decorrente

da pura imaginação de quem o sofre, mas deve ser tão intenso que o sujeito não possa se livrar dele a não ser dando seu consentimento a um casamento não desejado por ele.

Existem ainda situações em que a pessoa pode querer se casar realmente, mas no momento de expressar o consentimento não estava em pleno uso da razão ou era incapaz de cumprir com as obrigações essenciais do matrimônio. Essas situações de falta de uso da razão derivam do fato de a pessoa estar impossibilitada de consentir por carecer capacidade de compreender. É o caso do contraente que não atingiu desenvolvimento físico suficiente, como é o caso de crianças; de pessoa acometida de doença mental permanente, congênita ou adquirida, ou quando vivencia perturbação ou transtorno transitório, como em casos de alcoolismo ou de uso de drogas. Outra forma de falta de uso da razão refere-se à incapacidade de se cumprir com as obrigações essenciais do matrimônio como consumir a relação sexual ou manter a fidelidade para com o cônjuge. Dentre as causas elencadas pela comissão que elaborou o novo Código, resultantes de problemas de ordem psicosssexual, e que inviabilizam o cumprimento das obrigações matrimoniais encontram-se as seguintes: satíriase (excitação sexual masculina mórbida), ninfomania (característica da mulher que não se satisfaz sexualmente), homossexualismo (desejo sexual por indivíduo do mesmo sexo), sadismo (quando a satisfação erótica advém de atos de violência ou crueldade física ou moral infligidos ao parceiro sexual), masoquismo (quando a pessoa só tem prazer ao ser maltratada física ou moralmente) e sadomasoquismo (consiste na conjugação do sadismo e do masoquismo).

A segunda grande motivação para declarar a nulidade do casamento reporta-se à falta de habilidade jurídica ou impedimento dirimente. Essa falta ocorre quando há algum impedimento para o matrimônio se concretizar, como casamento entre parentes próximos (impedimento de consangüinidade); entre alguém batizado e outro não batizado (impedimento de disparidade de culto); quando uma pessoa ainda não dissolveu o vínculo matrimonial anteriormente assumido (impedimento de vínculo matrimonial precedente); quando um dos

pretendentes professou os votos religiosos ainda não obteve a dispensa deles (impedimento de voto público de castidade feito em instituto religioso); quando o nubente que foi clérigo e deixou os serviços eclesiais, mas ainda não concluiu os procedimentos para o afastamento do estado clerical (impedimento de ordem sacra); quando se trata da incapacidade de o homem ter ereção para penetrar na vagina e ejacular dentro dela (impedimento por incapacidade de copular); quando o homem tem menos que 16 e a mulher menos que 14 anos¹⁶ (impedimento por idade); quando há concubinato público ou notório, é vedado o casamento entre filhos do homem e da mulher amasiados (impedimento de honestidade pública); quando se rapta uma mulher para extorquir dela o consentimento matrimonial (impedimento de rapto); quando se provoca a morte de uma pessoa por querer casar-se com o seu cônjuge ou se o próprio cônjuge mata o parceiro (impedimento de crime de conjunguicídio). É bastante interessante observar a concepção da Igreja acerca das relações de parentesco, pois também inclui na falta de habilidade jurídica casamentos entre parentes por afinidade, e não apenas por consangüinidade. A proibição por afinidade impede o matrimônio entre padrasto viúvo e enteada, de filhos do primeiro casamento de uma mulher ou de homem viúvos ou de casamentos declarados nulos, entre sogro e nora ou sogra e genro. Também é proibido o casamento de filho adotado com o filho legítimo (impedimento por parentesco legal).

Alguns desses impedimentos podem ser dispensados pelo bispo da diocese antes do casamento. No caso de o casamento acontecer sem a referida dispensa - o que pode acontecer ou por omissão dos noivos em relatar o caso ou por distração do padre, - , esse casamento é nulo e para validá-lo, basta comprovar o que aconteceu por meio de documentos¹⁷ e o bispo pode conceder uma declaração chamada *sanatio in radice*, que quer dizer, “sanar pela raiz” ou “sanação radical”. Quando se trata, por exemplo, de um casal que já vive em união civil e não

¹⁶ No Brasil, a CNBB determinou que a idade mínima para o homem é de 18 e para a mulher é de 16 anos, mas com autorização dos pais ou responsáveis. Para que não haja necessidade desta autorização, os nubentes precisam ser maiores de 21 anos.

¹⁷ Esse procedimento é chamado pela justiça eclesial de processo documental.

há nenhum impedimento para que contraiam matrimônio religioso, mas uma das partes, por vergonha ou por outro motivo, não aceita casar-se, para a outra parte não ser impedida de participar dos atos religiosos, o bispo pode dar a referida declaração considerando o consentimento e a forma do casamento civil, reconhecendo aquela união como sacramento.

A terceira ordem de motivações para se declarar a nulidade matrimonial é a falta de forma canônica e refere-se ao fato de os nubentes não observarem as formalidades prescritas pela lei, a saber, a presença dos contraentes¹⁸, a expressão verbal do consentimento, a presença e atuação do ministro assistente, também chamado de testemunha qualificada, além da presença de duas testemunhas.

Nota-se, assim, que são vários os motivos instituídos pela Igreja pelos quais um casamento pode ser declarado nulo, o que demanda que o interessado solicite o processo de nulidade, que passa por diversas etapas.

No primeiro contato com o fiel interessado que busca os serviços do Tribunal, o auditor pode fazer uma análise preliminar e verificar se a história daquele casamento tem fundamento para se pleitear uma declaração de nulidade ou não, o que poderá evitar mais sofrimento à pessoa no caso de impossibilidade.

Todas as pessoas interessadas têm acesso a essas e outras informações nos Tribunais Eclesiásticos. E nas dioceses onde não há Tribunal, existem as Câmaras Eclesiásticas que podem também fornecer informações. Contudo, muitas pessoas desconhecem, de fato, essa possibilidade e passam uma vida inteira vivenciando um sofrimento que poderia ser resolvido. Supõe-se que essa falta de informação deva-se a uma deficiência na capacitação de lideranças

¹⁸ No caso de casamento por procuração, o procurador precisa ser designado pessoalmente pelo próprio mandante, ou seja, pelo autêntico contraente do matrimônio. A procuração deve ser dada especificamente para contrair matrimônio com uma pessoa determinada; o mandato procuratório precisa ser assinado pelo mandante, pelo pároco do lugar ou o Ordinário do lugar onde é passada a procuração, ou por um padre delegado por um dos dois anteriores, ou ao menos por duas testemunhas. Essa procuração deverá ser passada em forma civil válida. No caso de o mandante não saber assinar, é necessário fazer constar isso na procuração e acrescentar mais uma testemunha. O procurador precisa desempenhar pessoalmente o seu ofício, estando excluída qualquer delegação, mesmo permitida pelo mandatário. O consentimento expresso na procuração deverá subsistir no momento da celebração. O procurador faz presente o consentimento do mandante, mas não o produz. “Se o mandante, antes que o procurador contraia o casamento em nome dele, revogar o mandato ou cair em amênia, o matrimônio é inválido, mesmo que o procurador ou a outra parte ignore esses fatos” can.1105 §4.

nas comunidades que, se conhecessem melhor esses procedimentos, poderiam encaminhar os interessados aos órgãos competentes.

O processo de nulidade matrimonial desenvolve-se em várias fases, como explicita Guimarães (2004). Na fase introdutória há apresentação do libelo, com exposição do caso e eventual contestação da lide, quando a parte demandada discorda da solicitação de nulidade proposta pelo demandante. A fase instrutória é momento da produção das provas, que inclui a audição das partes e das testemunhas, a inclusão eventual de provas documentais e realização de provas periciais. Na fase de debate apresenta-se o parecer inicial dos advogados das partes; o parecer do defensor do vínculo; a réplica das partes e o parecer final do defensor do vínculo. A fase decisional é quando os autos são transmitidos ao colégio julgante, com estudo pessoal e individual de cada juiz; há sessão de julgamento e redação da sentença. Finalmente a fase executória e o momento dos apelos e querelas de nulidade.

Sobre o trabalho dos Tribunais Eclesiásticos, em 2005 a Santa Sé publicou através da Instrução *Dignitas Connubi* algumas normas a serem observadas nos processos de nulidade matrimonial. Dentre outras coisas, adverte que quem procura a justiça, tem pressa. Por isso, os que administram a justiça eclesial, quer na magistratura canônica, quer noutras funções, devem cuidar para observar o que determina o Código de Direito Canônico, ou seja, respeitar o prazo de 18 meses para a primeira instância e de 6 meses para a segunda. O papa Bento XVI retomou esse assunto na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Sacramentus Caritatis* e alertou para que as atividades dos tribunais fossem corretas e pressurosas.

Capítulo 4. Metodologia

4.1. Objetivos

Essa pesquisa teve como objetivos compreender as motivações das pessoas que solicitaram a nulidade do casamento religioso através do Tribunal Eclesiástico, como souberam da possibilidade de nulidade matrimonial, por que iniciaram o processo de nulidade. Investigou-se ainda como se deu o primeiro casamento, os significados que os sujeitos atribuíram à separação conjugal, o modo como vivenciam a nova união e organizam a vida familiar e a influência que a Igreja exerceu na segunda união.

4.2. Os colaboradores da pesquisa

Foram entrevistados dez católicos, cinco homens e cinco mulheres, que deram entrada ao processo de nulidade matrimonial no Tribunal Eclesiástico de São Paulo através da Câmara Eclesiástica de uma diocese do estado de São Paulo¹⁹, e conseguiram a declaração de nulidade e já se casaram novamente, tanto no civil quanto no religioso, exceto uma pessoa que se casou somente no religioso. Os sujeitos estão na faixa etária entre 36 e 56 anos e residem na sede da diocese e em outras cidades subordinadas à Câmara Eclesiástica da diocese.

4.3. Procedimento

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e de observações durante a realização das mesmas. As entrevistas, gravadas e transcritas na íntegra, foram orientadas por um roteiro

¹⁹ Os nomes da diocese e das cidades onde foi realizada a pesquisa não são mencionados para assegurar o anonimato dos sujeitos.

semi-estruturado (Anexo C). Após aplicação de um pré-teste para avaliar a adequação do roteiro da entrevista, foram efetuadas as alterações necessárias, com reformulação de algumas questões e inclusão de outras. Outro instrumento de coleta de dados foi o registro em diário de campo de observações feitas nos locais onde aconteceram as entrevistas. Para preservar a privacidade dos colaboradores seus nomes foram alterados e eles são designados por nomes fictícios.

A seleção dos colaboradores que se adequassem aos requisitos descritos no item anterior foi feita mediante consulta aos processos de nulidade matrimonial tramitados no período de 2000 a 2006. O exame desses processos foi autorizado pelo Bispo Diocesano (Anexo F).

Com a finalidade de organizar a coleta de dados, e sua posterior análise, o roteiro foi dividido em itens. Inicialmente, há perguntas que objetivam a identificação do entrevistado, através do registro de dados pessoais, como idade, profissão, escolaridade, entre outros. Em seguida, o roteiro apresenta questões abertas relativas à história de vida do colaborador, focando sua infância, juventude, seu relacionamento com a família de origem, o tipo de educação recebido e suas percepções a respeito do relacionamento conjugal de seus pais. A seguir, as questões referem-se ao primeiro casamento, à convivência conjugal, às expectativas e dificuldades, à importância dos filhos, à separação, ao processo de nulidade matrimonial e à segunda união. Outras questões consideram a trajetória do colaborador após a separação, como vêm a acolhida da Igreja aos divorciados e recasados, seu relacionamento com essa instituição e seu ponto de vista sobre as normas eclesiais.

A opção pela pesquisa qualitativa se deu em função do interesse em compreender e interpretar o significado que essas pessoas elaboram acerca da organização familiar e da experiência de passar por um processo de nulidade matrimonial para se adequarem às normas da Igreja Católica. Realizada com grupos pequenos de pessoas, a pesquisa qualitativa não tem intenção de chegar a conclusões de cunho estatístico e nem de generalizar os resultados. A

utilização de entrevista, por sua vez, permite esclarecer uma relação mais próxima entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, criando um *rapport* positivo que facilita a obtenção de informações.

Como o pesquisador relaciona-se com o interlocutor de modo específico, não propriamente através do diálogo, mas por intermédio de perguntas, e como não emite julgamento sobre o relato, embora, às vezes, seja solicitado a fazê-lo, o entrevistado sente-se à vontade para expor suas opiniões. [...]. A troca, portanto, ultrapassa a divisão ou a alteridade e cria uma situação nova para o pesquisador e para seu interlocutor (Romanelli, 1999, p. 127)

Tendo como ponto de partida a concepção da entrevista como processo de troca, cuidei de esclarecer aos sujeitos que estava realizando a entrevista como pesquisadora e não como juíza do tribunal eclesiástico. Com isso, procurava situar minha posição de modo claro, para que os sujeitos entendessem que as questões colocadas para eles eram feitas pela pesquisadora e não pela juíza numa auditoria de processo.

A análise dos dados foi realizada de maneira qualitativa, vinculada à pesquisa bibliográfica e à supervisão do orientador. Após a leitura das entrevistas, os dados foram sistematizados e analisados, com a preocupação de se atingir a profundidade dos fenômenos sociais. (BIASOLI-ALVES, 1999).

De acordo com Romanelli (1999), na análise, um ponto fundamental é considerar que as descrições contidas nas falas dos sujeitos contêm sua versão dos fatos, constituindo uma interpretação êmica, que deverá ser interpretada a partir de formulações teóricas da antropologia e da psicologia, que constituem a dimensão ética da análise. Assim sendo, além da utilização dos dados coletados nas entrevistas e na observação, que constituem o campo da observação, é necessário introduzir na análise a dimensão exterior às entrevistas, isto é, o campo de investigação, que é constituído por dados secundários, representados pela dimensão histórica e estrutural da sociedade onde se insere o grupo que é objeto de pesquisa, para se atingir o plano macrossocial (ROMANELLI, 1999).

4.4. O trabalho de campo

Iniciei meu trabalho na justiça eclesiástica em 2000 junto à Câmara Eclesiástica de uma cidade do interior do estado de São Paulo encaminhando processos de pessoas interessadas em obter a nulidade matrimonial. Inicialmente, durante dois anos, exerci a função de notária nessa Câmara e nos quatro últimos anos, por solicitação do bispo diocesano e após treinamentos específicos, passei a desempenhar a função de juíza auditora, executando o interrogatório para obter depoimentos das partes e das testemunhas que são encaminhados ao Tribunal Eclesiástico para serem julgados em primeira e segunda instância.

Nesse período, acompanhei 27 processos de nulidade matrimonial sendo 15 de demandantes homens e 12 de demandantes mulheres. Desses processos, 26 foram concluídos com sentença afirmativa e apenas um aguarda conclusão. Dos anos anteriores, quando ainda não atuava na área, foram encontrados 19 processos interrompidos e 7 concluídos. Examinei a causa de algumas dessas interrupções e constatei que quando essas pessoas deram entrada ao processo, não lhes foi esclarecido devidamente o itinerário a ser percorrido. E quando se depararam com as dificuldades do processo e de suas custas, acabaram desistindo.

Um processo no Tribunal de São Paulo custa oito salários mínimos em primeira instância e três em segunda instância. Quando a pessoa apresenta justificativa, pode obter desconto. Em casos em que o demandante não tem nenhuma condição financeira, e apresenta atestado de pobreza, o processo é inteiramente gratuito²⁰. Entretanto, devido aos elevados custos do processo, os bispos de algumas dioceses do interior paulista solicitaram à Santa Sé através do Tribunal da Signatura Apostólica - órgão jurídico máximo da Igreja Católica - que os casos fossem atendidos pelo Tribunal Eclesiástico de uma localidade do estado de São Paulo. O referido tribunal, que era um tribunal diocesano, passaria a ser um tribunal

²⁰ A Instrução *Dignitas Connubi* lembra que as pessoas desprovidas de recursos financeiros para arcar com as custas judiciais do processo têm o direito de requerer a isenção dessas despesas. Aquelas que podem assumi-las em parte, têm direito à redução.

interdiocesano. Assim, a partir de março de 2007, a diocese onde foi realizada a pesquisa passou a ser atendida por esse tribunal interdiocesano e, desse modo, pôde reduzir as custas processuais. Com licença especial da Santa Sé passei a compor o colegiado de juízes desse Tribunal. Contudo, os colaboradores dessa pesquisa são fiéis que tiveram seus processos julgados pelo Tribunal Eclesiástico de São Paulo, já que seus processos são anteriores à data de instauração do tribunal interdiocesano.

Quando se efetua a triagem dos demandantes interessados no processo de nulidade matrimonial e se investiga as motivações que os levaram a solicitar a nulidade, a resposta é quase unânime: desejam a declaração de nulidade porque, estando em segunda união ou em vias de concretizá-la, pretendem regularizar sua situação para estarem aptos a participar dos sacramentos da Igreja. A recepção dos sacramentos do matrimônio, da reconciliação e da eucaristia somente será possível quando for provada canonicamente a nulidade do primeiro matrimônio pelo Tribunal Eclesiástico. Essa verificação de nulidade é tão importante que, sem ela, qualquer ação litúrgica, como bênção das alianças, não é permitida (PORRECA, 2004).

Todos os colaboradores foram demandantes de processos tramitados no Tribunal Eclesiástico de São Paulo, através da Câmara Eclesiástica da diocese onde atuo como juíza auditora. Portanto, o vínculo entre pesquisadora e colaboradores já existia antes mesmo do início da elaboração do projeto desta pesquisa. Quando da elaboração do referido projeto, obtivemos autorização do presidente do Tribunal (anexo D) onde, até então, estava vinculada, e do Bispo da diocese onde está a Câmara Eclesiástica em que atuo (anexo E). Utilizei como critério de seleção dos colaboradores o fato de sua situação já ter sido regularizada perante a Igreja Católica. Muitos outros também conseguiram a declaração de nulidade do primeiro casamento religioso, mas ainda não haviam se casado na Igreja novamente, o que inviabilizou a participação deles na pesquisa.

Dos colaboradores contatados, todos concordaram em colaborar com a pesquisa e ofereci-lhes a possibilidade de escolher onde fazer a entrevista. Alguns optaram pela entrevista em minha sala de atendimento, outros em suas residências. As entrevistas nas residências foram escolhidas pelos colaboradores que moram em outras cidades. As entrevistas realizadas nas casas dos sujeitos foram ricas porque tive a oportunidade de observar detalhes que enriqueceram as notas no diário de campo. Contudo, fiquei pouco à vontade, pois em todas as entrevistas realizadas nas residências, houve interrupções como o toque do telefone ou da campainha. Entretanto, em nenhum momento a privacidade foi comprometida.

Nas entrevistas realizadas em meu local de trabalho, senti-me mais à vontade, pois, não houve interrupções, mas as notas de campo não foram tão ricas. Portanto, nas duas circunstâncias em que realizei a coleta de dados, houve perdas e ganhos.

Solicitei permissão para gravar as entrevistas, que posteriormente foram transcritas na íntegra, e esclareci que os dados eram confidenciais, que os entrevistados não seriam identificados e que os resultados finais das análises, de forma geral, se tornariam públicos. Essas informações constavam do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), assinado em duas vias, uma que ficou em poder do entrevistado e outra com a pesquisadora.

No horário e dia marcados, nas residências dos entrevistados ou em minha sala de atendimento, foram gravadas 10 entrevistas, com duração média de uma hora e quinze minutos. Através da observação atenta, procurei colher as diversas manifestações do entrevistado, como o tom da conversa, a presença de constrangimento e de emoções, registrando-as no diário de campo, procurando capturar aquilo que Malinowski (1984) denomina de imponderáveis da vida social. Os colaboradores demonstraram certa tranquilidade em tratar dos assuntos pessoais, familiares e eclesiais. O fato de termos conversado muito no período da tramitação do processo de nulidade matrimonial contribuiu para tornar mais acessíveis as informações acerca da intimidade dos entrevistados. Também a

condição de freira da pesquisadora, que eles já conheciam, contribuiu para criar um ambiente seguro e confiável. O fato de a pesquisadora estar vinculada à instituição religiosa não inibiu críticas ao catolicismo, mas a maioria dos entrevistados teve cuidado no uso das expressões. Mesmo assim, alguns manifestaram de modo velado que discordam de algumas posições da Igreja Católica.

Após a entrevista, fiz os devidos agradecimentos e reforcei o compromisso de devolutiva daquilo que foi pesquisado.

As reações dos colaboradores durante as entrevistas foram variadas. Alguns tiveram manifestações de irritação, raiva e nervosismo, o que foi registrado em diário de campo. Pôde-se perceber que a maioria dos colaboradores expressava sofrimento, arrependimento e mágoa em relação ao ex-cônjuge e em relação a algumas autoridades eclesiais que lhes omitiram informações a respeito de sua condição de recasado na Igreja. Demonstraram sentimento de culpa por terem transgredido as normas da Igreja e também pelos problemas que os filhos tiveram que enfrentar com a experiência da separação. Expressaram angústia e solidão profundas, quando tiveram que tolerar as privações que a Igreja lhes impunha.

Também foi observado que, para os colaboradores, a entrevista foi mais uma experiência de relato de uma parte de suas histórias de vida que nem sempre puderam compartilhar com outros. No momento da entrevista, já estavam com a situação conjugal regularizada perante a Igreja. O sofrimento maior ocorreu nas fases introdutória e instrutória do processo de nulidade matrimonial, ou seja, durante as fases em que tiveram que elaborar o libelo - a história do casamento por escrito - e a dos depoimentos, quando tiveram que relatar ao juiz auditor toda a experiência vivida desde quando conheceram o ex-cônjuge até a separação. Por ter desempenhado a função de juíza auditora em todos esses processos, pude presenciar o quão doloroso foi para estas pessoas descrever esses fatos. Os próprios entrevistados como que buscaram avivar minha memória para lembrar-me de fatos ou comportamentos deles durante o processo, dizendo: “Lembra, irmã”.

Apesar disso, foram muito receptivos demonstrando satisfação por estar colaborando com a pesquisa.

Nas entrevistas realizadas nas residências dos colaboradores, fui recebida com cortesia, e não permitiram que deixasse as dependências das casas sem “comes e bebes”. Os cônjuges atuais dos colaboradores tiveram comportamentos diversificados com relação a minha presença em suas residências. Alguns demonstraram curiosidade, outros foram discretos e em outros nem visualizei qualquer demonstração de curiosidade.

As entrevistas foram realizadas de março a dezembro de 2007. Dos dez colaboradores entrevistados, cinco residiam em cidades fora da sede da diocese, e isso acarretou viagens, o que fez com que o período das entrevistas fosse mais extenso.

Capítulo 5. Resultados e análise

Neste capítulo são apresentados os resultados e a análise dos dados coletados. Inicialmente são descritos dados pessoais dos colaboradores e, em seguida, analisa-se seu relacionamento com a família de origem, isto é, com os pais; a primeira união; o processo de separação; o modo como tomaram conhecimento do processo de nulidade matrimonial; a segunda união e a influência da Igreja no recasamento.

5.1. Os colaboradores da pesquisa

O quadro abaixo apresenta dados dos entrevistados no momento de realização das entrevistas.

QUADRO 1 – Dados pessoais dos colaboradores da pesquisa

Colaborador (a)	Idade	Escolaridade	Ocupação	Salário mensal
Débora	48 anos	Superior Incompleto	Artesã	R\$500,00 a R\$600,00
Rute	38 anos	Superior Completo	Dona de casa	Não tem
Suzana	39 anos	Fundamental Incompleto	Costureira	R\$ 620,00
Isabel	40 anos	Ensino Médio Completo	Telefonista (jornada de 06 horas diárias)	R\$600,00
Judite	41 anos	Ensino Médio Incompleto	Empregada Doméstica	R\$850,00
Samuel	37 anos	Técnico Profissionalizante	Comerciante	R\$3.500,00 a R\$ 4.000,00
André	56 anos	Superior Incompleto	Empresário	R\$4.000,00 a R\$5.000,00
Tadeu	42 anos	Superior Completo com Especialização	Gerente de Vendas	R\$ 2.400,00
Daniel	37 anos	Superior Completo	Gráfico e prestador de serviços de informática	R\$ 1.000,00
Ezequiel	36 anos	Ensino Médio Completo	Autônomo	R\$ 2.000,00

5.1.1. Débora

Débora tem 48 anos e mora com o marido, a filha da primeira união e o pai. Tem outro filho que mora e estuda fora. Iniciou a graduação em Ciências Contábeis, mas interrompeu o curso e voltou a estudar e está matriculada atualmente no curso técnico na área de saúde. A casa em que reside é de seu pai, mas existe um acordo entre os irmãos de que Débora herdará a casa.

A entrevista foi realizada em minha sala de atendimento. Débora demonstrou ser uma pessoa bastante falante e desembaraçada ao responder às questões que lhe foram propostas. Sua ocupação atual é de artesã, e trabalha em sua própria casa. Seu salário mensal varia de R\$ 500,00 a R\$ 600,00. O filho mora fora e está cursando doutorado. A filha cursa graduação na área de saúde. Ambos são filhos da primeira união.

5.1.2. Rute

Rute está com 38 anos e reside com o marido e os três filhos, sendo uma filha e um filho da primeira união e uma filha do segundo casamento. É formada em Ciências Contábeis e em Processamento de Dados. Quando da realização da entrevista, Rute disse que na semana seguinte, a família iria mudar-se para a casa própria cuja construção havia terminado. Atualmente, por escolha própria, Rute cuida dos filhos e é dona de casa.

Na entrevista realizada na residência, fui bem recebida primeiramente pela empregada e depois por Rute, que havia levado a filha mais nova ao médico. Após aproximadamente meia hora, Rute estava de volta também com os outros filhos, porque os havia apanhado na escola. No momento em que estava realizando a entrevista, o telefone tocou algumas vezes e os filhos, principalmente a mais nova de três anos, demonstraram curiosidade em querer saber o que a pesquisadora estava conversando com a mãe deles.

Apesar de certo desconforto, a privacidade não ficou comprometida em nenhum momento. Ao responder às perguntas, a entrevistada elaborou bem as respostas demonstrando

facilidade de compreensão. Por um lado, essa característica enriquece a entrevista porque o próprio sujeito contribui com a interpretação do significado das experiências vividas. Contudo, existe o perigo de se tomar suas respostas em seu aspecto êmico, como se sua fala contivesse uma análise descomprometida dos eventos vividos, o que pode comprometer a análise dos dados. Nesse caso, assim como em outras situações, é fundamental manter o distanciamento crítico, utilizando-se do olhar antropológico para se proceder à análise do conteúdo da fala de Rute, separando-o da avaliação que ela faz dos fatos de sua existência. (LAPLANTINE, 1988).

5.1.3. Suzana

Suzana tem 39 anos, não concluiu o ensino fundamental e mora com o marido e a filha do primeiro casamento em casa própria, bem planejada e bem mobiliada. Sua ocupação atual é de costureira e seu salário é de R\$ 620,00.

A entrevista foi realizada em sua residência e a família me recebeu muito bem. Percebi que tanto o marido quanto a filha e alguns parentes que estavam presentes ficaram curiosos com a entrevista. A meu pedido, Suzana disse a eles que a entrevista era individual e que precisávamos ficar as sós. Embora demonstrasse nervosismo durante a entrevista, respondeu a todas as perguntas com objetividade e com bom vocabulário.

Após a entrevista, o marido de Suzana veio juntar-se a nós e conversamos bastante sobre a comunidade de que participam.

5.1.4. Judite

Judite, de 41 anos, reside com o marido e dois filhos da segunda união em casa alugada e sua ocupação atual é de empregada doméstica e seu salário é de R\$ 850,00.

A filha mais velha, da primeira união, já está casada. Não tem nenhum filho da atual união que é a terceira. Quanto a sua escolaridade, Judite não concluiu o ensino médio.

A entrevista foi realizada em minha sala de atendimento. Judite foi pontual e revelou fatos que não havia contado no período de tramitação do processo. Notei que estava bem à vontade para falar de sua história de vida. Em alguns momentos emocionou-se, em outros demonstrou mágoas e ressentimentos.

5.1.5. Isabel

Isabel, 40 anos de idade, ensino médio completo, mora com o marido e três filhos em casa própria, que foi construída por etapas, e é bem mobiliada e confortável. A ocupação atual de Isabel é a de telefonista e seu salário é de R\$ 600,00. O filho mais velho é da primeira união e as outras duas filhas são da atual união.

A entrevista foi realizada em sua residência. As filhas de Isabel demonstraram curiosidade com minha presença, mas se mantiveram num quarto perto da lavanderia, fazendo trabalho escolar. Durante a entrevista, o telefone e a campainha tocaram algumas vezes.

O marido não estava em casa, mas chegou logo que terminamos a entrevista. Isabel me disse que ele estava trabalhando, apesar de ser sábado à tarde. Ao mesmo tempo em que foi discreto, o marido demonstrou conhecimento da tramitação do processo de nulidade. O casal mostrou-me o álbum de fotos de seu casamento religioso e da festa que a comunidade católica de que participa preparou para a família.

5.1.6. Samuel

Com 37 anos de idade, Samuel tem ensino médio completo, é comerciante com ganho mensal entre R\$ 3.500,00 a R\$ 4.000,00, e a casa em que mora com a esposa e os dois filhos gêmeos, que são da segunda união, é de sua mãe. Porém, contou que sua casa própria estava praticamente pronta.

A entrevista foi realizada em sua residência, um sobrado, e observei que a sala estava mobiliada em madeira entalhada, com um balcão com várias fotos dos filhos e sobre uma

mesa havia uma foto da família no aniversário dos filhos. Fui recebida com simpatia e Samuel me disse que sua esposa havia saído com os filhos para que pudéssemos estar mais à vontade na entrevista. Durante a entrevista, mostrou-me fitas K-7 nas quais registrara todas as fases das crianças. Com respeito ao casamento anterior, Samuel foi quase que monossilábico, mas quando me referi a outras questões, falou com desembaraço e até foi um tanto prolixo.

5.1.7. André

André, 56 anos, ensino superior incompleto, é empresário com rendimentos que variam entre R\$ 4.000,00 a R\$5.000,00 e mora em casa própria com a esposa e dois filhos da primeira união. Tem também outro filho da mesma união que mora em outra cidade e nenhum do segundo casamento. A entrevista foi realizada em minha sala de atendimento. No momento da entrevista, percebi que André estava um tanto excitado. Tinha nas mãos uma caneta que batia com certa violência na mesa, mantinha as pernas em movimentos frenéticos o tempo todo e teve algumas reações emocionais quando relatou certos acontecimentos. Uma delas foi quando comentou um episódio ligado ao primeiro casamento, que o fez chorar muito e pedir que não mencionasse o teor de sua fala. Depois se dispôs a dar depoimento sobre a história de seu primeiro casamento durante a defesa da dissertação o que, obviamente, não aceitei.

5.1.8. Tadeu

Tadeu tem 42 anos, curso superior completo em Engenharia com especialização em Marketing de Vendas e sua renda mensal é de R\$ 2.200,00. Mora com a esposa e uma filha da segunda união. A entrevista foi realizada em sua residência e ele foi bastante simpático e educado e, ao responder as perguntas, demonstrou possuir vocabulário amplo e polido. Sua esposa e sua filha não estavam quando cheguei e chegaram quase no término da entrevista. Também nesta entrevista o telefone e a campainha tocaram trazendo certo desconforto, pois

dava a impressão de estar tomando seu tempo e invadindo sua privacidade. Após a entrevista, Tadeu me mostrou a casa, com pé direito alto para que haja maior ventilação, porque faz muito calor na cidade em que mora. Notei que a casa é bem planejada, pois o terreno no qual está construída é pequeno e a residência é ampla e aconchegante. Fez questão de me mostrar a área de lazer com piscina e churrasqueira.

5.1.9. Ezequiel

Ezequiel, 36 anos, ensino médio completo, trabalha como autônomo com transporte de cargas e sua renda mensal gira em torno de R\$ 2.000,00. Mora com a esposa e tem uma filha da primeira união, que mora com a mãe e não tem filho da segunda união. A entrevista foi realizada em minha sala de atendimento. Ezequiel foi objetivo ao responder as perguntas e aparentou tranquilidade e segurança ao discorrer sobre os assuntos colocados em questão.

5.1.10. Daniel

Daniel tem 37 anos, curso superior completo em Processamento de Dados, trabalha em uma gráfica na área de informática e seu rendimento mensal é de R\$ 1.000,00. Mora com a esposa e não tem filhos em nenhum dos dois casamentos. A entrevista foi realizada em minha sala de atendimento e Daniel demonstrou ser uma pessoa bastante tímida, com dificuldade de se expressar. Mas, ao mesmo tempo, notei sinceridade em sua fala, pois, mesmo estando diante de uma pessoa ligada à Igreja Católica, não poupou críticas a essa instituição por não permitir que casais em segunda união confessem e comuniquem. Foi o único dos entrevistados que fez essas observações.

5.2. A relação dos sujeitos com a família de origem

Os dez entrevistados descreveram que sua família de origem correspondia ao modelo nuclear e tinha princípios morais e éticos sérios, como responsabilidade, respeito, sendo que o pai era o responsável pelo sustento da família, a mãe dedicava-se aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos e que sua relação com os pais foi positiva.

A educação da maioria dos entrevistados foi rígida, com imposição de regras de conduta, orientações morais, fixação de limites e cobranças de modo coercitivo. Por conta da submissão da mãe e em função do temor que a figura paterna provocava nos entrevistados, a autoridade do pai era mantida. Todos foram educados com a presença do pai e da mãe, exceto Ezequiel cujo pai faleceu quando tinha 10 anos e Isabel que perdeu a mãe quando tinha 11 anos.

Sobre a educação religiosa, sete sujeitos relataram que aprenderam as orações com os pais e freqüentaram a Igreja Católica desde crianças. Alguns informaram ainda que tiveram uma educação religiosa severa, de cumprimento de preceitos e de uma moral focada no temor ao pecado. Três sujeitos relataram que os pais não os incentivaram a participar da missa e catequese. Samuel diz que um vizinho, seu amigo, era quem o convidava para ir à missa. Débora declara que até os 14 anos não sabia o que era ir à igreja, porém, aprendeu as orações com o pai. Ezequiel relatou que, quando criança, seus pais não freqüentavam a igreja, embora sua mãe fosse bastante devota de Nossa Senhora.

Três sujeitos relataram que o pai era alcoólatra. Um deles declarou que, desde criança, presenciou brigas e discussões entre os pais, o que, em sua opinião, interferiu na sua primeira convivência conjugal, pois acreditava que todo casal brigava como seus pais. Este relato nos remete à obra de Wallerstein e Kelly (1998) quando descrevem que os pais dão exemplos indiretos aos filhos, que se manifestam nas ações parentais. E sobre o casamento, muitos filhos imaginam que não terão êxito em seus enlacs porque seus pais não o obtiveram.

O mesmo sujeito relatou que, depois de adulto, veio a conhecer uma irmã, filha do pai fora do casamento.

Ah, os meus pais, eles sempre tiveram uma vida conjugal não muito boa. Desde criancinha, eu sempre vejo eles brigando, né, eu cresci vendo eles brigarem. Eu achava que era normal, que todo casal brigava, um desrespeitava o outro na frente dos filhos, né. Mas de uns anos pra cá, nós ficamos sabendo de uma outra irmã que a gente tinha que ninguém sabia. É uma filha que meu pai teve antes de casar com a minha mãe. Minha mãe também não sabia. Foi um susto pra todos nós. Meu pai não falava nada e deixava ela falar. Primeiro ela [a irmã] veio com o marido. Depois que ela veio com as três filhas. Nós a recebemos muito e muito bem. Só que meus pais já estavam separados, né. Até minha mãe ficou com ciúmes, daí ela afastou um pouco. Ela não pode vir que minha mãe tem ciúmes dela. Então, nós conhecemos ela, mas ainda não tivemos jeito de ficar bem próximos ainda, né, por causa dos ciúmes que deu na minha mãe. (Samuel)

O relacionamento conflituoso com os pais não ocorreu nos casos de André, Ezequiel, Tadeu, Daniel, Suzana, Rute, Débora e Judite. Porém, a maioria, exceto Judite e Tadeu, reclamou da falta de diálogo e de afeto em casa. Verifica-se que, quando a pergunta tratou abertamente a relação com os pais, os entrevistados afirmaram que não vivenciaram tais conflitos.

Entretanto, quando as questões trataram sobre assuntos diversos, desvelaram-se tensões e disputas. Daniel descreve a falta de diálogo com os pais e o distanciamento com eles, preferindo estar com a avó.

Tinha muito pouco diálogo, porque na infância, é mais difícil, né. Eu gostava de ficar com a minha vó. Ela morava na fazenda e eu gostava de ficar mais na fazenda que na cidade. Eu passei uma boa parte da infância indo e voltando da fazenda, pra escola e ficava com a minha avó e em casa com os pais, né. Passei um bom tempo indo e voltando quase todo dia (Daniel).

Isabel relata brigas que havia entre seus pais cujo motivo ela não conseguia entender, mas que provavelmente eram devido à infidelidade do pai e de seu alcoolismo. Após a morte da mãe, Isabel teve conflitos com a madrasta, o que, segundo ela, fez com que se casasse muito cedo. Os confrontos parentais estão expressos nos depoimentos abaixo.

Meu pai saía muito de casa e deixava minha mãe em casa. Então, ela brigava muito com ele porque ele saía. Então, nunca ficou bem claro o porquê eles brigavam, o motivo que saía e o porquê que ele deixava ela em casa. Eu lembro de minha mãe chorando, aí ela falava que tava com dor de cabeça. Eu tinha madrasta, eu não

combinava com a minha madrasta. Então, na época eu era muito novo e então, eu fui sofrendo, amadurecendo, então, eu acho que eu casei mais por uma fuga. (Isabel).

A despeito dos conflitos conjugais, pode-se ressaltar que alguns entrevistados relataram que pai e mãe foram presentes em seu processo de socialização, embora com posturas diversas. Débora e Judite relataram que o pai era muito mais presente na educação dos filhos do que a mãe; outros apresentaram os dois como participantes na instrução dos filhos. Outros, no entanto, chegaram até a estabelecer comparação com a mãe, no sentido de que a figura materna era mais próxima.

A maioria dos entrevistados declarou que procura transmitir aos filhos os valores ensinados pelos pais, como o respeito pelas pessoas, o amor, o ensinamento religioso e o trabalho. Ezequiel justifica o uso de violência na educação dos filhos porque sua mãe o educou assim e que, se for necessário, fará uso desse recurso na educação de sua filha.

Eu tento repetir, na verdade com a minha filha, eu tenho uma filha de dez anos. Eu tento repetir com ela a educação que a minha mãe me deu. É, sempre dizer a verdade. Minha mãe sempre foi muito rígida com a gente. Se precisasse, ela batia. Eu ainda não consegui bater na minha filha, mas se precisar, eu vou bater também. Então, não é essa a educação que o mundo mostra em que tá tudo liberado e não sei o que mais. A educação que a minha mãe me deu é totalmente diferente. É de respeito com as pessoas mais velhas, principalmente. Nunca tive a coragem de levantar a voz pra uma pessoa mais velha do que eu. É isso que eu tento passar pra minha filha. O conceito de hoje em dia, eu não adoto. Prefiro passar pra minha filha o que minha mãe passou pra mim. (Ezequiel)

Eu acho que... o amor, né, que meu pai, pra educar, meu pai pref... ele dava muito amor e conversa. Ele não batia, não precisava dele bater. Do jeito dele falar com a gente, a gente já abaixava a cabeça e aquilo já... servia de lição. Ele me bateu uma vez só, que eu nunca mais esqueci disso. Eu tinha oito anos. Ele me deu uma correada, mais sabe quando pega assim, só rela. Eu lembro que... eu caí no chão que ele me deu essa correada e eu fiquei doente, me deu febre. [...] Ele não era de batee, ele era de conversar. Eu acho que é por isso que eu faço assim com meus filhos, eu não gosto de bater, gosto de conversar. Mostrar o certo e mostrar o errado. É isso que meu pai fazia. Ele mostrava o que tava certo e o que tava errado. (Judite)

Embora em suas falas valorizem o que consideravam positivo na atuação dos pais, quase todos os entrevistados afirmam que buscam oferecer a seus filhos educação diferente

da que receberam. Parece que, a partir da própria experiência, e em função de viverem uma realidade social e cultural diversa daquela de seus genitores, os sujeitos procuram evitar imposições sobre os filhos, buscando, sobretudo a experiência do diálogo.

Ah, eu acho que faltou a minha mãe conversar comigo. Talvez pela falta de tempo, pelo jeito que ela foi criada, ela nos criou, né. Eu acho que ela me instruiu muito pouco. Também por eu ter casado nova, né, mas faltou instrução da parte da minha mãe. (Suzana)

A agressividade, às vezes, da minha mãe. Então, isso eu não faria com os meus filhos. Sabe? É...o jeito da minha mãe, não é que ela não ama, que não me ama. É lógico que ela me ama. Eu sei que toda mãe ama o filho. Mais... é...ela num soube demonstrar esse amor que ela tinha por mim. Então, eu devo demonstrar esse amor... acho que foi um erro dela coitada, até pela doença, mais, então, eu quero passar o contrário. Eu tento mostra que...nossa! Eu amo eles demais. Sabe? Porque, às vezes, a gente sente falta do amor de mãe. Eu sinto da minha mãe. Eu acho que, é por causa, sabe, da doença, do jeito que ela foi criada, porque a minha avó batia nela até de facão. Quer dizer, que ela teve, que ela num teve aquele amor de mãe. Era muito pobre. Então, ela num soube passar, né, pros filhos. Eu sei que ela me ama, muito. Mais, ela, às vezes, ela num sabe como mostrar esse amor, né, mais eu sinto muita falta desse amor da minha mãe, sim. (Judite)

Eu acho que... hoje em dia mais que nunca o diálogo é essencial ... pra que você se conheça, pra que você conheça o outro, pra que você tire de dentro... E isso eu me lembro de ser mais calada, né. Até por educação... Tá tudo tranquilo, você vai vivendo... Aí, você vê daquela maneira: mas os avós também não tinham diálogo, os pais. Eu sinto uma mudança grande na nossa geração. E isso eu sinto, sabe? De poder falar, não aquela vergonha de falar as coisas pra pai e mãe, mas de poder falar assim: “Eu fiz isso”. Isso eu tento praticar com eles (os filhos) porque a gente tem... porque a nossa intenção é a melhor, de poder acertar, né. E nem sempre você vai acertar, né. (Rute)

Os relatos dos entrevistados mostram, além de sua aparência, ambigüidades e contradições. Se, de um lado, valorizam a família de origem e procuram reproduzir certas formas de conduta parental que consideram positivas, de outro lado, acabam revelando os conflitos conjugais e o desejo de não repetirem formas de comportamento dos pais, em especial o que qualificam como ausência de diálogo dos genitores com eles.

Os entrevistados procuram preservar o contato com os pais, pois estão ligados a eles por sentimentos positivos, que convivem, como em todas as famílias, com outras lembranças emocionais negativas, marcadas, muitas vezes, pelo distanciamento, pela carência de afeto,

atenção e diálogo. Esse vínculo com os pais é considerado por todos como de grande importância, servindo de apoio emocional e financeiro em diferentes momentos de suas histórias de vida.

5.3 . A primeira união

QUADRO 2. Dados da primeira união dos colaboradores

Colaborador(a)	Duração do namoro	Idade do(a) colaborador (a) e do ex-cônjuge quando iniciaram a primeira união		Duração da primeira união	Filhos da primeira união
Débora	02 anos	19	29	12 anos	02
Rute	05 anos	21	26	07 anos	02
Suzana	03 anos	16	25	09 anos	01
Isabel	07 meses	15	19	07 anos	02
Judite	06 meses	18	19	04 anos	01
Samuel	02 anos	22	20	02 anos	Não tem
André	07 anos	23	23	29 anos	03
Tadeu	10 anos	33	28	02 meses	Não tem
Daniel	03 anos	29	23	02 anos	Não tem
Ezequiel	03 anos	26	20	11 meses	01

Com respeito à primeira união, nove entrevistados responderam que embora não houvesse nenhuma pressão objetiva, existia uma pressão moral, subjetiva, exercida pela própria consciência, que os conduziu ao casamento. Os elementos causadores dessa pressão são os mais diversos como gravidez, namoro muito longo, relação sexual pré-matrimonial, situação conflituosa na família de origem, etc.

Suas falas revelam que inicialmente viam o casamento como união entre marido e mulher pautada pelo respeito mútuo e com o objetivo de procriar e formar família com as bênçãos de Deus. Mas a convivência demonstrou que eram relacionamentos sem consistência, frágeis e que desencadearam sofrimentos contínuos até culminar na separação. Parece que a compreensão que os entrevistados tinham sobre casamento religioso, mais do que uma concepção idealizada, estava relacionada a uma grande fantasia, dotada de certa magia, como se a bênção matrimonial automaticamente erradicasse todos os problemas conjugais.

Todos os entrevistados declararam que o que chamou mais atenção no primeiro encontro quando conheceu o ex-cônjuge foi a aparência física, exceto Débora para quem a estabilidade financeira do futuro marido era mais importante.

De acordo com Anton (2000) grande parte do motivo da escolha do cônjuge fica retida no inconsciente. As justificativas que as pessoas apresentam, por mais válidas que sejam, constituem apenas parte de um conjunto de motivações de uma complexidade bem maior do que se supõe. Mesmo que nunca se esteja perfeitamente consciente de todos os motivos, pode haver uma sintonia, uma correspondência entre causas internas, atos e justificativas.

A maior parte das motivações para a escolha do cônjuge, dificilmente aflora à consciência. Até em psicoterapia, segundo Anton (2000), as pessoas colocam resistências para fazer vir à tona a autenticidade das motivações. E, de alguma forma, o presente está unido ao passado e o parceiro atual evoca e representa pessoas importantes dos tempos mais remotos, ainda que tais lembranças tenham sido inteiramente banidas da consciência.

Com exceção de dois, os demais entrevistados tiveram outros namorados além do cônjuge. Sete entrevistados relataram que houve relações sexuais durante o período de namoro e, por conta da gravidez precoce, três tiveram que antecipar o casamento.

No momento das entrevistas, quando as perguntas investigavam o período do namoro com o ex-cônjuge, notou-se que a maioria dos entrevistados foi monossilábica, dando a entender que não estava à vontade para falar sobre essa fase. Isto sugere que ainda há muitas

questões a serem resolvidas com o ex-cônjuge como mágoa, culpa por não ter percebido que aquele relacionamento não daria certo etc. Sete deles disseram que durante o período de namoro, havia brigas e desentendimentos.

Quando se casaram todas as mulheres eram mais novas do que seus ex-maridos. Elas tinham entre 15 e 21 anos, com média de 17,8 anos, enquanto os homens casaram-se com idade entre 22 e 33 anos com média de 26,6 anos. Esses dados confirmam levantamentos feitos pelo IBGE (2007) que demonstra que em todas as unidades federativas a média de idade dos homens é superior à faixa etária das mulheres. Em 2005, para o país como um todo, quando o recorte da análise considerou as idades dos cônjuges, observou-se que a idade média dos homens, na data do primeiro casamento, foi de 28 anos. As mulheres tiveram idade média, ao casarem, de 25 anos.

Comparando-se esses dados com a idade dos colaboradores no primeiro casamento, nota-se que eles se casaram mais cedo do que a média nacional. Talvez esses casamentos relativamente precoces, sobretudo considerando a faixa etária das entrevistadas, tenha contribuído para dificuldades conjugais que culminaram com a separação.

O tempo de duração da primeira união dos entrevistados é muito variado, oscilando entre dois meses e 29 anos, com uma média de 7,03 anos de duração.

Indagados sobre o que os motivou a se decidirem pelo casamento, as respostas foram as mais diversas. Judite, Isabel e Ezequiel disseram que foi por conta da gravidez, Rute e André que foi para reparar o erro de terem mantido relação sexual antes do casamento, Samuel relata que foi para fugir das brigas na família de origem, Daniel afirma que foi pelo desejo de formar família, Tadeu porque já havia muito tempo de namoro, Suzana por insistência do noivo e Débora porque havia programado um ano de namoro e outro de noivado e quando completou o tempo quis casar.

A maioria dos entrevistados relatou que fez curso de noivos, mas não lembra do conteúdo das palestras. Isso sugere que a forma como a Igreja tem realizado os cursos de

preparação para o casamento não tem respondido ao objetivo proposto que é a conscientização dos noivos quanto ao significado do sacramento do matrimônio e suas implicações na dinâmica conjugal e familiar.

A CNBB (2007) tem orientado os agentes que trabalham no Setor Juventude para que desenvolvam programas de educação para que o amor integre a sexualidade em um projeto mais amplo de crescimento e maturidade. Recomenda ainda que se leve em conta as exigências da ética cristã, fundada na responsabilidade e que os agentes desse setor busquem despertar nos jovens a auto-estima, principalmente no cuidado do próprio corpo e do corpo do outro.

Os dados obtidos nas entrevistas sugerem que essas orientações pouco atingiram seu objetivo. Considerando que atualmente os entrevistados estão com idade superior a 36 anos e que quando se casaram estavam no período da juventude, parece que há algum tempo as orientações eclesiais não estão sendo assimiladas.

Dizer que a Igreja mantém um discurso anacrônico, muitos já o disseram. Parece que a questão axial não é esta e sim o fato de as orientações possuírem conteúdo reflexivo e serem destinadas a um público cuja atenção está voltada para outros interesses como as descobertas, os impulsos e a iniciação sexual.

Para todas as pessoas entrevistadas, o casamento civil tinha pouca ou nenhuma importância a não ser a de dar certa garantia aos filhos. Quanto ao significado do casamento religioso, os entrevistados consideravam-no como algo de grande valor, que proporciona aos noivos as bênçãos de Deus e legitima a união conjugal.

Em sua maioria os sujeitos afirmaram que as pessoas se casam para assegurar a constituição de uma família, de acordo com os preceitos da Igreja, para receber as bênçãos de Deus e ainda porque o casamento constitui um sonho que existia desde a infância, sobretudo para as mulheres.

A concepção de família que os entrevistados tinham estava bastante relacionada ao modelo de família nuclear, formado por pai, mãe e filhos. Em suas falas os sujeitos expressam a adesão a esse modelo, a importância do diálogo para a convivência doméstica e deixam claro que família só se forma efetivamente quando há filhos.

Ah, a família é muito importante, né. A família da gente é, é a estrutura da gente. A gente é o que a gente é pela família que a gente teve, como a gente viveu. Pra mim, a família é muito importante, é sagrada. Então, o marido, a mulher, eles tem que ter uma boa convivência, não discutir perto de filho. Tem que viver bem, tem que se dar bem pra poder orientar bem os filhos. Pra mim, é importantíssima, porque o que a gente aprende com a família é o que a gente leva pra vida toda. Então a família tem que ser bem estruturada. O marido e a mulher tem que viver bem e nesse contexto, criar os filhos assim: com muito diálogo, com boa educação, boa religiosidade, é importante. (Suzana)

Primeiramente, é a continuação da família porque o casal, só o marido e a mulher numa casa num tem sentido. Nada, nada, nada, nada. É... então, a pessoa fala: mas, eu vou ter filho, vou ter preocupação. Eu vou ter isso, mais os filhos é o que dá sentido ao casamento. E a minha vida hoje sem os meus dois filhos, eu não teria sentido nenhum. (Débora)

Conforme esse modelo de família, que os sujeitos incorporaram, a autoridade era atribuída ao marido/pai, que exercia grande influência na dinâmica familiar, e era o chefe da família, o trabalhador, o provedor financeiro cujo comportamento impositivo subvalorizava e até depreciava o papel da esposa também dentro de casa.

Havia discussões sim e eu, imperava com as minhas idéias, fazia valer as minhas idéias e pronto [...] Na minha família, eu era o todo poderoso e o que eu falava, a água parava e tocava o barco assim o tempo todo. Que todas as vezes que, às vezes, dependia, de uma ação ou reação da parte contrária, aí... eu não acreditava que tinha resultado. Então, mantinha uma, um imperialismo lá. Tudo parece que deu certo porque tá tudo assim tão...que até os meus filhos estão do meu lado. Então, eu acho que eu nem errei nesse aspecto (André).

Eu era muito dono de mim. Queria as coisas só meu jeito (Ezequiel)

Essas famílias estruturavam-se de modo hierárquico e havia uma clara divisão sexual do trabalho e o papel da mulher estava vinculado à imagem da esposa/mãe, que devia cuidar da casa, dos filhos, do marido.

Ficava tudo por conta dela. E eu trabalhava fora e punha as coisas dentro de casa. Agora, dentro de casa, eu não fazia nada. (Ezequiel)

Às vezes, ele até arrumava, sabe a roupa, tudo. Mais, na maioria das vezes, quando ele pegava a roupa, pra implicar, ele falava: “Eu quero aquela! Eu quero aquela roupa”. Ele era machão, não me ajudava em casa, não. (Judite)

Porém, a mulher tinha um poder sutil que se expressava de outros modos, nos cuidados das refeições, com a casa, com os filhos. Ademais, a disposição para manter relações sexuais constituía um recurso através do qual as mulheres expressavam sua satisfação ou não com o esposo. Contudo, a idéia de que a mulher não deve negar relação sexual ao homem aparece no relato de Suzana.

Eu nunca neguei. Eu nunca fui uma pessoa que falasse, que brigasse, que falasse: “Não, hoje eu não quero, estou magoada”, não. Eu podia estar magoada. Se ele me procurasse, eu tava pronta. Então, na medida do possível era assim. Quando estava tudo bem, tudo bem. E se ele tivesse bravo alguma coisa, mas se ele me quisesse, eu estava ali. Eu nunca, nunca neguei. Então, era assim. (Suzana)

Perguntados sobre o que era mais importante no casamento, as palavras mais freqüentes foram respeito, confiança, fidelidade e amor. Sobre o que é menos importante, a maioria respondeu que são os bens materiais.

Todos responderam que a fidelidade é algo de suma importância, alicerça o casamento e traz tranquilidade para o casal. Sobre a infidelidade, todos responderam que não é compatível com casamento. Apesar de valorizarem a fidelidade, dois homens e uma mulher responderam que foram infiéis no primeiro casamento.

Com respeito às relações sexuais, a maioria respondeu que são importantes, fazem parte do casamento, mas que não bastam para preservá-lo. Um entrevistado respondeu que sexo não é suficiente para manter o casamento, mas é importante para assegurar a continuidade da vida conjugal. Para ele, a única motivação para mantê-lo casado por 29 anos foi a vida sexual com a ex-esposa, o que conforme seu relato, parecia ser uma relação compulsiva. Esse sujeito ficou muito agitado nesse momento da entrevista.

Nunca existiu amor entre eu e essa mulher não. Existia uma paixão louca que durou, sei lá, quantos anos. Mas amor mesmo, não existiu não. Quando eu olhei pra ela, eu já olhei com olhos de... não foi paixão. Paixão veio depois. Com olhos de adolescente aí de tentar levar vantagem [atração sexual].(André)

Todos os sujeitos desejavam ter filhos e consideravam que eram importantes para formar uma família. O número de filhos da primeira união varia de um a três e estão na faixa etária entre 10 e 31 anos. A quantidade de filhos coincide com os dados que indicam declínio das taxas de fecundidade total no Brasil ao longo dos últimos 40 anos, período em que apresentaram reduções de mais de 60%. Em duas décadas de estabilidade, de 1940 a 1950, a fecundidade total manteve-se em 6,2 filhos por mulher. A taxa elevou-se ligeiramente, em 1960, para 6,3. Desde então, esses números apresentam reduções significativas: 5,8 em 1970, 4,4 em 1980, 2,9 em 1991 e 2,4 em 2000. A taxa consolidada pelo Censo Demográfico 2000 atingiu 2,38 filhos por mulher (IBGE, 2000).

Ah, o filho completa o casamento porque a família sem os filhos, ah, parece que faltou alguma coisa. (Isabel)

Eu acho que o filho une ainda mais o pai e a mãe quando eles dividem a tarefa do filho, então cada um sabendo da dificuldade do outro, porque por exemplo, se divide a tarefa do filho quando nasce, começa a dar valor no que a mulher faz. Então, existe o crescimento desta maneira, né. No caso, tem um respeito maior entre um e outro. (Ezequiel)

Ah, eu acho fundamental, já que você casou, você tem que ter filhos. Filhos faz parte. Filho é a alegria do pai, da mãe. É o filho que dá orgulho pra gente, sei lá, eu acho... porque a gente porque tem pai, a gente que tem os pais da gente, hoje eu me sinto responsável por eles. Eu acho que o filho, você educando o filho direitinho, hoje você olha por eles e amanhã eles olham por você. Então, eu acho que todo casal deve ter filho. (Suzana)

No início do casamento a convivência mostrou-se pacífica para a maioria dos entrevistados. Gradativamente, ela foi se desgastando, principalmente por conta dos conflitos de relacionamento, surgindo brigas, desentendimentos e mágoas.

A maioria respondeu que não havia diálogo no primeiro casamento. As tentativas de conversa acabavam se transformando em discussões e brigas e os motivos eram alcoolismo do marido, infidelidade, ciúmes e questões banais do cotidiano, referentes a cuidados com a casa, com os filhos e outras questões de menor importância. Essas discussões, às vezes, aconteciam na presença dos filhos e, às vezes, transformavam-se em agressão física.

Meus filhos muitas vezes presenciavam brigas, discussões. Eu falava muito alto, sabe? Eu gritava muito com eles. Eu não tinha paciência porque eu realmente não tinha da onde tirar paciência. Como? Sem estrutura espiritual, um marido alcoólatra, com dois filhos pequenos. Então, eu era muito impaciente, nervosa e até hoje eles falam. Eu pergunto, às vezes, o que, que eles lembram da infância. A [nome da filha], principalmente, fala: “Nossa, mãe! Você gritava tanto”. (Débora)

Era aquela brigaiada, ele me batia, eu batia nele. Tinha vez que ele quase me matava, se não fosse ela [a filha] gritar, sabe, de saí gritando: “Socorro!” ... porque ele era agressivo com a filha, bebia e chegava em casa agressivo, batia na menina, batia em mim, arrumava outras mulher. Então, que eu me lembre, do jeito dele era... eu acho que ele era revoltado, uma pessoa revoltada. ... Aí ele já vinha e começava a me bater, eu batia nele e ele já saía. (Judite)

5.4. A separação conjugal

A principal situação que estimulou os sujeitos a se decidirem pela separação foi a infidelidade do cônjuge e, em alguns casos, também dos próprios entrevistados. Todavia, essa afirmação dos entrevistados precisa ser analisada em um quadro mais amplo da vivência conjugal. Embora o pretexto principal alegado para a separação tenha sido a infidelidade, é de

se notar que ela não abrolhou sozinha, mas foi o fator que eles consideraram o mais importante para a dissolução do casamento.

As situações que antecederam a separação sugerem que ela não ocorreu a partir de um único motivo, mas esteve associada ao desgaste na relação que resultava de diferentes fatores. Desse modo, tanto os conflitos, cuja motivação é diversificada, quanto a infidelidade do cônjuge, podem estar associadas a desgastes no relacionamento conjugal, mas que não são percebidos, ou não são enfrentados e discutidos pelos entrevistados.

Dos dez entrevistados, um homem e uma mulher disseram que foram infiéis e que o ex-cônjuge também. Um homem disse que foi infiel e que a ex-esposa não. Cinco, sendo quatro mulheres e um homem, declararam que somente o ex-cônjuge foi infiel e dois entrevistados disseram que não foram infiéis e que não sabem se o ex-cônjuge o foi. Portanto, em dez casamentos, houve infidelidade em oito.

O momento crucial da separação foi quando eu descobri que ele tava namorando uma menina aqui de [nome da cidade] e eu fui atrás dele, na época em [nome da cidade] eu tinha família, pra batê na menina. E, essa foi uma das vezes. Aí, a gente brigou, discutiu muito. Ele falou que ia me matar que eu tava louca, que num sei o quê. Aí ele trancou dentro do quarto com a menina. Então, tinha televisão, tinha abajur. Porque a gente morava dentro de um quarto com a minha mãe. Ele foi arrancando aquilo da parede com a porta trancada e eu gritando pra ele abrir pra eu pegar a menina e eu vendo aquelas faíscas de fogo saindo. Aí, a gente resolveu se separar mesmo. Viu que num tinha mais jeito. (Judite)

Ela arrumou outra pessoa antes de ela casar. Foi antes de ela casar. Na época, ela estava trabalhando com esta pessoa. Ela era advogada e trabalhava junto com essa pessoa num escritório de advocacia. Só que eu não percebi nada, nem sabia. (Tadeu)

Há ainda casos, como o de André, em que a infidelidade ocorreu de ambas as partes.

Fui infiel o tempo todo. Fui infiel do lado sexual. Do outro lado, eu não fui infiel não. Tudo que essa mulher precisava ter, ela teve, até demais. Gerava até ciúmes na minha família, que o meu pai falava que ela tinha mais conforto do que todas as outras [cunhadas] da minha família Ah, a separação no civil foi, a separação no casamento civil, depois o divórcio. Ela tinha lá um amante e não assumia e eu já sabia. Então eu fui levando até que ela assumiu. Quando ela assumiu, eu falei: “Então, tá vendo. Você propôs essa separação há um tempo atrás e não estava na hora. Agora está na hora. Vamos fazer e foi feito. . (André)

De fato, a separação decorreu de conflitos, discussões e brigas que começaram a fazer parte do cotidiano da família. Evidentemente a família é ambiente de conflitos porque as pessoas estão mais próximas, mantêm relações mais diretas e expressam sentimentos de modo mais livre. Assim, é também fonte de tensões e conflitos, disputas, ódios (ROMANELLI, 1991).

A decisão de se separarem teve seu desfecho quando os sujeitos enfrentaram uma situação conflitante que lhes dava mais coragem para tomar essa atitude. A dor e as dificuldades de manterem, ou de romperem, os laços conjugais, procurando não prejudicar os filhos, na maioria das vezes retardaram a ruptura definitiva do matrimônio.

As maiores perdas estão relacionadas, principalmente, à dificuldade de convivência e ao relacionamento com os filhos, principalmente porque a maioria deles ainda era criança no momento da separação.

Em algumas situações o filho pode colaborar para prolongar a convivência conjugal, mantendo os cônjuges juntos, mas não impede a separação, mesmo quando ela demora a acontecer, como foi o caso de André que chegou a esperar quase trinta anos para se decidir pela separação.

Enquanto eu não vi esses filhos assim, esses filhos alicerçados, formados, eu não tive coragem de tomar uma iniciativa nova, pensando em mim, construindo uma vida nova. (André)

Após a separação, as mulheres entrevistadas relataram distanciamento dos ex-cônjuges e os homens descreveram as dificuldades que as ex-esposas colocavam para que tivessem maior contato com os filhos.

A maioria percebeu mudanças no comportamento dos filhos depois da separação e demonstraram certo sofrimento pela ausência deles. Embora haja visitas regulares, nem

sempre os filhos estão próximos do pai, o que, para os entrevistados, acarreta perda na formação deles, pois além da distância do genitor, os filhos acabam também ficando distantes dos familiares paternos com quem têm vínculos afetivos. Mas, por outro lado, consideram esse sofrimento mínimo se comparado ao que vivenciavam quando ainda estavam casados.

A perda, olha, hoje eu vejo algumas coisas. Ele [ex-marido] tratava a minha filha muito bem e depois que separou, ele não dá atenção pra eles mesmo. Eu acho que isso é uma perda do vínculo do pai. Embora ele não dê bons exemplos, mas eu acho isso importante. A perda na convivência com as pessoas com quem vocês faz os vínculos, a família dele. (Rute)

A perda é pro filho, pros filhos, pra filha. No meu caso, pra filha, que houve maior perda porque minha filha se dá muito bem comigo, com a minha esposa [atual]. Até chama minha esposa de mãe. Desde um ano e pouquinho de idade quando elas se conheceram, ninguém pediu pra ela chamar de mãe, ela sempre passou por mãe, a minha esposa, mas primeiro eu sinto um pouco porque há dias que eu quero que ela fique comigo, a mãe não quer que fique. Então, a perda é pra filha mesmo. (Ezequiel)

Apesar das dificuldades vividas no relacionamento com os filhos após a separação, todos declararam que, no presente, convivem bem com eles.

A situação de ruptura conjugal acarreta diversas maneiras de sofrimentos, pois cada um tenta enfrentá-los conforme padrões culturais assimilados desde muito cedo e que orientam suas representações idealizadas de casamento e de família. Os sujeitos expressam o sofrimento de acordo com esses padrões e em conformidade com o vocabulário disponível. Por isso, muitas vezes, torna-se difícil para eles encontrarem a forma adequada para dar vazão, no plano lingüístico, à subjetividade da dor que vivem com a separação. É de se notar o constante esforço que fazem para eliminar o sofrimento advindo da separação.

Na época, eu pensei que eu tinha perdido o mundo. Pensei: Vixe! Meu mundo caiu. Pensei que eu tinha perdido tudo, porque eu tinha juntado dinheiro pra comprar móveis, carro, telefone. Na época, telefone era uma nota, comprei telefone. Eu pensava que eu tava... derrotado. Eu pensei: tô derrotado. Não vou conseguir arrumar uma esposa digna, eu pensava. Quem que vai querer ficar casado com um homem que já foi casado. Eu pensava que só ia arrumar mulher tranqueira. Eu pensava que eu tinha perdido tudo. Eu pensava que eu tinha... Eu pensava que eu tava derrotado. Depois eu fui me animando. (Samuel)

Nesse relato de Samuel é de se notar um sentimento de fragilidade e a necessidade de sentir-se cuidado. Parece que experimenta esse sentimento desde a infância, pois relatou que se sentia abandonado pelo pai e pela mãe que priorizavam as atividades na igreja em detrimento do cuidado dos filhos.

Quando ele [o pai] parou de beber, ele entrou na igreja Seicho-no-iê, aí tudo era Seicho-no-iê e nós ficávamos pra segundo plano. Todo domingo ele ia cedo e voltava de noite. A gente pra vê-lo tinha que ir lá e eu não gostava de ir lá. Eu me sentia super mal. Tinha uns almoço, galinhada ou arroz a carreteiro, eu comia e não descia pra mim, não conseguia comer. E a vida na nossa infância foi assim. Todo domingo meu pai e minha mãe sumiam pra Seicho-no-iê e a gente ficava em casa sozinho (Samuel).

De modo geral, a separação encerra um processo longo de negociações e de tentativas para manter a vida conjugal.

Eu primeiramente, não pensava em separação, não. Não aceitava, eu achava que, principalmente porque eu já ia ter uma filha, um filho. Eu não aceitava a separação, não queria a separação. Mas, a separação veio acontecendo assim, como eu já te falei, né. Eu vivia um tempo com ele, depois eu não suportava aquela situação, aí, eu voltava pra casa da minha mãe. Depois, a família dele interferia muito, queria que a gente tentasse, que tinha a filha e tal, mas ele, depois que ele começou a andar com outras mulheres, não deu mais certo e eu tentei. Até o ultimo ano que eu vivi com ele, foi o mais difícil porque eu tinha já pensado pra mim mesma: “Não, chega desse negocio de separa e volta. Eu vou suportar tudo”. Eu fiz a escolha, optei em viver com ele. Agora eu vou viver certinho mesmo. Mas daí, eu morava em casa de aluguel, ele alugou uma casa, a gente morou, foi morar junto de novo e ele alugou uma outra casa em uma outra cidade e ele ficava lá com a outra. Ele era visita na minha casa, ele vinha uma, duas vezes na semana. Às vezes, ele chegava tarde da noite e levantava cedo. A minha filha ficava de 15, 20 dias sem ver o pai. Teve uma vez que era dia dos pais, eu comprei um presentinho pra ela dá pra ele, passou mais de um mês, ela não conseguiu dar porque ele não vinha, ela não via ele. E aí ficou muito difícil pra mim porque ele tinha outra casa, eu ficava praticamente sozinha. Ele ficava mais com a outra do que comigo. A preocupação maior é que eu não era estudada, não era formada, tinha uma filha pra criar. Tinha que voltar pra casa dos meus pais, meus pais já eram criados, tinham uma certa idade. Aí, eu tive meu irmão, né, que me apoiou, que era solteiro, que me ajudou a criar a minha filha. Mais a minha preocupação era criar ela, né, cuidar dela. (Suzana)

A longa fala de Suzana expressa as dificuldades para enfrentar a separação, que tende a ser vivida de modo emocionalmente mais intenso pelas mulheres, sobretudo quando elas não dispõem de recursos financeiros para manutenção própria e dos filhos.

Contudo, após um período variável para cada sujeito, a separação não é mais sentida apenas como perda. Os entrevistados apontam ganhos com a separação, como a oportunidade de conhecerem outra pessoa e de poderem se unir a ela e de recomeçar de modo mais responsável, livre e maduro um novo relacionamento. Alguns descrevem ainda como conquista a libertação de uma culpa que sentiam e que fez com que se casassem por terem tido relacionamento sexual antes do casamento.

O ganho foi uma libertação, porque dentro de algo que eu coloquei pra mim, de tudo isso que eu te falei, de casar porque houve o relacionamento íntimo, é... houve um relacionamento íntimo. Então eu me punia, achei que eu tinha que me casar porque aquela história que ser primeiro homem, de uma punição... então, eu precisava de uma libertação. O que ocorreu. Uma libertação muito grande porque não era a vida que eu queria, imaginei pra mim, né. (Rute)

Esse ganho pode estar relacionado à possibilidade de escolherem seus parceiros de um modo diverso, com maior experiência e com mais maturidade do que ocorreu na primeira união e à expectativa de poderem realizar aspirações que não se concretizaram no primeiro casamento. Buscam esquecer o que lhes causou sofrimento e criam estratégias de resistências mesmo encontrando-se fragilizados.

Separação - assim como casamento - não resulta de um único motivo, mas é fruto de determinada configuração (LAHIRE, 1997), isto é, da articulação de múltiplos fatores que desencadeiam insatisfação e inviabilidade de convivência com um cônjuge. Mas a separação não elimina a relação de parentalidade, que, apesar de vários fatores que podem limitar o exercício adequado do papel de mãe e de pai, continua a existir, seja no plano da afetividade, seja devido aos vínculos de descendência entre genitores e filhos, que constitui um dos elos que cria famílias. Por outro lado, a separação não significa fim de experiências afetivas, sexuais e mesmo de reprodução biológica, que podem ser vividas com novos parceiros.

5.5. O processo de nulidade matrimonial

A participação na pastoral de segunda união, na pastoral familiar, no encontro de casais com Cristo ou a realização da comunhão espiritual, não responde às necessidades de muitos católicos em segunda união ou em vias de formalizá-la. A alternativa é buscar o Tribunal Eclesiástico competente e submeter a história matrimonial à apreciação dos juízes para que eles verifiquem a validade ou não do casamento em questão. Mas o que leva a pessoa a buscar esse procedimento? Alguns casais vivem há vários anos em união consensual ou em união civil e, num dado momento, resolvem que precisam “colocar suas vidas de acordo com a vontade de Deus”.

No entanto, é necessário considerar que a maioria dos colaboradores demonstrou não compreender que o casamento cristão católico é para sempre e é indissolúvel porque é um sacramento para a Igreja. Parece que para os entrevistados o fato de o casamento ser “para sempre” não é sinônimo de “indissolubilidade”, como é para a Igreja, já que eles convivem com inúmeras pessoas separadas e divorciadas no plano legal. A dificuldade não se situa apenas no plano da língua, quando não conseguem entender o significado de “indissolubilidade”, mas está no modo como a Igreja interpreta o casamento que é indissolúvel, pois não pode ser dissolvido, rompido pelos desejos humanos. Para clarificar essas questões, a pesquisadora necessitou explicar e exemplificar detalhadamente o significado da indissolubilidade, como característica essencial do sacramento do matrimônio, até que ficasse bem esclarecido seu sentido e suas conseqüências que resultam da interpretação da Igreja acerca do casamento.

Quatro entrevistados descreveram que tomaram conhecimento do processo através de orientação do padre; três através de dirigentes da Renovação Carismática Católica (RCC) e os outros três souberam através de amigos e familiares.

Interrogados sobre o que os levou a procurar o Tribunal Eclesiástico para dar entrada ao processo de nulidade, cinco dos entrevistados responderam que foi o desejo de casar-se novamente; três para saírem da condição de amasiado e tirar o peso do pecado das costas, e casando-se, poder confessar e comungar; outro para se livrar do fardo do primeiro vínculo matrimonial e um outro ainda respondeu que foi uma esperança de recomeço.

Nos relatos dos sujeitos, constatou-se que metade dos demandantes, dois homens e três mulheres, no momento das entrevistas, estavam freqüentando há mais de três anos os grupos de oração da Renovação Carismática Católica. Nos discursos desses entrevistados, notou-se o relato de uma experiência religiosa “direta” com Deus, sem mencionar a participação na comunidade eclesial e sem envolvimento com outras pastorais. Já os outros, três homens e duas mulheres que não participam da RCC, referiram-se várias vezes à vida de comunidade como a participação nas pastorais, nos grupos de reflexão bíblica, na catequese, no canto litúrgico, na preparação das missas etc.

Os entrevistados que são membros da RCC referiram-se ao demônio durante a entrevista como “o inimigo”, o “encardido”, expressões usadas nos programas carismáticos veiculados pela mídia católica televisiva e radiofônica. Algumas dessas pessoas utilizaram expressões de aversão para se referir ao pecado, especialmente quando este estava ligado a questões de moral sexual.

Nós erramos antes do casamento, antes do casamento, nós erramos e ela ficou grávida. Ela veio me falar: “Meu bem, eu acho que eu tô grávida”. Eu falei: “Nossa, meu bem! Como que a gente vai sair dessa?” Porque eu estava no grupo de jovens, no grupo de oração da [nome da Igreja] seguindo a risca todos os mandamentos, principalmente fidelidade, né, e eu caí nessa. E aí nós fomos conversar com Pe. [nome do padre] e ele orientou a gente: “Olha, calma, não é assim.” Aí, nós ficamos até o dia do nosso casamento sem mais nenhum gesto desse de sexo antes do casamento porque os dois aceitou que tinha errado. Nós dois vimos que tínhamos muito a ver um com o outro (Samuel).

Antes de iniciarem a participação nesse movimento, eram pessoas sem muito compromisso com a fé católica. Todos os demandantes que participam desse movimento

relataram uma conversão em determinado momento de suas vidas que fez com que revissem seus paradigmas.

Três entrevistados, um homem e duas mulheres, relataram que foram dirigentes da RCC quem os conscientizou sobre sua condição de amasiados perante a Igreja e que havia uma possibilidade de regularizar a situação conjugal em que se encontravam recorrendo ao Tribunal Eclesiástico, onde todos foram bem acolhidos.

Para Judite, quem deveria tê-la informado sobre essa possibilidade deveria ter sido o padre. A seguir, descrevo parte da entrevista em que relata sua busca.

Entrevistadora.: O que você argumentou quando deu início ao processo de nulidade matrimonial?

Judite: Que eu queria casar na Igreja, era o meu argumento.

Entrev.: Você disse que quando você se casou, na sua adolescência, você não era muito ligada à Igreja?

Judite: Não.

Entrev.: E a partir de quando você começou a ter assim maior contato com a Igreja?

Judite: Não. À missa aos domingos, eu ia, sabe? Mas não entendia. - É mais fácil assim! Não entendia as coisas direito. Eu não entendia porque que eu num podia confessar. Minha briga era com os padres porque que ele não me confessava. Por que é que eu não podia.

Entrev.: E você já estava com o seu companheiro?

Judite: É... eu queria confessar, eu queria comungar antes mesmo de eu tá com ele. Aí o padre falou assim pra mim: “Não, mais você não pode, você é separada”

Judite: Aí o padre falou assim pra mim: “Você é separada. Você não pode confessar. Você num pode entrar numa fila e comungar”. Só que eles nunca me explicaram por que?

Entrev.: Nessa época, você já estava morando junto com o seu companheiro?

Judite: Já, já estava morando. Mas eu queria entender era o por que. Eu falava: “Por quê? Eu sou separada certinho”. Ele falava: “Você vive em adultério”. “Gente, mas eu não traí ninguém”. Eu pensava comigo, né. “O rapaz é solteiro, eu fui casada, mas eu divorciei. Eu não estou traindo ninguém. Como que eu vivo em adultério”. Aí foi quando eu conheci meus novos amigos carismáticos. Aí, teve um dia que teve, eu num lembro qual passagem que foi da Bíblia, que o [pregador] ... A [nome da pregadora] até que estava pregando, aí ela pegou e falou. Aí eu fiquei meio assim: “Esse povo tão falando a mesma coisa de adultério”. Aí, eu esperei o outro dia, tinha reunião. Aí eu fui. Eu cheguei pro [pregador] e perguntei. Falei: “[nome do pregador], eu quero que você me explica uma coisa. Ele falou: “O que?” Aí, eu falei: “Por que que eu não posso comungar, não posso confessar. O padre falou que eu vivo em adultério. Eu não vivo em adultério. Eu não sou casada, né, sou divorciada”. Ele falou: “Judite, na lei de Deus, você ainda é casada. Enquanto você não conseguir... se você não entrar com a nulidade ...” e até foi aí que ele me explicou: “ Você entra com a nulidade, o seu casamento não existiu. Aí, tudo bem. Você casa de novo, você vai confessar, vai comungar. Agora, se existiu o teu casamento, Judite, você vai ter que aprender a viver da misericórdia de Deus. Porque você não sabia de nada, aí Deus tem misericórdia”. Então, aí é que eu fui aprender as coisas da Igreja, irmã. No entanto, eu ia na missa aos domingos, todo domingo, não faltava um domingo na missa. Mas, no entanto, eu não sabia nada. Fiz catecismo, fiz crisma, eu não sabia nada da Igreja. Aí, foi que... aí tinha a

escola [nome da escola] lá na, na associação... tem todo dia, sabe, todo sábado. Aí, ensinava... aí, lia a Bíblia, ensinava pra gente o que significava. Aí, o que que foi acontecendo: a gente foi pegando amor nas coisas de Deus, coisa que a gente num sabe. Não estou julgando...Graças a Deus, amo a Igreja Católica,! É a santa igreja! Mas, às vezes, por um descuido dos padres de não informar as pessoas, a pessoa vai noutra religião. Até isso eu fiz. Eu fui pra crente, eu fui pro Jeová, procurando Deus sendo que ali estava o meu maior tesouro, a Igreja Católica. Eu virei é,é,é... fui no Seicho-no-iê, fui até pro espiritismo. E se eu não conheço a Renovação Carismática, eu ia pro inferno. Andando por essas religião tudo, fazendo o maior rolo, o que a senhora pensa, se tem condição de uma pessoa fazer o que eu fiz. Fui em quase tudo e aí eu me encontrei na Renovação porque ela me mostrou o tanto que Jesus me ama,com os meus defeitos, com os meus problemas, Ele me ama. Então, se os padres não começa a.....a poder... eles tinham que se abrir mais...É,é,é...deixar aquela postura de padre, às vezes, tem muito, nem todos... Deixar aquela postura de padre e deixar Jesus mesmo tomar conta deles a hora que eles estão confessando. Custava o padre me explicar, irmã, porque que eu não podia confessar e comungar. Era só ele virá pra mim e fala: “Não, minha filha, na lei de Deus, o seu casamento existe, não é. Agora existe a nulidade. Talvez dê, talvez não”. Pronto! É tão simples! Aí, vai eu procurar outra religião. Mas, graças a Deus, Nosso Senhor me trouxe eu pra trás.

Embora longo, o relato acima é bastante importante porque permite compreender as dificuldades que os católicos enfrentam para entender o significado da indissolubilidade do matrimônio e as conseqüências que a separação acarreta para sua vida conjugal. Ao mesmo tempo, o depoimento de Judite, bem como o de Rute, abaixo transcrito, trazem subsídios para iluminar um dos motivos do nomadismo religioso. A pessoa separada, não podendo contrair nova união na Igreja Católica e desconhecendo a possibilidade de nulidade matrimonial, migra para outra religião.

[...] porque, às vezes, eu creio que nós mesmos afastamos as pessoas que são católicas e aí muitos vão pra uma outra igreja porque lá casa fácil. Então, a pessoa se não houve realmente o casamento, se é nulo, teve uma série de... uma igreja evangélica, isso eu fui aconselhada. Eu poderia ter me casado, mas não era isso que eu queria (Rute)

Curioso é observar que existem muitas outras pastorais ou movimentos na Igreja que trabalham com questões familiares, mas nenhum dos entrevistados se referiu a esses grupos como referência na orientação conjugal. Os dados das entrevistas mostraram que a Renovação Carismática Católica tem dado grande contribuição na orientação das pessoas em segunda união ou em vias de formalizá-la. Tendo em conta que 50% dos entrevistados participam da

Renovação Carismática Católica, faz-se necessário esclarecer o que é o movimento da RCC, como surgiu e quais são seus objetivos.

Prandi (1998) explicita que a RCC nasceu nos Estados Unidos em 1967 com um grupo de aproximadamente trinta leigos católicos pertencentes ao corpo docente da Universidade Dusquene em Pittsburgh. Estas pessoas não estavam satisfeitas com a vida que levavam e consideravam suas experiências religiosas precárias. Para encontrar respostas para suas inquietações, reuniram-se para um retiro espiritual onde teria se repetido a experiência de Pentecostes qualificado pelos dons das línguas²¹ e da profecia²².

Dois dos participantes, Ralph Martin e Steve Clark, decidiram ali dedicar suas vidas a Deus fundando a comunidade Mundo de Deus em Ann Arbor, cidade universitária localizada no Estado de Michigan, que então reunia católicos e protestantes, estes em minoria.

Ainda a respeito do início da RCC, Benedetti (2000) assinala que o referido grupo universitário realizou a experiência sob o impacto da leitura do livro de um pastor protestante David Wilkerson *A Cruz e o Punhal*, sentindo subitamente uma admirável transformação espiritual.

É importante considerar que a RCC nasceu com o nome de Pentecostalismo Católico e tinha como proposta o ecumenismo, característica que se perdeu com o passar dos anos, pois o que se constata atualmente é um fechamento, que se manifesta em posturas de ataque a outras confissões. Conforme Carranza (2000), a mudança do nome para Renovação Carismática Católica constitui um elemento a mais para revigorar a identidade católica do movimento questionando as associações que o senso comum começou a fazer entre

²¹ De acordo com o texto bíblico de Atos 2, 1-13, cinquenta dias após a ressurreição de Jesus, o Espírito Santo manifestou-se através de línguas de fogo aos apóstolos que estavam reunidos no Cenáculo. Esse episódio é relembado com o nome de Pentecostes, que em grego significa quinquagésimo. O falar em línguas estranhas, que se manifesta em rituais como o transe, é entendido como carisma ou dom de Deus. É fundamental à identidade dos pentecostais evangélicos e foi incorporado à prática religiosa dos católicos que seguiam o movimento carismático que então nascia.

²² O dom de profecia é entendido pelos carismáticos católicos com o dom que alguém tem de expressar a Palavra de Deus.

pentecostais e RCC, pois apresentam formas similares de expressar seus louvores e fazerem suas orações.

Segundo Benedetti (1988), há dúvidas sobre quem trouxe o movimento para o Brasil, mas sabe-se que os primeiros a levar a idéia adiante foram dois padres jesuítas norte-americanos Pe. Eduardo Dougherty e Pe. Haroldo Rahm.

Esses dois padres, conforme Carranza (2000), adotaram métodos diferentes em seus trabalhos. Pe. Eduardo coordena a Associação do Senhor Jesus e entende que o objetivo maior do cristão é a evangelização para a conversão das pessoas. Uma vez convertidas, poderão se dedicar às necessidades da comunidade. Já Pe. Haroldo desenvolve um trabalho diferente e suas atividades são centralizadas nas Fazendas do Senhor Jesus, atualmente chamadas de Fazendas da Esperança, destinadas ao tratamento de alcoólatras e dependentes químicos. Ele acredita que o cristão está em processo constante de conversão, por isso a atuação na comunidade deve acontecer concomitantemente a esse processo.

De modo geral, parece que há maior identificação dos membros dos grupos da RCC com o modelo do Pe. Eduardo Dougherty. Os sujeitos que participam do movimento descreveram uma experiência de conversão que já aconteceu e dão a entender que já estão convertidos, e não em processo de conversão que vai se desencadeando no dia a dia. Os relatos que seguem confirmam essa interpretação.

Depois que eu conheci a Renovação Carismática Católica. Aí foi que eu consegui compreender melhor o que queria dizer o Evangelho. Qual era nossa missão aqui na terra. Depois que eu conheci a Renovação Carismática Católica, aí mudou todo o meu ponto de vista, daí eu fui entender o que é acolhimento. Eu não entendia isso. Eu não sabia o que era isso. Hoje, depois é que eu fui ver o que é isso. Desde o acolhimento, desde a hora que a gente chega na missa. Uma missa que é coordenada pela RCC, ela é diferente, os cantos são diferentes, a alegria das pessoas é diferente. O cumprimento, é tudo diferente. Tem alguma coisa a mais. É uma coisa que tava faltando. É a unção. Tem uma unção a mais. A minha esposa, quando ela me conheceu, ela falava assim: “Você tem um brilho no olho que só você e os moços da RCC que tem. Eu não vejo na rua esse brilho que você e seus amigos têm. Principalmente, a hora que vocês estão brincando lá”. Ela falava isso pra mim. É a unção. (Samuel)

Eu argumentei que, depois de uma conversão, depois que você tem uma experiência com Cristo de verdade, como ele [marido] e eu tivemos, a gente sente a necessidade de ir à missa, comungar, confessar... (Débora)

A “experiência do Espírito”, conforme interpretação de Valle (2004), provoca forte impacto na vida das pessoas que participam da RCC e atinge profundamente a existência dos indivíduos. Depois de tal experiência, a pessoa se percebe como tendo “nascido de novo; uma nova criatura”. Isso provoca um processo de intensa pregnância. Alteram-se, ou se reorganizam, de maneira nova os traços de personalidade e cria-se uma outra identidade social ancorada em novos vínculos e em papéis comunitários, em novas percepções do mundo externo, desde sentimentos de pertença e adesão ao grupo em que se entra pela via do batismo do Espírito. Primeiro vem a transformação espiritual, as mudanças na vida familiar e profissional, a retomada das práticas de piedade, o abandono do que é mundano, o controle da sexualidade etc.

Além dessa experiência espiritual que se desencadeia no processo já descrito, percebe-se nos depoimentos que os participantes da RCC encontram nesse movimento a possibilidade de vivenciar uma experiência afetiva, que de certa forma, responde a uma carência que pode vir desde a infância e que é cristalizada na experiência frustrante do casamento.

Outro dado bastante interessante, relatado acima por Judite, é a compreensão do significado da palavra adultério. Conforme Oliveira (2007), diversos estudos tem demonstrado que “traição”, “infidelidade”, “deslealdade” e “adultério” são termos parecidos, mas não podem ser usados como sinônimos quando se referem às relações extraconjugais. Segundo essa autora, o adultério é um termo usado juridicamente quando existem relações sexuais fora do casamento. Isto porque quando duas pessoas se casam, há um contrato matrimonial que coloca o princípio ou regra da fidelidade conjugal. O ato de manter relações sexuais com outra pessoa fora do casamento é considerado uma violação ou transgressão dessa regra.

Já para a Igreja, além da situação descrita acima, o adultério existe também nos casos de recasamento civil ou de união consensual. Assim, o fiel católico que vive nova união está perpetuando o pecado da infidelidade, tornando permanente a situação de adultério (CNBB, 2004). Somente a nulidade matrimonial, regularizada pelo Tribunal Eclesiástico, pode reverter essa situação e permitir que o fiel se una novamente a outra pessoa, sem cometer o pecado do adultério.

Com respeito à indissolubilidade do casamento, pregada pela Igreja, os entrevistados responderam que se sentiram discriminados e, por conta disso, alguns interromperam sua participação nas atividades religiosas. Duas entrevistadas demonstraram sentir-se divididas, pois, aprenderam de seus pais que casamento é para sempre. Elas próprias acreditam nisso e, ao se verem separadas, solicitando a declaração de nulidade matrimonial e casando-se na igreja, viram-se entrando em contradição com seus valores. Suzana disse que se separou do ex-marido porque este a abandonou na casa de sua mãe, senão teria continuado com ele, mesmo sabendo que tinha outra.

[...] minha mãe tinha ensinado que casamento era um só... eu não queria separar, eu não aceitava a separação. Aí, ele [ex-marido] que me levou pra casa da minha mãe, né, pra eu ter minha filha e me deixou lá. Senão, eu tinha ficado com ele, mesmo ele tendo outra. Eu primeiramente, não pensava em separação, não. Não aceitava, eu achava que, principalmente porque eu já ia ter uma filha, um filho. Eu não aceitava a separação, não queria a separação. Mas, a separação veio acontecendo assim, como eu já te falei, né. (Suzana)

Quase todos os entrevistados manifestaram que a experiência de passar por um processo de nulidade foi dolorosa. Além da dor de ter que lembrar fatos que gostariam de esquecer, descreveram sentimentos como medo, ansiedade, aflição e insegurança por conta da incerteza de conseguirem a declaração de nulidade. As falas mostram que se sentiram intimamente expostos quando tiveram que relatar a experiência vivenciada com o ex-cônjuge e também por envolver os familiares no processo como testemunhas.

Um entrevistado afirmou que renunciaria ao casamento se não conseguisse a nulidade e outra entrevistada descreveu a lembrança dos fatos vivenciados na primeira união como uma possibilidade de auto-conhecimento. Foi uma experiência dolorosa elaborar o libelo, isto é, escrever a história do primeiro casamento. Mas, ao mesmo tempo que reviver experiências desagradáveis causava sofrimento, a lembrança desses fatos permitiu maior conhecimento de si mesmos e proporcionou a superação de eventos dolorosos.

A primeira vez que eu entrei na sua sala. Era uma incerteza, eu não tinha esperança, não. Eu não tinha um pinga de esperança. Eu ficava... você [entrevistadora] que me acalmava mais, lembra? Foi muito bom. (Samuel)

Ah, questão de honra, irmã. Se fosse pra viver sem sacramento, eu tinha que arrumar uma outra coisa pra fazer. Eu me unir a uma outra mulher sem sacramento, pra mim não tem sentido. Da minha formação, não tem sentido. (André)

Eu me senti mal, muito mal, de tê que relembrar tudo aquilo que a gente passou. Não é legal, não. Dá assim uma tristeza, né. Era coisa que a gente num precisava ter passado se a gente soubesse.... Não é fácil. Não é fácil você ter que relembrar tudo aquilo que você sofreu, não é, não é bom, de jeito nenhum. É uma coisa que dói, machuca muito. Então, analisar bem, rezar bastante. Pedir pro Espírito Santo iluminar pra vê se é isso mesmo que quer. Nem tomar decisão assim num estalar de dedo. Pega, vem buscá os papéis, lê, relê, ver se tem, porque talvez nem vai dá nulidade, vê se é isso mesmo que quer. Porque é uma coisa de pensar bem, irmã, muito bem. Porque eu acho que a pessoa que chega aqui e não deu a nulidade, acho que tem um sentimento muito triste, porque passar por esse processo, você relembrar aquilo que passou, que, às vezes, você quer apagar da sua memória, não é fácil também não. Aí vem as testemunhas, que não é fácil arrumar. Então, é uma coisa desgastante. Então, é por isso que eu falo, tem que rezar muito, vê se é isso mesmo que quer. Teve dia que eu vim a pé lá da rodoviária aqui [chora] pra poder mexer com isso. Por que sem Deus, eu num vinha não. (Judite)

Ai, olha, eu não consegui escrever rápido. Foi demorado, porque eu escrevia, eu chorava. Aí, com as perguntas você tinha que olhar para você e escrever. Você está lendo a sua história, né. Ai, eu entrei num processo bem difícil, mesmo, num processo de olhar para mim. Foi uma época que eu fui até numa psicóloga. A minha cabeça tava tudo complicado, tinha que trazer na memória. E cada vez que eu escrevia, eu chorava. (Rute)

Alguns entrevistados que já viviam em segunda união revelaram que se sentiam em pecado, principalmente no momento das relações sexuais.

Quando eu ia nas missas, que sempre fui, principalmente quando tinha aquele evangelho do adultério lá, eu me senti, nossa, muito mal. Eu achava que aquilo lá servia pra mim. Eu me sentia adúltera. [...] Na hora do ato sexual era complicado, sim. Eu me sentia pecadora ali, eu achava que aquilo não era certo. Era mais... eu era menos carinhosa, eu falava: eu não vou segurar, eu não vou agüentar viver desse jeito. Quando eu comentava sobre isso, ele falava que eu tinha que procurar o Tribunal Eclesiástico. (Suzana)

Um dos entrevistados revelou que estava com sua namorada num encontro da RCC quando o pregador disse que havia pessoas que estavam namorando de maneira errada, isto é, tendo relações sexuais. Estavam em lugares separados e sentiram que aquela palavra era dirigida a eles. O pregador aconselhou que procurassem a nulidade matrimonial e foi o que fizeram.

Aconteceu de eu ficar seis anos sem praticar sexo no período de namoro, depois de uma palavra que nós ouvimos e realmente, a gente resolveu só depois do casamento praticar sexo. E nesse tempo todo a gente viveu como irmãos, né. Nem beijo, nada. A gente sempre conviveu junto, mas aguardando também isso, essa nulidade. (Ezequiel)

Os sujeitos declararam que quando souberam que haviam dado entrada ao processo de nulidade matrimonial, familiares e amigos ficaram espantados, pois desconheciam essa possibilidade. Mas ao tomarem conhecimento, manifestaram acolhida e apoio na decisão e alguns até colaboraram diretamente com o processo como testemunhas. Outros preferiram não contar nada a amigos para não terem sua privacidade invadida.

Já quanto à reação dos ex-cônjuges, dois entrevistados disseram que quando estes souberam do processo de nulidade contestaram o argumento do demandante e oito disseram que não houve manifestação da outra parte.

De um modo geral, os sujeitos entrevistados descreveram o período do processo de nulidade matrimonial como uma fase de certa tensão, ansiedade e exposição de suas histórias de vida, mas ao mesmo tempo, de grande expectativa. Dentro do processo, delinearam como etapas mais dolorosas quando tiveram que escrever a experiência do primeiro casamento e quando foram interrogados pela juíza auditora na fase instrutória. Apesar da dor e sofrimentos

vivenciados, ressaltam que o processo de nulidade matrimonial é um grande bem que a Igreja oferece aos fiéis em segunda união ou em vista de concretizá-la. Todos disseram que aconselham as pessoas em situação semelhante a recorrer a esse recurso que a Igreja dispõe.

5. 6. A segunda união

QUADRO 3 – Dados da segunda união

Colaborador(a)	Duração do namoro	Tempo de separação entre as uniões	Duração da segunda união	Idade quando iniciou a segunda união	Idade do(a) parceiro(a) quando iniciou a segunda união	Tempo decorrido entre a realização do casamento religioso da 2ª união e a entrevista	Filhos da segunda união
Débora	02 anos	02 anos	16 anos	34 anos	27 anos	03 meses	Não tem
Rute	03 anos	04 anos	05 anos	33 anos	31 anos	05 anos	01
Suzana	01 ano e meio	04 a 05 anos	09 anos	30 anos	49 anos	02 anos	Não tem
Isabel	03 meses	03 meses	19 anos	23 anos	17 anos	04 anos	02
Judite ²³	08 meses	10 anos	09 anos	32 anos	26 anos	02 meses	Não tem
Samuel	01 ano e pouco	10 anos	03 anos	34 anos	29 anos	03 anos	02
André	02 anos e 04 meses	03 anos	01 ano	55 anos	37 anos	01 ano	Não tem
Tadeu	02 anos	06 anos	03 anos	39 anos	31 anos	03 anos	01
Daniel	04 anos	06 anos	05 meses	37 anos	32 anos	05 meses	Não tem
Ezequiel	Quase nove anos	09 anos	02 meses	36 anos	31 anos	02 meses	Não tem

A busca por nova união procura suprir um vazio real, que pede reparação ou compensação, para eliminar o sofrimento e a frustração causados pelo primeiro casamento. Os entrevistados ressaltaram o direito de ser feliz e buscaram no novo relacionamento conseguir o que consideram felicidade conjugal. Essa concepção de felicidade pode ser considerada tanto no plano das representações sobre o casamento quanto em oposição às dificuldades

²³ Judite viveu uma segunda união consensual e teve dois filhos. No quadro acima consta sua terceira união, da qual não teve nenhum filho.

efetivamente vividas na experiência conjugal anterior. A análise dos relatos dos sujeitos permite interpretar o significado que eles atribuem à felicidade no casamento como convivência fundada em relativo consenso e entendimento entre parceiros, na expressão de afetos, na satisfação sexual e também na colaboração, o que remete a uma concepção de família como espaço de ajuda mútua, de solidariedade, de trocas recíprocas entre parceiros.

Entre a primeira e a segunda união houve um período variável entre três meses e dez anos. Para as mulheres, esse período foi de 2,2 anos em média e entre os homens atingiu 6,8 anos.

O período de namoro antes da segunda união variou entre três meses e nove anos. Para as mulheres, a média do tempo de namoro foi de 1,5 anos e para os homens atingiu 3,6 anos. Nota-se que as mulheres namoraram menos tempo do que os homens.

O tempo de duração da segunda união, considerando o período de união consensual até o casamento religioso, varia entre 02 meses e 19 anos. A média entre as mulheres é de 11,6 anos e entre os homens é de 1,6 anos. Comparando-se o tempo em que viveram a primeira união nota-se que, para as mulheres, a segunda união está sendo mais duradoura que a primeira, enquanto para os homens é menor.

Essa diferença pode ser explicada quando se verifica que a maioria das mulheres teve experiência de união consensual ou união civil anterior ao casamento religioso, enquanto os homens não tiveram união consensual, mas só foram viver com as atuais companheiras, que eram todas solteiras, após casamento civil e religioso.

Interrogados por que não viveram a experiência de união consensual antes do casamento preferindo apenas namorar enquanto aguardavam a declaração de nulidade, os homens relataram que buscaram satisfazer o desejo da namorada que, sendo solteira, queria casar-se na igreja vestida de noiva. Ainda buscavam cumprir uma exigência da família dela, o que também é constatado em pesquisa realizada por Marcondes (2008). Considerando outras falas dos sujeitos, parecem existir outras motivações que não foram descritas, mas que

apareceram nas entrelinhas. Ao contraírem matrimônio em cerimônia semelhante à anterior, os sujeitos parecem querer negar a frustração do primeiro casamento uma vez que a maioria não considera a primeira união como casamento.

Outra justificativa interessante para homens divorciados buscarem mulheres solteiras para se casarem pode estar ligada ao fato de não desejarem ser comparados ao ex-esposo da mulher o que foi constatado por Marcondes (2008) em pesquisa com homens recasados de classes populares, que se casaram com mulheres solteiras. Na pesquisa realizada por essa autora, as esposas da segunda união descreveram que se sentiriam desconfortáveis ao serem comparadas com as ex-esposas dos sujeitos, preferindo serem comparadas com a sogra. Além disso, Marcondes (2008) argumenta que essa tendência é ainda mais acentuada para homens que não possuem filhos do primeiro casamento ou que têm somente um. Assim sendo, casar-se com mulher solteira pode significar a possibilidade de ter filhos, uma vez que para grande parte dos participantes da referida pesquisa tornar-se homem ou mulher está intrinsecamente relacionado a ser pai ou mãe.

Antes do casamento civil e religioso quatro mulheres viveram em união consensual, inclusive Isabel, cujo parceiro tinha 17 anos, e com quem se casou no civil com 18 anos. Apenas uma das entrevistadas, Rute, preferiu aguardar o resultado do processo de nulidade para iniciar coabitação com o parceiro, o que ocorreu após o casamento civil e religioso. Das cinco mulheres, quatro se casaram com homens solteiros e somente uma, Suzana, se casou com viúvo. Embora os dados sejam limitados, não podendo ser estendidos a outras situações, eles mostram que os homens solteiros não são tão preconceituosos em relação a se casarem com mulheres separadas, como sugere o senso comum.

Quanto à idade com que iniciaram a segunda união, os dados do quadro 3 indicam alterações em relação ao primeiro casamento, no qual, como consta do quadro 2, os homens eram mais velhos do que as mulheres. No início da segunda união, as mulheres, exceto Suzana, eram mais velhas do que os homens, o que constitui tendência recente, detectada pelo

IBGE (2008). Segundo dados desse instituto, de 1996 para 2006, as uniões em que as mulheres eram mais velhas do que os homens aumentou de 5,6 para 7,7 milhões, correspondente a uma variação de 36%. Todavia, esse acréscimo não pode ser considerado significativo no padrão de uniões, pois aquelas em que os homens são mais velhos do que as mulheres aumentou 25% mesmo período, passando de 22,3 para 28 milhões. Quando se examinam os dados referentes à idade que os homens entrevistados tinham tanto na primeira quanto na segunda união constata-se que todos eram mais velhos do que as mulheres, o que indica que eles encontram-se dentro dos indicadores do IBGE.

Mas, de qualquer modo, o conjunto de indicadores documenta alterações na faixa etária dos parceiros, pois há decréscimo no número total e percentual de casamentos em que os homens eram mais velhos do que as mulheres, o que também corresponde à situação da maioria das entrevistadas.

Todos os entrevistados descreveram como satisfatória a experiência da segunda união que foi regularizada na Igreja Católica. Perguntados por que resolveram casar-se responderam que procuravam superar a solidão e se sentiam mais amadurecidos, além de sentirem afinidade com o atual cônjuge. Também consideravam o casamento importante porque queriam formar família, começar de novo uma vida a dois e se completar como pessoa. Além disso, procuravam superar a discriminação social de que eram vítimas, por não terem conseguido manter o primeiro casamento e por estarem namorando.

No entanto, o início da nova convivência não foi isento de preocupações e mesmo de sentimento de culpa, tanto no plano psicológico quanto na esfera religiosa. A maioria dos sujeitos relatou que se sentiu discriminada por estar namorando ou convivendo com outra pessoa. Um dos entrevistados descreveu que se sentiu discriminado por ter conseguido a nulidade do primeiro casamento.

Pelos fiéis, tem restrição, por falta de conhecimento, que também eu não fico dizendo. O dia que eles conhecerem ou precisarem de alguém da família e tal, vão pensar: “É, fulano tinha razão”. Mas é... esse povo que eu falei pra você, que de dentro da igreja, vive condenando a gente, amanhã vai ter um filho, um neto que pode precisar, aí vão entender, vão aprender, né. Então, é mais fácil julgar. (André)

Embora os colaboradores demonstrem certo desconforto ao se referirem à primeira união, ela é tomada freqüentemente como objeto de comparação. Dos dez entrevistados, cinco não consideram a primeira união como casamento.

Na minha cabeça, eu não casei de novo. Agora eu casei. A primeira união foi um ajuntamento, uma coisa imposta e que infelizmente teve a consequência dos filhos. Se não tivesse filhos poderia assim dizer: “ah, foi uma aventura, uma aventura prolongada”. (André)

Na fala de André aparece uma expressão que merece atenção quando ele diz, referindo-se ao primeiro casamento: “foi uma coisa imposta que infelizmente teve a consequência dos filhos”. À primeira vista, parece que gerar filhos ocasionou infelicidade, mas observando as falas anteriores de André, verifica-se que o fato de ter filhos fez com que prolongasse a união. Então, o que acarretou infelicidade não foram os filhos, mas os vínculos que se formaram a partir da geração deles e o compromisso de manter o casamento.

Assim como André, outros sujeitos também não consideram como casamento a primeira união.

Casar pela primeira vez porque o outro não valeu. Acho assim que realmente eu casei. Eu não entendia... na minha opinião, não foi casar de novo, mas casar. Porque o outro eu realmente não considerei como casamento. (Tadeu)

É uma experiência que eu acho assim, eu não acho que ninguém devia passar por esta experiência, né. Eu continuo achando que o casamento é indissolúvel, mas pra mim, agora é que eu me sinto casada. Sinto que eu vivo um casamento, porque a gente, agora a gente partilha a mesma coisa, confia um no outro. Eu tenho a minha liberdade. Ele tem a dele. Então, eu considero agora que eu vivo um casamento. (Suzana).

Após regularizarem a segunda união segundo os preceitos da Igreja, os sujeitos organizaram as relações familiares procurando superar as dificuldades inerentes à vida doméstica. Um aspecto relevante refere-se à composição do orçamento e do consumo familiar, o que inclui o trabalho feminino doméstico e extradoméstico.

No plano das representações, a maioria dos entrevistados acredita que a mulher deve trabalhar fora de casa. Contudo, quando se trata de suas vivências efetivas, os homens consideram que as esposas devem exercer atividades profissionais caso haja necessidade financeira e ressaltam suas habilidades para lidar com várias atividades ao mesmo tempo, mas acrescentam que elas também devem cuidar das atividades domésticas.

Nas condições que nós vivemos hoje, eu acredito que a mulher, se possível, deva trabalhar fora de casa também. Trabalha fora, divide o trabalho de fora, divide o trabalho de dentro de casa também. Porque a questão financeira hoje, ela é muito relevante no casamento. E, só o homem trabalhar, a não ser que ele ganhe muito bem, ele vai conseguir sustentar bem a família. Além do que a pessoa, a mulher, ela ficar só com o serviço de casa, ela pode também se sentir... ociosa, desvalorizada também, né. Então, se é uma pessoa que gosta de trabalhar fora e tem oportunidade, eu sou a favor de acontecer isso, da mulher trabalhar fora também. (Ezequiel)

Antigamente a mulher era piloto de fogão, né. Agora não. Cada dia que passa, ela tem mais responsabilidades, mais cargo de confiança nas mãos das mulheres. Tem mais cargos de liderança nas empresas, a mulher é importantíssima na sociedade, em qualquer ambiente de trabalho. A mulher tem facilidade pra lidar com três, quatro coisas ao mesmo tempo e o homem, não. O homem, não, o homem se prende mais numa coisa que está fazendo, se preocupa mais na hora que tá fazendo uma coisa. A mulher é capaz de fazer o almoço, atender telefone, balançar carrinho de criança com o pé, lavar louça e fazer almoço tudo ao mesmo tempo. A mulher tem capacidade de fazer bastante serviço, tudo ao mesmo tempo. (Samuel)

As mulheres consideram importante o trabalho fora de casa como complemento do orçamento doméstico, mas também como conquista de liberdade e independência para terem relação igualitária com os homens. Rute também avalia como importante todas estas questões, mas atualmente sua prioridade tem sido o cuidado e a educação dos filhos. É a única das entrevistadas que não trabalha fora. Entretanto, tem recebido críticas de amigos, pois sempre trabalhou quando era solteira e mesmo após a separação conjugal. Parece que essa conquista

feminina transformou-se em obrigação e o que foi símbolo de liberdade parece ter se tornado imposição (BADINTER, 2005).

Oh!... Se ela tem filho pequeno... eu só fui trabalhá, depois que os meus filhos tavam maiorzinhos, Mas, hoje... ta..é...a maioria das mulheres tem que trabalhar porque os dois juntos não tão dando conta. Eu acredito que pela... pelo movimento que a mídia faz. Mil coisas hoje em dia. [...] Tá faltando hoje mães e pais ruins, que saibam falar não. Porque quem ama, fala não. Se você fala sim pra tudo, ce num tá nem aí praquela pessoa. Quem ama corrige, cobra. (Débora)

Eu vejo que é complicado porque hoje a gente vive uma dificuldade de como a mulher trabalha e você para de trabalhar, você é um pouco taxada. “Ó, você parou de trabalhar”. “Não, mas tem que trabalhar”. Há uma série de pessoas que incentivam que a mulher tem que trabalhar, mas aí fica falha em casa, né, porque a necessidade e a urgência de educar, de estar junto não tem comparação da mãe do que um outro estranho. A gente sabe que tem necessidade, que tem gente que precisa, que os dois tem que trabalhar mas eu sinto que isso é bem complicado. Em relação a isso, dentro de mim, eu vivo um conflito, porque eu já cheguei à conclusão que eu quero trabalhar, mas quero trabalhar seis horas, pra ter um tempo. Hoje eu, eu estou vivendo cuidando, fazendo . Eu vejo a importância, ainda mais eu que tenho filho adolescente , filho pequeno, mas eu já defini dentro de mim que não dá pra você ficar oito horas, ficar o dia inteiro fora e não estar em casa. A sensação é de abandono, né. É abandono porque falta. Você não sabe o que o seu filho tá fazendo, você não sabe se ele tá comendo. Acho que não tá correto, não. (Rute)

Ao lado da valorização do trabalho extradoméstico feminino, a análise dos depoimentos mostra que os homens ainda detêm a posição de provedor financeiro e, por conta disso, devem trabalhar e manter a família. A condição de trabalhador e de provedor são as principais referências para a construção do modelo de comportamento masculino e constituem atributo essencial para que os sujeitos sejam reconhecidos e aceitos socialmente.

É, ele tem que.. tem que trabalhar, dia e noite, né, coitado. Mas, é importante demais o marido, ele... o trabalho enobrece a pessoa. Sem trabalho, o pai de família fica completamente desnordeado. E já aconteceu isso comigo, do meu primeiro marido ficar sem trabalho e ficar mais perdido do que ele já era. Bebê o dobro, sabe? Ficar mais agressivo, e... depender de dinheiro dos outros, de pedir emprestado. Então, foi muito difícil. (Débora)

O homem sempre criou pra trabalhar, pra sustentar família, e acredito que aqui sempre foi fundamental o papel dele como... ele sempre, como eu sempre falo, ele sempre procurou atender todas as necessidades de casa como marido. (Isabel)

No entanto, essa representação da posição masculina, que coloca o homem como principal provedor financeiro, não corresponde à realidade, pois o marido não consegue mais suprir todas as necessidades da família, o que demanda a colaboração da mulher para assegurar o consumo doméstico.

Ah, é o que eu faço, né, eu acho super certo porque o homem hoje em dia não dá conta de sustentar uma casa sozinho. Antigamente dava, né. (Judite)

Quanto ao marido, ele tem que trabalhar fora. Na parte financeira ele é o mais importante. O homem tem que trabalhar fora e sustentar a casa. Só se infelizmente ele tiver desempregado e não conseguir emprego, então, daí a mulher vai mantendo, mas é o homem que tem que trabalhar. (Suzana).

A importância da condição de provedor do homem aparece ainda associada à análise de Nolasco (1993), que considera o trabalho como parâmetro para atenuar a culpa dos amores clandestinos e justificar atos de violência familiar. No senso comum, se um homem não deixar faltar nada para sua esposa e filhos, ele fica “liberado” para uma dupla vida sexual.

Fui infiel o tempo todo. Fui infiel do lado sexual. Do outro lado, eu não fui infiel não. Tudo que essa mulher precisava ter, ela teve, até demais. Gerava até ciúmes na minha família, que o meu pai falava que ela tinha mais conforto do que todas as outras [cunhadas] da minha família. (André).

Paralelamente à condição de trabalhador e de provedor, alguns sujeitos também mencionaram questões que dizem respeito ao comportamento moral dos homens e que são importantes para construção da identidade masculina, como os relacionamentos fora de casa e salientaram a influência que o grupo de amigos pode exercer.

O marido fora da casa, ele tem que tomar bastante cuidado de não se corromper. Porque, em geral, na minha formação, os homens sempre ficou mais fora de casa do que a mulher. Então, ele tem que estar sempre policiando e tendo condição de dar exemplo de chefe de família e não deixar se corromper pelas conversas de rodinha, pelas conversas é... atravessada. Sempre que puder, dar exemplo de esteio familiar. Isso é interessante dos dois. Nas rodinhas, se você não tiver firmeza, você entra

naquelas conversas que é tudo vulgar e não deixa uma mensagem. Mais do que nunca, o homem hoje quando ele tem essa condição, ele participa dessas conversas no lugar, mas no fim ele deixa uma mensagem no lugar. “Não é assim”. ‘Isso aí é coisa que não leva a nada. O bom mesmo é isso’. Agora chegar em casa e ter isso, ter aquilo”. É isso aí. É uma maneira de fortalecer a sua vida. (André)

Esse relato de André e o de Samuel, transcrito abaixo, remete mais uma vez ao desempenho de papéis definidos pela sociedade e que o homem tem o “dever” de assumir. Os estudos de Nolasco (1993), sobre masculinidade afirmam que ao tentar reproduzir o padrão de comportamento definido *a priori* para eles, os homens abrem mão da própria liberdade quando negam seus limites, sua história de vida, seus desejos e sonhos.

O homem fora da casa tem que trabalhar, tem que ter... porque eu vejo muito homem se ocupando com coisa desnecessária. O que eu faço no meu trabalho e o que eu ganho é pra minha família, pros meus filhos, pra minha casa que eu tô fazendo agora, né, que é uma vitória eu ver minha casa (Samuel).

Outra questão central na nova união está relacionada à reprodução biológica. Ter filhos com o atual cônjuge parece significar a possibilidade de construir uma nova família, de manter uma continuidade que foi interrompida com a separação. Quatro entrevistados tiveram filhos na segunda união. Rute teve uma menina e sofreu um aborto espontâneo; Isabel teve duas meninas; Samuel um casal de gêmeos e Tadeu uma menina. Suzana não teve filhos da segunda união. Ezequiel e Daniel pretendem ter filhos ainda. André, no entanto, gostaria de ter outro filho, mas a esposa tem problemas de saúde, o que dificulta a gravidez.

A gente pensou em ter, mas devido a uns problemas de saúde dela. O organismo dela não aceita muito. Eu não sei se vai poder. Nós estamos numa fase de espera aí pra poder ver o que vai acontecer. Mas, talvez é uma preocupação dela, mas eu acho que eu não tenho o direito de dizer... como eu tenho filhos, interromper essa sequência normal num casamento em função da minha situação, eu não vou ser egoísta com isso. (André)

Para Suzana, o fato de não estar casada na Igreja fez com que adiasse o projeto de reprodução biológica. Ela decidiu engravidar após conseguir a nulidade da primeira união,

mas o cônjuge que era viúvo e não tinha filhos, não acatou a escolha da companheira, porque a idade não lhe permitiria acompanhar o crescimento de um filho.

Eu até queria, entendeu, porque como eu tive irmãos, eu gostaria que a minha filha tivesse irmãos porque eu gosto e amo meus irmãos e eu achava importante pra ela [filha]. Mas, quando eu vim morar com ele, como eu não era casada na Igreja, eu tinha medo de já logo ter um filho, de eu não conseguir segurar a barra de não ser casada na Igreja e tal. E daí o tempo foi passando e daí ele achou que a idade dele já não dava mais pra ter filho. E aí, era só cuidar da filha que a gente já tem mesmo. (Suzana)

Para Rute, ter filhos é um direito e, ao mesmo tempo, um desejo partilhado com o cônjuge. Por isso, sente que deve ter outro filho, porque o atual companheiro era solteiro e não tinha filhos quando se casou com ela.

Por mais que ele acolha os filhos que eu tenho, ele era solteiro e não tinha filho, então eu acho que é importante ter novos filhos sim. Mas me preocupo devido a idade. Eu quero mais um filho [o quarto filho] mas não sei se vou dar conta porque o cansaço já é bem maior (Rute).

A maior preocupação da segunda união para as mulheres está relacionada com os filhos, o que remete ao construto social de que é papel da mulher dispensar cuidados, ser afetiva e sensível com a prole.

O que mais me preocupou era que esse não desse certo, eu tinha um filho pra criar, não queria estar separada mais uma vez. (Isabel)

A minha maior preocupação foi com os filhos, né, com os filhos. A minha maior preocupação era com eles mesmo. (Rute)

A minha maior preocupação foi criá minha filha, a minha maior preocupação (Judite).

Já para os homens, a principal preocupação refere-se a questões relacionadas ao papel masculino de provedor e de pai responsável, que eles têm que desempenhar sob pena de colocar em dúvida sua posição social na família. O relato de Samuel transcrito abaixo expressa essa constatação.

Será que eu vou ser bom pai? Será que eu vou ser fiel? Será que eu vou estar pronto pro dia a dia, as dificuldades? Isso que me preocupava. Eu tinha medo de eu ficar doente, ter problemas de saúde. Então, o que eu sempre pedia a Deus nas minhas orações era isso. (Samuel)

Também chama a atenção nesse relato a preocupação com referência à própria fidelidade, se o sujeito será capaz de manter-se fiel na segunda união, o que também está associado ao modelo de pai de família responsável.

Ao lado do desejo de reprodução biológica, que o conjunto dos colaboradores considera importante para constituírem efetivamente uma nova família com o atual cônjuge, eles apontam que os aspectos mais importantes do segundo casamento são respeito, amizade, cumplicidade, companheirismo, confiança, harmonia, serenidade e amor.

Essas características definidoras de uma união satisfatória encontram eco no modo como avaliam os atributos do atual cônjuge e que parecem corresponder às expectativas de um parceiro ideal e que se contrapõe às qualidades negativas do parceiro anterior.

Mas ao mesmo tempo em que ressaltam os atributos positivos do cônjuge, os sujeitos enfatizam que se percebem mais amadurecidos para lidarem com os conflitos e as discussões que surgem no cotidiano da convivência conjugal. Quando percebem situações que podem desencadear conflitos logo buscam uma forma de superar as dificuldades para que a desavença não se instale no ambiente familiar. Samuel relata sua experiência e diz que aprendeu a criar ambiente de diálogo com a esposa e percebe que houve grande mudança em sua vida.

Houve sim. Houve sim. Porque hoje eu sei, eu tirei da experiência, né. Tem coisa que eu deixo passar batido. Ela fala. Eu penso comigo: “Faz de conta que eu não escutei isso”. Deixo passar. Espero ela esfriar a cabeça, depois eu vou e procuro pra gente conversar o mesmo assunto. Eu sei a hora de ficar calado. A hora de ralar com ela, espero ela acabar de falar. Isso aí, eu mudei bastante, foi bom pra mim, pro nosso casamento, né. (Samuel)

Tadeu descreve experiência semelhante à de Samuel. Sente que atualmente é mais amigo e companheiro da esposa e sabe ser condescendente para evitar brigas por qualquer coisa, o que, para ele, é consequência de seu processo de amadurecimento.

Eu procurei ser uma pessoa mais amiga, né, muito mais companheira, né, não ficar brigando por qualquer coisa. Eu acho que a gente vai amadurecendo, mesmo porque se passou algum tempo, né, e eu acho que eu consegui melhorar um pouco mais. (Tadeu)

André e Isabel relatam que na primeira união não conseguiam ser eles próprios. André menciona sua insegurança e irresponsabilidade no primeiro casamento e em outro momento da entrevista afirma que teve posturas autoritárias e impositivas em relação à ex-esposa, o que sugere também comportamentos agressivos. Parece que essa agressividade estava associada a sua insegurança e irresponsabilidade. Como é típico em semelhantes casos, André deixa transparecer o uso de um mecanismo de transferência ao dizer: “não me deixaram ser”.

Eu passei a ser eu mesmo. Eu nunca fui eu mesmo na primeira união. Sempre fui inseguro, com muita irresponsabilidade porque não me deixaram ser. Agora sou eu mesmo, espontâneo. (André).

Isabel menciona o esforço que fazia para ser agradável, mas quando estava as sós com o ex-cônjuge a insatisfação se desvelava e todo o esforço anterior sucumbia à força desse sentimento. Na segunda união, classificada por ela como satisfatória, Isabel diz conseguir “ser ela mesma” e atribui essa conquista à maturidade que adquiriu.

A primeira vez [no primeiro casamento], eu não conseguia ser eu mesma. Eu tentava ser agradável, eu achava que eu tinha que ser de um jeito, mas na hora que a gente tava junto, eu não conseguia. Agora, não. Eu acredito que com a maturidade, você vai aprendendo, né. (Isabel).

As adjetivações de uma união conjugal satisfatória aparecem de modo explícito na declaração de Suzana. Para ela, a segunda união proporcionou-lhe saber o que é um casamento e nele sente segurança, confiança e proteção.

Eu acho que eu mudei. Ganhei uma experiência de vida, eu conheci uma vida nova. Eu me sinto mais feliz agora. Eu me sinto mais completa. Agora eu posso dizer que eu sei o que é um casamento, eu sinto segurança, eu tenho uma pessoa que eu posso confiar. Me sinto mais segura, eu me sinto protegida. (Suzana)

Com respeito ao relacionamento sexual, a análise dos relatos sugere que os sujeitos mantêm uma vida sexual tranqüila em relação à primeira união. A maioria destaca que o sexo na segunda união é um complemento, algo a ser praticado com moderação. Seus relatos parecem indicar uma experiência sexual tranqüila.

Porque a gente não... é, preserva muito a qualidade e não a quantidade, mas é importante, não deixa de sê importante. (Débora)

A gente tem um relacionamento muito bom. Não tenho problema nenhum quanto a sexo. (Isabel)

Eu acho que faz parte, eu acho que uma coisa é atrelada à outra. Você tem que ta bem no amor, na convivência, mas você tem que estar também bem no sexo. (Tadeu)

Se fosse pra comparar, coisa que não se pode fazer com o outro. A outra vida sexual era uma coisa desenfreada, uma coisa sem muito sentido. Hoje, é com amor. É bem diferente. Bem diferente, tranqüilo, suave, bem diferente, respeitosa. (André)

Ao serem perguntados se aconselhariam as pessoas a se casarem, todos responderam que sim, mas alguns, como Ezequiel, foram mais cautelosos ressaltando a necessidade de conhecimento recíproco dos parceiros e do desejo de se casarem.

Veja bem, eu aconselho muito, quando eu vejo pessoas novas querendo se casar, eu aconselho muito a pensar no relacionamento citando a minha experiência que eu tive de relacionamento, né. Eu falo que tem que pensar bastante pra casar. Tem que ver se é realmente isso que quer. Eu procuro saber se já tem uma maturidade que é uma coisa que eu não tinha. Mas, se a pessoa for assim...tiver relacionamento compatível com a outra pessoa, eu aconselho sim a casar. Eu acho que casamento é bom. (Ezequiel)

De modo bastante genérico, todos disseram que não aconselhariam as pessoas a se separarem. Contudo, essa postura aparece matizada em algumas falas, pois alguns afirmam que o fariam, dependendo das circunstâncias em que o primeiro casamento aconteceu.

Não. Eu não dou conselho pra separar, não. Mas, acredito que a pessoa não deve viver... dependendo de como foi o casamento, como foi o conhecimento, o conhecimento que a pessoa tinha de casamento antes de casar. Se a pessoa era uma pessoa inexperiente e não tinha conhecimento nenhum, que não teve uma base assim, eu acredito que a pessoa não deve ficar junto, assim sofrendo, né, duas pessoas juntas e separadas ao mesmo tempo. Não é bom isso. (Ezequiel)

Samuel, no entanto, disse que prefere não se envolver quando vê um casal que está pensando em se separar.

Quando vejo um casal em crise, eu fico quieto. Eu já sei... Eu penso o seguinte: um casal em crise, só os dois sabem a resposta, só os dois sabem o que um está passando. O que já passaram, o que está acontecendo. A gente fica por fora tentando ajudar ou destruir é besteira, é perder tempo. Eu deixo quieto. (Samuel)

A influência religiosa no segundo casamento é muito intensa e todos disseram que continuavam participando ativamente da comunidade católica. Os colaboradores descreveram que atualmente se sentem acolhidos pela Igreja Católica, mas se sentiram discriminados anteriormente por estarem vivendo em segunda união e alguns tiveram que abandonar atividades pastorais. Apesar dessas pressões, percebem que há um avanço da Igreja no sentido de abrir espaço de acolhimento para casais em segunda união, mesmo para aqueles que não buscaram a nulidade do primeiro casamento.

Hoje, eu acredito que a Igreja tá aceitando melhor, tá acolhendo melhor. Mesmo as pessoas que não conseguem a nulidade, a Igreja tá apoiando, mas na época em que eu e meu marido fomos morar juntos, eu senti um pouco mais de dificuldade porque o meu marido fazia parte da pastoral do curso de noivos, um monte de coisa que ele fazia e teve um monte de coisa que ele não pode fazer. Ele se sentiu um pouco rejeitado, agora eu não, eu já não participava de nada... Pra mim, não mudou muito não. De uma forma geral, a Igreja tá pensando mais nisso, tá aceitando e tá orientando. (Suzana)

Na realidade, eu acho que existe uma discriminação, né, uma discriminação no sentido de ser natural do ser humano, de às vezes, apontar em vez de auxiliar. Eu vejo que precisaria haver mais acolhida. Antes de julgamento, tentar, né, e não, porque as vezes, eu creio que nós mesmos afastamos as pessoas que são católicas e aí muitos vão pra uma outra igreja porque lá casa fácil. Então, a pessoa se não houve realmente o casamento, se é nulo, teve uma série de... uma igreja evangélica, isso eu fui aconselhada. Eu poderia ter me casado, mas não era isso que eu queria. A minha fé é na Igreja Católica. Eu acho que precisava ter mais orientação, acolhida, ma pastoral neste sentido, né. (Rute).

De modo geral, os colaboradores afirmaram que encontraram certa estabilidade na convivência conjugal na segunda união e conseguem administrar os conflitos com

maturidade, percebem-se equilibrados na educação dos filhos e mais tranquilos na vida sexual.

Não obstante os pontos positivos atribuídos à segunda união, alguns sujeitos revelaram preocupação com a hipótese de incorrerem nos mesmos erros que levaram à separação, o que parece indicar as dúvidas ainda vividas por eles quanto à atual experiência conjugal.

Considerações finais

A análise dos dados indica que estamos diante de um cenário social de mudanças que afetam o modelo nuclear de família e o modo de organização da vida doméstica. Um conjunto de transformações sociais contribuiu para promover alterações nas posições de mulheres e de homens na família e na sociedade e para o surgimento de novas formas de se definir amor e casamento. De um lado, no plano das representações e das práticas sociais, inclusive na esfera legal, o casamento deixou de ser considerado duradouro e eterno. De outro lado, a Igreja Católica igualmente sofreu o impacto das mudanças sociais e procurou enfrentá-las, oferecendo aos fiéis que tiveram uma experiência frustrante de matrimônio religioso e que acabaram se separando, a possibilidade de requerer a declaração de nulidade desse casamento através do Tribunal Eclesiástico.

A pesquisa possibilitou investigar situações diversas da dinâmica familiar e analisar as tensões, os conflitos e os sofrimentos que entremeiam a vida doméstica e o modo como as pessoas que conseguiram a declaração de nulidade matrimonial e regularizaram sua situação conjugal na esfera religiosa relacionam-se com a Igreja.

O sentimento de frustração e fracasso perpassa a situação de separação; a dor vivida pelos entrevistados com a ruptura conjugal coloca-os em um estado em que a existência parece carecer de significado. Mesmo assim, procuram atenuar o que lhes causou sofrimento e criam estratégias de resistência mesmo quando estão fragilizados. Essas estratégias os motivaram a buscar os serviços do Tribunal Eclesiástico, a submeter sua história à apreciação dos juízes, envolvendo terceiros no processo de nulidade matrimonial, a casarem-se de novo e aconselharem outros que estão na mesma situação a fazerem o mesmo.

Não obstante as dificuldades vividas no primeiro casamento, da dor e do sofrimento que enfrentaram com a separação e com a submissão ao processo de nulidade matrimonial, os sujeitos acreditam nos valores da vida conjugal e lutam para mantê-los. Nesse sentido, cabe

salientar que se há aumento nas separações conjugais e redução da nupcialidade legal e religiosa, a atitude dos fiéis em defesa da vida doméstica sugere que a família continua a ser valorizada e o modelo nuclear continua sendo a configuração mais reconhecida e idealizada.

Mesmo sendo uma experiência dolorosa, o processo de nulidade matrimonial é considerado pelos entrevistados uma bênção de Deus que lhes devolveu a possibilidade de reconstituírem uma vida matrimonial e assim poderem participar plenamente das atividades da Igreja sem nenhuma restrição. No entanto, o que todos lamentam é a falta de divulgação das informações sobre a nulidade do matrimônio e que ainda só são acessíveis a poucas pessoas.

Quanto às restrições para que os casais em segunda união participem dos sacramentos da confissão e eucaristia, os entrevistados relataram que quando se encontraram nessa condição, sentiram-se profundamente angustiados, abandonados, como se carregassem um enorme peso. Alguns questionaram de modo velado essa postura eclesial, mas somente um deles criticou abertamente essa atitude da Igreja.

A apreciação dos documentos da Igreja proporcionou verificar que o discurso dessa instituição sobre nulidade matrimonial e segunda união é heterogêneo. Parece existir falta de conhecimento relevante sobre as normas eclesiais também entre o clero, pois, conforme foi visto, há várias situações em que um casamento pode ser declarado nulo, e várias delas são desconhecidas por muitos padres. Para uma quantidade expressiva de membros da hierarquia católica, o trabalho dos tribunais eclesiásticos é visto apenas como última alternativa para resolver problemas de casais já divorciados. Os administradores da justiça eclesiástica poderiam contribuir no trabalho preventivo, proporcionando aos membros das pastorais que trabalham com famílias, especialmente a pastoral do curso de noivos, formação adequada para que os nubentes conheçam efetivamente o que, de fato, constitui o sacramento do matrimônio.

Essa falta de informação faz com que os líderes religiosos transmitam aos leigos suas posições pessoais como se fossem verdades da Igreja. Entretanto, são interpretações que não

condizem com a verdade do evangelho e provocam sofrimento profundo para essas pessoas, muito embora a justiça eclesial venha demonstrando atitude de acolhida e misericórdia para todos os que a procuram.

Evidentemente, essa pesquisa não encerra a complexidade das condições de nulidade matrimonial. A possibilidade de nulidade do casamento contraído na Igreja Católica tem resolvido o problema de alguns católicos. Contudo, questionamentos como a maturidade dos fiéis, o conhecimento dos parceiros conjugais, o consentimento livre para validar o matrimônio emergem dos dados, o que coloca a temática da nulidade em aberto. Por isso, há necessidade de novas pesquisas no intuito de clarificar essas e outras questões que surgem no dia a dia dos católicos e, para isso, as ciências humanas podem oferecer uma contribuição bastante valiosa.

Referências Bibliográficas:

ALBERICO, G. (org.). **História dos concílios ecumênicos**. Tradução José Maria de Almeida; revisão Honório Dalbosco, São Paulo: Paulus, 1995.

ANTON, I.L.C. **A escolha do cônjuge**: um entendimento sistêmico e psicodinâmico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ÀRIES, P. e DUBBY, G. (org.) **História da vida privada**: do império ao ano mil. V.1.. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waldensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Rumo equivocado**: O feminismo e alguns destinos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BENEDETTI, L. R. **Templo, praça, coração**: a articulação do campo religioso católico, Vol 8. São Paulo: Humanitas/FAPESP/FFCH-USP-CER, 2000. (Religião e Sociedade Brasileira)

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal “**Sacramentum Caritatis**”. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

BERNSTEIN, A. C. Recasamento: redesenhando o recasamento. In: PAPP P. (org.) **Casais em perigo** – novas diretrizes para terapeutas. Tradução Daniel Angel Etchverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (org.). **História da vida privada no Brasil v. 4**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 411-437.

BETTENCOURT, E.T. **Curso sobre os sacramentos**. Rio de Janeiro: Lumem Christi, 2002.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v.16, nº3, p. 233-239.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BLANK, C. E. **Construir o matrimônio na pós-modernidade**: Novas estratégias construtivas e interativas para a convivência matrimonial. São Paulo: Paulus, 2006.

BOCK, A.M.B. et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUMPASS, L.; MARTIN, T.C.; SWEET, J.A. The impact of family background and early marital factors on marital disruption. **Journal of Family Issues** 12, 1991. 22-42.

BUYST, I; FRANCISCO, M. J.; **O mistério celebrado**: memória e compromisso II. Coleção Teologia Litúrgica nº 10, Siquém. São Paulo: Paulinas, 2004.

CAPARELLI, J. C. **Manual sobre o matrimônio no Direito Canônico**. Tradução: Aramando Baio Ara. São Paulo: Paulinas, 1999.

CARRANZA, B. **Renovação carismática católica**: origens, mudanças e tendências. Aparecida –SP: Santuário, 2000.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, Paulinas, Ave Maria; Petrópolis: Vozes, 1993.

CNBB. **A família, mudança e caminhos**, Estudos da CNBB 7. São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. **Em favor da família**, Documentos da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. **Famílias incompletas**, 1976.

_____. **Valores básicos da vida e da família**. Documentos da CNBB 18. São Paulo: Paulinas, 1980.

_____. **Matrimônio e família no mundo contemporâneo**, 1980.

_____. **Diretrizes gerais da ação pastoral:** 1991-1994, Documento da CNBB 45. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **Diretrizes 1991-1994: Caminhada, desafios, propostas**, Estudos da CNBB 64, 1994.

_____. **A família como vai?** Texto base da campanha da fraternidade 1994 – CNBB. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. Encarte “Conjuntura social e documentação eclesial” nº 638 – **“Leitura sócio-sócio pastoral da Igreja no Brasil”** (1960-2000), 2000.

_____. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora.** 2003-2006. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Diretório da pastoral familiar.** São Paulo: Paulinas, 2004.

CÓDIGO de Direito Canônico. 3ª ed., São Paulo: Loyola, 2003.

CONSTITUIÇÃO Dogmática Lumen Gentium In: **Compêndio do Vaticano II:** Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968. p. 39-113.

CONSTITUIÇÃO Pastoral Gaudium et Spes In: **Compêndio do Vaticano II:** Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968. p. 143-256.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CRUZ, J. A. **A evolução histórica do processo de nulidade matrimonial e a figura jurídica do defensor do vínculo.** 2001. 84 f. Dissertação (Mestrado em Direito Canônico) – Instituto de Direito Canônico, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2001.

DANTAS, C.R.T.: **O exercício da paternidade após a separação:** um estudo sobre a construção e a manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos na família contemporânea. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

DECRETO Pfectae Caritatis SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS RELIGIOSOS In: **Compêndio do Vaticano II**: Constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968. p. 487-504

DENZINGER, E. **El Magistério de la Iglesia**: Manual de los símbolos, definiciones y declaraciones de la Iglesia em matéria de fé y costumbres. Barcelona: Helder, 1963.

DIAS, M. L. **Divórcio e família: a emergência da terapia familiar no Brasil**. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas/USP, São Paulo, 1999.

DIAS, M.V. **Casamento e coabitação: imaginário e cotidiano**. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Departamento de Psicologia- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

DIAS, M.V. **A construção do casal**: um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas. Tese de doutorado em Psicologia – Departamento de Psicologia- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DIGNITAS Connubi. Instrução que devem observar os tribunais diocesanos e interdiocesanos ao tratarem as causas de nulidade de matrimônio. São Paulo: Paulinas, 2005.

Diretrizes para apresentação de Teses e Dissertações à USP: documento eletrônico ou impresso. São Paulo: 2004.

DURHAM, E.R. Família e reprodução humana In: DURHAN, E. R. et alii.. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 15-43.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade, **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 379-394, 1998.

_____ Psicoterapia de casal: a relação conjugal e suas repercussões no comportamento dos filhos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 32, 51-61, 1980.

_____ Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 44, 67-70, 1995.

FOLHA DE S. PAULO. Família brasileira, 7 de outubro de 2007.

FRANGIOTTI, R. **Histórias das heresias(séculos I-VII):** conflitos ideológicos dentro do Cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

FREUD, S. **Totem e tabu.** Tradução: Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

GIALDI, S. **Votos religiosos:** consagração à Trindade, comunhão com a Igreja e missão no mundo. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade:** amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **O mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOLDENBERG, M. **O macho em crise:** um tema em debate dentro e fora da academia. In: GOLDENBERG, M. (org.) Os novos desejos. Rio de Janeiro: Record, p. 15-39, 2000.

_____. Do casamento ao casal. In: ALBORNOZ, C; KUHNER, M.H. (org.) **Homem, mulher: uma relação em mudança.** Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994, p. 97-104.

GUIMARÃES, F. J.; **A sentença judicial:** dinâmica interna do julgamento. Disponível em: <<http://sociebrasicanon.vilabol.uol>>. Acesso em: 14/10/2004.

HÄRING, B. **Minhas esperanças para a Igreja:** críticas e estímulos. Tradução Luís P. Caçais, Aparecida – SP: Santuário; São Paulo: Paulus, 1999.

HORTAL, J. **Casamentos que nunca deveriam ter existido:** uma solução pastoral. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Comentários ao Código de Direito Canônico In: **Código de Direito Canônico.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **O que Deus uniu:** lições de direito matrimonial canônico. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06/12/2007.

_____. **Crescem uniões entre mulheres mais velhas com homens mais jovens.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07/03/2008.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe:** a crise do casamento contemporâneo, Rio de Janeiro: Agir, 1998.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica “**Familiares Consortio**” 16ª ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

Jornal de Opinião: Vaticano atualiza legislação sobre nulidade matrimonial. 21 a 27/02/2005, p. 15.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares.** As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. (org.) **Homem, cultura e sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1956.

_____. O problema do incesto. In: CAVENACCI, M. (org.) **Dialética da família:** gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.176-195

McGOLDRICK, M; CARTER, B. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MALDONADO, M. T. **Casamento:** término e reconstrução. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MAGALHÃES, A. S. **Individualismo e conjugalidade:** um estudo sobre o casamento contemporâneo. 147 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1993.

MALINOWSKY, B. Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. MALINOWSKY, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 17-34.

_____. A família no direito paterno e materno. In: CAVENACCI, M. (org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.p. 130-139.

MARCONDES, G. S. **Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens recasados**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MATOS, M. S. **Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens pertencentes às camadas populares cariocas**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)-Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2004.

MITCHELL, J. Modelos familiares. In: CAVENACCI, M. (org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.p. 257-277.

MITSCHERLICH, A. A ausência do pai. In: CAVENACCI, M. (org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 235-243.

NOLASCO, S.A. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOVO Código Civil: exposição de motivos e texto sancionado, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 2002.

OLIVEIRA, M. C. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas v. 4**, nº1, p. 55-63, 1996.

OLIVEIRA, M. E. **ORKUT: O impacto da realidade da infidelidade virtual**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2007.

Paulo VI. Encíclica Apostólica “**Humanae et Vitae**”, 1968.

PAULO, B. M. **Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

PORRECA, W. **Famílias recompostas:** casais católicos em segunda união. 2004.124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)/ Universidade de São Paulo (USP), 2004.

PORRECA, W.; ROMANELLI, G. Separação conjugal e segunda união de casais católicos. **Serviço Social Realidade**. V. 13, n.1, 2004, p. 71-87.

POSTER, M. Modelos de estrutura da família. In: _____. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.184-224.

PRANDI, R. **Um sopro do Espírito:** a renovação conservadora do catolicismo carismático. 2ª ed. São Paulo: Edusp:Fapesp, 1998.

QUINTEIRO, M.C. **Casados não casados:** uniões consensuais nas camadas médias e populares, Textos Nepo. 19, 1990.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo Reino de Deus:** mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Tradução: Paulo Fróes, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

RIBEIRO, I. **Sobre a infidelidade dos fiéis:** família subjetividade e imaginário entre agentes da pastoral católica. Tese de doutorado – FFLCH/USP, Departamento de Sociologia, São Paulo, 1997.

RONAN, E.N. **Nulidade matrimonial**. São Paulo: Paulus, 1999.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias:** a trajetória da modernidade. Tese de doutorado.FFLCH/USP, 1986.

_____. Mudança e transição em famílias de camadas médias.In: **Travessia**, v. 9, n.4,jan.abr. 1991, p. 32-34.

_____. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G. e ALVES, Z.M.M.B. (orgs.) **Diálogos metodológicos sobre a prática da pesquisa**.Ribeirão Preto: Legis Summa, 1999.

_____. Paternidade em famílias de camadas médias.In: **Estudos e pesquisas em psicologia**. N.2, 2003, p. 79-95.

SALEN, T. O casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, nº 9, p. 24-37, fev. 1989.

SAMPEL, E. L. A nulidade do casamento In: **Revista Família Cristã**, ano 71, nº 833 – maio de 2005, p. 72-73.

_____. **Casais separados têm nova chance**. [Depoimento a José Maria Mayrink]. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 mai. 2005. Vida&. Caderno A, p. 20.

SCAMPINI, L. **Os divorciados recasados na comunidade cristã**: para uma pastoral da misericórdia. 1994. 93 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Moral) - Academia Afonciana, Roma, 1994.

SCHILLEBEECKX, E. **O matrimônio**: realidade terrestre e mistério da salvação. Tradução: Alécio A. Broering. Petrópolis: Vozes, 1969.

SINGLY, F. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.

SILVA S. P. **A relação amorosa no cotidiano do adolescente**: fragmentos e tramas de sedução. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

SOCCI, V. **Elaboração e validação de uma escala de atitudes em relação ao sexo**. 1983. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1983.

THÉRY, I. Différence des sexes et difference des generations In: **Malaise dans la Filiation** Esprit. Paris, 1996; p. 65-69.

UZIEL, A. P. **“Tal pai, tal filho” em tempos de pluriparentalidade**: expressão fora de lugar? Trabalho apresentado no XXIV encontro Nacional da ANPOCS – GT família e sociedade. Petrópolis, 2000.

VAINFAS, R.: **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo, Ática, 1992.

VALLE, E. A Renovação Carismática Católica: algumas observações In: **Estudos Avançados** 18(52), São Paulo, 2004.

ANEXO A

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Of.CEtP/FFCLRP-008/2007-02/03/2007

Senhor(a) Pesquisador(a):

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "O QUE DEUS NÃO UNIU, O HOMEM PODE SEPARAR: CASAIS NÃO CATÓLICOS FRENTE AO PROCESSO DE NULIDADE MATRIMONIAL", foi re-analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 58ª reunião ordinária realizada em 1/3/2007, tendo as pendências apresentadas sido respondidas, e portanto fora enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº **282/2006** – 2006.1.1646.59.9.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Profa. Dra. ADELAIDE DE ALMEIDA
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – FFCLRP-USP

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
GERALDO ROMANELLI
Docente do Departamento de Psicologia e Educação
Desta FFCLRP-USP

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Nilsa de Almeida RG 4.963.134-0, aluna do Programa de Pós Graduação em Psicologia, nível Mestrado, da faculdade de filosofia, ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, estou realizando ma pesquisa sobre casais católicos que solicitaram a Nulidade Matrimonial através do Tribunal Eclesiástico regional e de Apelação de São Paulo, sob orientação do Profº Drº Geraldo Romanelli, docente da instituição supra citada.

Para isso, estou realizando entrevistas com pessoas que deram entrada ao processo de Nulidade Matrimonial e preciso de sua colaboração, mas o (a) senhor (senhora) precisa declarar, por escrito, se aceita as condições abaixo especificadas.

1. O (a) senhor (senhora) será entrevistado (a) e responderá algumas perguntas relativas a sua história de vida.
2. Todas as informações prestadas serão gravadas e mantidas em sigilo, pois serão utilizadas somente neste estudo e os resultados gerais obtidos através de pesquisa serão utilizados somente neste estudo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada.
3. Esclareço que o (a) senhor (a) poderá interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.
4. A entrevista não acarretará nenhum risco para o (a) senhor (senhora), pois sua identidade será mantida em sigilo.
5. Caso necessite de maiores esclarecimentos, antes e após a entrevista, o (a) senhor (senhora) poderá entrar em contato comigo pelo telefone ou e-mail abaixo.
6. Caso aceite estas condições, solicito que assine em duas vias o Termo de consentimento abaixo. Uma delas permanecerá comigo e a outra com o senhor (a senhora).

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu,RG:.....

aceito participar voluntariamente desta pesquisa e estou livre para, em qualquer momento, desistir de continuar a entrevista, sem nenhum prejuízo para mim.

Assinatura:.....

Barretos,..... dede 200.....

Assinatura da pesquisadora:.....

Maria Nilsa de Almeida

Telefone: (17) 3329-1129

E-mail: nilsamap@yahoo.com.br

ANEXO C

Roteiro de Entrevista

1. Dados Pessoais:

- 1) Qual é a sua idade?
- 2) Qual o local de nascimento?
- 3) Há quanto tempo mora nesta cidade?
- 4) Por que você decidiu mudar para cá?
- 5) Atualmente, quem mora com você?
- 6) Qual o seu nível de escolaridade?
- 7) Qual a sua ocupação atual?
- 8) Qual a sua renda individual mensal?
 - a) Menos de um salário
 - b) De um a cinco salários mínimos
 - c) De dez a vinte salários mínimos
 - d) Mais de vinte salários mínimos
- 9) A casa em que você mora é própria ou alugada?

2. Família de origem

- 10) Como era ou é o seu relacionamento de seus pais (entre eles)?
- 11) Como era ou é o relacionamento de seus pais com você?
- 12) Como era o relacionamento familiar entre vocês?
- 13) Quem era o maior responsável pela educação dos filhos na casa de seus pais?
- 14) Como era a educação religiosa dos filhos?
- 15) Da educação que você recebeu o que você repetiria com seus filhos?
- 16) O que você jamais repetiria?

1. Dados do primeiro casamento

- 1) Como, quando e onde conheceu seu / sua ex- marido / esposa?
- 2) Quanto tempo durou o namoro?
- 3) O que chamou mais a atenção nele/nela no primeiro encontro (quando se conheceram)?
- 4) Havia brigas e desentendimentos durante o namoro?
- 5) Houve relações sexuais antes do casamento?
- 6) Houve noivado? Se houve, por quanto tempo? Como foi este período?
- 7) Houve outros namoros antes de você se casar?
- 8) Você sempre desejou se casar?
- 9) Com quantos anos você se casou?
- 10) Por que decidiram pelo casamento?
- 11) Como foi a preparação para o casamento (curso de noivos)?
- 12) Qual a data do seu casamento?
- 13) Qual o significado do casamento para você?
- 14) Para você, por que as pessoas se casam? O que você pensa daquelas que não se casam?
- 15) Qual a importância do casamento civil para você?
- 16) Qual o significado do casamento religioso para você?
- 17) Por quanto tempo permaneceu casado?
- 18) Quais os pontos mais importantes no casamento? Por que?

- 19) E o que você considera menos importante no casamento? Por que?
- 20) Qual a sua opinião sobre: A) fidelidade; b) infidelidade; c) Sexo; d) Indissolubilidade?
- 21) Qual o peso da vida sexual no casamento? Segura um casamento?
- 22) Vocês tiveram filhos? Quantos? Idade e Sexo de cada um deles.
- 23) Durante o casamento, como era seu ex- marido / sua ex-esposa?
- 24) Vocês conversavam habitualmente?
- 25) Que tipo de assunto predominava na conversa de vocês?
- 26) Havia discussões? Qual era o motivo das discussões?
- 27) Qual a sua opinião sobre família? O que é família?
- 28) Qual a importância da família para você?
- 29) Como você vê o papel da mulher dentro da família?
- 30) Como você vê o papel do homem dentro da família?
- 31) Como devem ser divididos os afazeres domésticos dentro da família?
- 32) Como era na sua?
- 33) Como você vê o papel da mulher (marido) fora da casa? Por quê?
- 34) Qual o papel dos filhos dentro da família?
- 35) Qual a importância de ter filhos? Por quê?
- 36) Como era o seu relacionamento com os filhos durante o casamento?

2. Da separação

- 1) Quando foi que você percebeu que seu casamento já não estava indo bem?
- 2) Qual foi a atitude diante disso? Qual foi a sua maior preocupação?
- 3) Qual foi a atitude do outro?
- 4) Qual foi o momento crucial da separação? Como aconteceu?
- 5) Quem tomou a iniciativa da separação de fato?
- 6) Quem saiu de casa? O /A esposa (a) casou-se?
- 7) Qual foi a principal perda (pontos negativos) com a separação?
- 8) Qual foi o ganho (pontos positivos) com a separação?
- 9) Quanto tempo durou o processo de separação?
- 10) Houve tentativa de reconciliação?
- 11) Quais os motivos predominantes que levaram a separação?
- 12) Qual/quais as conseqüências da separação para os filhos?
- 13) Qual o principal responsável pelo(s) filho(s)?
- 14) Como é o relacionamento com seus filhos depois da separação? E entre eles?
- 15) Mudou? Para melhor ou para pior o relacionamento entre pais e filhos?
- 16) E com o /a ex-esposo/a?

3. Nulidade Matrimonial

- 2) Como você ficou sabendo da possibilidade de nulidade do casamento na Igreja?
- 3) O que levou você a procurar esse serviço da Igreja?
- 4) Como você foi acolhido/a?
- 5) O levou você a iniciar o processo de nulidade matrimonial?
- 6) Como sua/seu ex-esposa/esposo reagiu quando tomou conhecimento de sua decisão?
- 7) E seus filhos?
- 8) E seus familiares (pai, mãe, irmãos, parentes, etc)?
- 9) E seus amigos?
- 10) Como você se sentiu no decorrer do processo?

- 11) O que você argumentou quando deu início ao processo de nulidade matrimonial?
- 12) Sua/seu ex-esposo/esposa concordou com seu argumento? Se positivo, por que? Se negativo, por que?

4. Segunda união

- 1) Como, quando e onde conheceu seu / sua marido/ esposa?
- 2) Por quanto tempo “namorou” antes de casar?
- 3) O que chamou mais atenção nele(nela) no primeiro encontro?
- 4) Com qual idade você se casou novamente?
- 5) Por que decidiram casar-se?
- 6) O que significa casar-se de novo para você O que mais o/a preocupou nesta segunda união?
- 7) Qual a data da sua segunda união?
- 8) Você é casado no civil?
- 9) Qual a importância de recasar no civil para você?
- 10) Quais os pontos mais importantes no casamento atual? Por quê?
- 11) Qual o peso da vida sexual no casamento? Segura um casamento?
- 12) Você tem filhos da segunda união? Quantos? Idade e sexo de cada um deles?
- 13) É importante ter novos filhos? Por quê?
- 14) Tem discussões, Se positivo, quais os motivos das discussões?
- 15) Quase as suas expectativas ao se unir novamente?
- 16) A realidade correspondeu às suas expectativas?
- 17) Qual foi a atitude da sua família com a notícia da segunda união?
- 18) Qual a influência religiosa na segunda união?
- 19) Ocorreram mudanças pessoais na segunda união? Quais?
- 20) Como é o relacionamento de vocês com os filhos depois da segunda união? E dos filhos como o novo/nova esposo/esposa?
- 21) Mudou? Para melhor ou pior o relacionamento entre pais e filhos?
- 22) E com o/a ex-esposo/a?
- 23) E como os seus filhos se relacionaram com os filhos do/a outro/a?
- 24) Idade dos filhos quando separaram?
- 25) Como os filhos viram a separação?
- 26) Como você se sentiu em relação a indissolubilidade pregada pela Igreja?
- 27) Depois da separação, houve outro(s) relacionamentos(s) na sua vida?
- 28) Qual o tipo de mulher/homem para você? É o mesmo da época anterior ao casamento?
- 29) Que tipo não escolheria?
- 30) Você aconselha pessoas a se casarem? E a se separarem?
- 31) O que falaria para uma pessoa que está pensando em se separar? Por quê?

ANEXO D

TRIBUNAL ECLESIÁSTICO INTERDIOCESANO DE 1ª INSTÂNCIA DE SÃO PAULO
 SITO À AVENIDA HIGIENÓPOLIS, N. 901 - 01238-001- SÃO PAULO
 (por concessão das Irmãs do Colégio Nossa Senhora do Sion)
 FONES: 3826-5143 / 3826-7159 / 3661-9133 (FAX) 3826-4855
 E-mail: ter.sp@ig.com.br

SÃO PAULO NO BRASIL

São Paulo, 10 de outubro de 2004.

Caríssima Irmã
 Maria Nilsa de Almeida
 DD. Notaria da Câmara Eclesiástica de Barretos.

Como lhe disse por telefone, fico contente em saber que alguém se interessa por aqueles que fracassaram na sua Vocação matrimonial, integrando um cortejo enorme de excluídos e marginalizados em termos eclesiais, mas que apesar de todo sofrimento ainda conservam a fé e a esperança, ao impugnar seu casamento, acreditando na justiça eclesiástica que analisando e ponderando todos os acontecimentos e circunstâncias da caminhada matrimonial na maior parte dos casos chega à conclusão que por falta de preparação adequada e de conhecimento foram impossibilitados de assumir um ônus que não puderam cumprir. Não é que não quiseram mas simplesmente, como já disse e repito, não puderam assumir por falta de maturidade e, conseqüentemente, de capacidade. Embora haja ampla literatura em termos universais, pesquisa científica está em falta.

Por isso que seu projeto e trabalho de pesquisa merecem todos os encômios e incentivos possíveis, pois poderão ajudar e muito não apenas aqueles que nos procuram com os mais diversos sentimentos e desconfianças como os que trabalham na árdua tarefa de ministrar a justiça eclesiástica na verdade, libertando a pessoa humana desta cruz pesada que machuca e oprime.

De minha parte tem todo apoio, estímulo e incentivo, mas eu sou apenas um Vigário Judicial com poder ordinário devido ao próprio cargo, mas que exerço justiça eclesiástica em nome daqueles que são "os" juizes. E "o" juiz na C.E. de Barretos pelo c. 1419 é o Bispo Diocesano, que conhecendo-o muito bem, certamente não se oporá, mas muito pelo contrario.

Desejo-lhe muito sucesso, tanto na pesquisa, como nas entrevistas e em particular na correlação das variáveis que encontrará e poderão servir muitíssimo bem tanto para o mestrado como para o doutorado nas ciências do comportamento humano.

Agradecendo tudo o que tem feito e faz em prol da justiça eclesiástica na C.E. de Barretos na árdua mas compensadora função de notaria, despeço-me no Senhor

Côn. Martin Segú Girona
 Côn Dr. Martin Segú Girona, Vigario Judicial do TERSP

ANEXO E

Diocese de Barretos
Dom Antônio Gaspar

Barretos, 27 de maio de 2005

Caríssima Irmã Maria Nilsa de Almeida
DD. Notária da Câmara Eclesiástica de Barretos

"Para que todos tenham vida e vida em plenitude" (Jo 10,10)

Fico muito feliz ao saber que você deseja fazer um trabalho de pós-graduação, com uma Pesquisa sobre os processos de nulidade matrimonial. A temática que você quer trabalhar, revela sua preocupação pelo irmão e irmã que vive problema tão sério de relacionamento familiar. Como cristã e religiosa você tem dado o melhor de si para ajudar tantas pessoas que vivem essa situação de sofrimento para elas e para todos os demais membros das famílias.

Quero lhe dar parabéns por esta iniciativa, agradecendo toda sua dedicação à Diocese de Barretos. Como Bispo Diocesano e como juiz de primeira instância, segundo o Código de Direito Canônico C. 1419, dou-lhe a devida autorização para realizar essa pesquisa, tomando todas as providencias para preservar o sigilo das pessoas envolvidas.

Faço votos que nossa Câmara Eclesiástica de Barretos, em que você ocupa um lugar de destaque, possa estar cada vez mais preparada para atender as pessoas que necessitam resolver problemas ligados à justiça eclesial.

Que o Espírito de Deus lhe dê a sabedoria necessária para realizar, com toda eficiência possível seu trabalho de pesquisa. Além desta autorização sempre que possível desejo colaborar com seu projeto.

Conte com minhas orações e benção especial. Seu irmão Bispo

Dom Antônio Gaspar

ANEXO F

Cúria Diocesana de Barretos**AUTORIZAÇÃO**

FAZEMOS SABER que, atendendo à solicitação de Ir. Maria Nilsa de Almeida, Juíza Auditora da Câmara Eclesiástica de Barretos e aluna do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, nível Mestrado, como Bispo Diocesano e como juiz de primeira instância, conforme o Código de Direito Canônico cân. 1419, **AUTORIZAMOS** a consulta dos processos de nulidade matrimonial arquivados nesta Câmara para aprofundamento da pesquisa: "O que Deus não uniu, o homem pode separar: casais católicos frente ao processo de nulidade matrimonial", Pedimos, no entanto, que continue tomando todas as providências para preservar o sigilo das pessoas envolvidadas.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Barretos, aos 26 de dezembro de 2007.

Dom Antonio Gaspar
Bispo Diocesano de Barretos